

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG  
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE – MPC

O PROJETO VIVA CIRANDA: UM ESTUDO SOBRE O PATRIMÔNIO E O TURISMO  
NO ESPAÇO RURAL EM JOINVILLE/SC

GILMAR NILSEN

JOINVILLE – SC

2019

GILMAR NILSEN

O PROJETO VIVA CIRANDA: UM ESTUDO SOBRE O PATRIMÔNIO E O TURISMO  
NO ESPAÇO RURAL EM JOINVILLE/SC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS), da Universidade da Região de Joinville (Univille), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade. Orientadora: Professora Dra. Ilanil Coelho.  
Co-orientador: Professor Dr. Felipe Borborema Cunha Lima.

JOINVILLE – SC

2019

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Nilsen, Gilmar  
N712pProjeto Viva Ciranda: um estudo sobre o patrimônio e o turismo no espaço rural em Joinville/SC/Gilmar Nilsen; orientadora Dra. Ilanil Coelho; co-orientador Dr. Felipe Borborema Cunha Lima.– Joinville: UNIVILLE, 2019.

150f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade  
–Universidade da Região de Joinville)

1. Patrimônio cultural – Joinville (SC). 2. Turismo rural – Joinville (SC). 3. Turismo e Estado. I. Coelho, Ilanil (orient.). II. Lima, Felipe Borborema Cunha (coorient.). Título.

CDD338.4791

Elaborada por Rafaela Ghacham Desiderato – CRB-14/1437

## Termo de Aprovação

"O Projeto Viva Ciranda: Um Estudo sobre o Patrimônio e o Turismo no Espaço Rural em Joinville/SC"

por

Gilmar Nilsen

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Prof. Dra. Ilanil Coelho  
Orientadora (UNIVILLE)




Prof. Dr. Felipe Borborema Cunha Lima  
Coorientador (UNIVILLE)



Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade


**Banca Examinadora:**



Prof. Dra. Ilanil Coelho  
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. Felipe Borborema Cunha  
Coorientador (UNIVILLE)



Prof. Dr. Paulo Jorge Marques Peixoto  
(Universidade de Coimbra - UC)



Prof. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes  
(UNIVILLE)

Joinville, 28 de fevereiro de 2019.

## O CIO DA TERRA

Milton Nascimento e Chico Buarque de  
Holanda

Debulhar o trigo  
Recolher cada bago do trigo  
Forjar no trigo o milagre do pão  
E se fartar de pão

Decepar a cana  
Recolher a garapa da cana  
Roubar da cana a doçura do mel  
Se lambuzar de mel

Afagar a terra  
Conhecer os desejos da terra  
Cio da terra, a propícia estação  
E fecundar o chão

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi um desafio pessoal, que não teria conseguido vencer sem o auxílio de muitas pessoas. Por isso é preciso agradecer àqueles que me apoiaram de alguma forma.

À minha amada esposa Camila, parceira nas transcrições e nas pesquisas de campo, sou a ela imensamente grato por todo apoio que tem me dado ao longo dos anos.

À minha mãe Dona Ivone, sou grato por sempre ter acreditado em mim.

Ao meu irmão Adriano, pelos anos de parceria e pela inspiração para cursar História.

Às professoras que fizeram parte da minha formação: Surama, Karyne e Cleusa, por toda dedicação que tiveram comigo.

À minha orientadora professora Dra. Ilanil Coelho, sem ela não teria conseguido fazer esta dissertação, graças a sua dedicação sou um pesquisador muito melhor.

Ao meu co-orientador professor Dr. Felipe Borborema Cunha Lima, que inspirou e auxiliou imensamente nesse trabalho.

À professora Dra. Taíza Mara Rauen Moraes pelo precioso auxílio.

Ao professor Dr. Paulo Peixoto, que foi fundamental nesta pesquisa, pela disponibilidade para me orientar no que foi preciso.

Ao professor Dr. Fernando César Sossai, por toda ajuda que prestou ao longo destes dois anos.

À equipe do Arquivo Histórico de Joinville pela solicitude no auxílio em tudo o que foi possível disponibilizar para a pesquisa.

Aos agricultores do Projeto Viva Ciranda, em especial ao Sr. Ango Kersten, Sr. Dário Bergemann, Sra. Ilse Pabst, Sr. Samir Migdady, Sr. José Henrique Menestrina e Sr. Edmilson Santana, que de várias formas ajudaram a realizar esta pesquisa.

À Sra. Anelise Falk, coordenadora do Projeto Viva Ciranda, sou grato pela disposição para auxiliar na realização desta pesquisa.

Às professoras Edna Cascoski Koben Santana e Vânia Roecker Hoinaski por terem colaborado com as entrevistas.

À todos os companheiros da Turma X, que levarei no coração os adoráveis momentos que passamos juntos.

Aos meus amigos Beatriz Rengel, Amanda Gassenferth e Sandro Savoia Cavalieri, cuja amizade foi uma grata surpresa.

À Universidade da Região de Joinville (Univille) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que apoiaram financeiramente a realização do curso de mestrado e o desenvolvimento desta pesquisa.

E à minha amada filha Carolina, com quem descobri o verdadeiro sentido do que é amar incondicionalmente.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o Projeto Viva Ciranda (PVC), uma iniciativa que, desde 2010, vem sendo coordenada pelo poder público municipal de Joinville. O projeto de dissertação está vinculado à linha de pesquisa “Patrimônio, Memória e Linguagens”, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, ao Grupo de Pesquisa “Cidade, Cultura e Diferença” (GPCCD) e ao Projeto “Patrimônio cultural: entre redes e enredos” (PRES). O objetivo desta dissertação é investigar a história das iniciativas de turismo no espaço rural em Joinville, buscando compreender o PVC nesse processo. A problemática consiste em responder de que maneira o PVC se articula com a história de iniciativas de turismo no espaço rural de Joinville e as singularidades de sua configuração quando se considera as ativações do patrimônio rural que o precederam. Sob a autodenominação de “turismo pedagógico de base comunitária”, interessa-nos problematizar e compreender as articulações que fundamentaram as diretrizes e objetivos do Projeto e as complexidades de seus propósitos a partir das experiências e percepções dos envolvidos: agricultores, gestores, professores e alunos de escolas de educação básica de Joinville. As fontes e metodologias de pesquisa empregadas consistiram em pesquisa bibliográfica, em que se buscou referenciais que trataram do patrimônio cultural, do turismo pedagógico e comunitário no espaço rural e do PVC. Outro conjunto de fontes incluiu documentos oficiais do poder público e reportagens de jornais locais que trataram, direta ou indiretamente, do tema; observações de campo, momento em que se produziram registros (visuais e escritos) de acompanhamento de visitas de grupos de alunos a algumas propriedades rurais que compõem o PVC; e fontes orais (entrevistas) produzidas com base na metodologia da história oral com seis agricultores, dois professores e um gestor público. Para além dos objetivos inscritos no PVC, a investigação evidenciou que há uma predominância de interesses econômicos sobre os pedagógicos e culturais na operacionalização do Projeto.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; Turismo no espaço rural; Projeto Viva Ciranda; Joinville.



## ABSTRACT

This master degree dissertation has to object of study the Projeto Viva Ciranda (PVC), an initiative that, since 2010, has been coordinated under the auspicious of the municipal government of Joinville. The dissertation project is linked to the "Heritage, memory and languages" research line of the Post-graduate Program in Cultural Heritage and Society of Univille, the "City, culture and difference" research group (GPCCD) and the project entitled "Cultural heritage: between nets and plot"(PRES). The master degree dissertation goals to investigate the history of rural tourism initiatives in Joinville, in particular trying to comprehend PVC in this historical context. The problematization intents to answering how the PVC is articulated with the history of tourism initiatives in the rural area of Joinville and, moreover, what are the singularities of its setting if taking in consideration the activations of the rural heritage before the PVC. Under the term "community-based pedagogical tourism", we are interested in problematizing and understanding the articulations that supported the PVC's objectives and guidelines, as well as the complexities of its purposes based on the experiences and perceptions of those involved (farmers, managers, teachers and students of basic education schools in Joinville). The research documentation and methodologies that we used involved of bibliographical research, which we looked for reference about cultural heritage, pedagogical and community tourism in rural regions and PVC. Additional sources included official documents of the municipal government of Joinville and reports of local newspapers that deal about, directly or indirectly, on the subject; field observations, at same time were produced records of visits of student groups to some rural properties that integrated to PVC (pictures and writing); and oral sources (interviews) produced based on oral history methodology with six farmers, two teachers and one public manager. Further more than PVC's objectives, the investigation showed that there is a predominance of economic interests over pedagogical and cultural interests in the operationalization of the Project.

**Key-words:** Cultural heritage; Tourism in rural regions; Projeto Viva Ciranda; Joinville.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Localização Geográfica das propriedades que integravam o PVC em 2010.....	43
<b>Figura 2:</b> Regiões de Joinville que o PVC abrange.....	47
<b>Figura 3:</b> Organograma com os grupos que compõem o PVC.....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS

AHJ – Arquivo Histórico de Joinville

AN – Jornal A Notícia

Apicampo – Associação dos Apicultores de Campo Alegre

Apiville – Associação dos Apicultores de Joinville

Aprema – Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente

Aterj – Associação de Turismo Eco-Rural de Joinville

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Casan – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

DC – Jornal Diário Catarinense

Decom – Serviço Especial de Defesa Comunitário

Fatma – Fundação de Amparo e Tecnologia ao Meio Ambiente

Fenachopp – Festa Nacional e Internacional do Chopp

Ielusc – Instituto de Ensino Luterano de Santa Catarina

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ippuj – Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPCS – Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

MTur – Ministério do Turismo

PBU – Plano Básico de Urbanismo

PEU – Plano de Estruturação Urbana

PMJ – Prefeitura Municipal de Joinville

Promotur – Companhia Municipal de Promoção Turística

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PVC – Projeto Viva Ciranda

Sphan – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TER – Turismo no espaço rural

Univali – Universidade do Vale do Itajaí

Univille – Universidade da Região de Joinville

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 PREPARANDO A TERRA E SEMEANDO</b> .....	18
1.1 O Rural de Joinville: História e Historiografia.....	18
1.2 Turismo no espaço rural no Brasil.....	24
1.3 Turismo no espaço rural em Joinville.....	27
1.3.1 A construção da ideia de turismo no espaço rural em Joinville: década de 1980 .....	28
1.3.2 Do roteiro na Estrada Bonita ao Projeto Viva Ciranda: O período entre 1992 e 2010 ...	35
1.4 O Projeto Viva Ciranda .....	41
1.5 Conceitos e modalidades do Turismo.....	48
1.6 Turismo Pedagógico de Base Comunitária: Problematizando o Projeto Viva Ciranda ....	53
<b>2 GERMINAR E CRESCER</b> .....	58
2.1 Emergência e ativação do patrimônio cultural no espaço rural: Um debate teórico .....	59
2.2 A educação patrimonial .....	70
2.3 Projeto Viva Ciranda: Percepções do patrimônio cultural no espaço rural.....	77
<b>3 O CAMPO E A COLHEITA</b> .....	93
3.1 “Campos” em jogo: os grupos envolvidos com o Projeto Viva Ciranda.....	93
3.2 O Projeto Viva Ciranda: Turismo Pedagógico de Base Comunitária?.....	102
3.3 Projeto Viva Ciranda: protagonistas e coadjuvantes .....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	116
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO VISITAS PVC</b> .....	127
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – AGRICULTORES</b> .....	130
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSORES</b> .....	133
<b>APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENADORA PVC</b> .....	135
<b>APÊNDICE E – FOTOGRAFIAS DE VISITAS ACOMPANHADAS NA PESQUISA DE CAMPO</b> .....	138
<b>ANEXO A – CARTILHA VIVA CIRANDA (2011)</b> .....	142
<b>ANEXO B – CARTILHA VIVA CIRANDA (2014)</b> .....	145

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema as relações entre patrimônio cultural e turismo no meio rural, no âmbito do Projeto Viva Ciranda (PVC). Foi realizada com o objetivo de investigar a história das iniciativas de turismo no espaço rural em Joinville, Santa Catarina, buscando, assim, compreender o PVC nesse processo, bem como entender como se configuram as ativações do patrimônio cultural no espaço rural do município. Esta pesquisa recebeu o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O objeto de estudo é o Projeto Viva Ciranda, idealizado pelo poder público municipal, no ano de 2010, como uma iniciativa de turismo pedagógico de base comunitária em espaço rural, então englobando seis propriedades agrícolas. O objetivo do Projeto é oportunizar para crianças que estão cursando a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e privadas de Joinville, conhecer a rotina das propriedades rurais que o integram, através de visitas focadas no modo de vida dos agricultores e na educação ambiental. Em 2014, com base na cartilha do PVC (ANEXO B), o Projeto havia expandido suas atividades para quatorze propriedades, divididas em cinco roteiros, tendo como referência a diversidade de atividades produtivas e de localização geográfica no município: Quiriri<sup>1</sup>, Estrada Bonita<sup>2</sup>, Estrada Dona Francisca<sup>3</sup>, Pirai<sup>4</sup> e Estrada da Ilha<sup>5</sup>. Para a implantação do Projeto, a Prefeitura recebeu a doação de três ônibus<sup>6</sup> das duas empresas de transporte coletivo urbano a serem utilizados no transporte dos alunos das escolas públicas para as propriedades. A Prefeitura ficou com a incumbência de organizar a agenda dos ônibus, prestar assessoria pedagógica às propriedades, orientar os novos agricultores que desejassem fazer parte do Projeto e preparar o material de divulgação.

Na leitura do material de divulgação do PVC, inúmeros vazios conceituais, teóricos e práticos se apresentam. Assim, a questão de pesquisa que norteia este trabalho é investigar de que maneira o Projeto se articula com a história das iniciativas de turismo no espaço rural

---

<sup>1</sup> Localizado no distrito de Pirabeiraba, ao norte de Joinville.

<sup>2</sup> A Estrada Bonita é uma lateral da rodovia BR 101 e localiza-se no distrito de Pirabeiraba.

<sup>3</sup> Rodovia que data do século XIX. A Estrada Dona Francisca foi construída para ligar Joinville à região da “Serra de Curitiba” e servia como caminho para receber e escoar mercadorias. Localiza-se também no distrito de Pirabeiraba.

<sup>4</sup> Esta região recebe o nome do Rio Pirai, um dos responsáveis pelo abastecimento de Joinville, localiza-se no bairro Vila Nova, zona oeste de Joinville.

<sup>5</sup> Localiza-se no bairro Bom Retiro, zona norte de Joinville.

<sup>6</sup> De acordo com o site da Prefeitura, as doações foram nos anos de 2014, 2016 e 2017. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/programa-viva-ciranda-recebe-doacao-de-onibus/>> Acesso em: 17 jan. 2019.

(TER) em Joinville e as singularidades de sua configuração quando se considera as ativações do patrimônio rural que o precederam. A partir desse problema outras questões surgem, como: Que tipo de crise no meio rural justifica a criação de um projeto de TER como solução? Ou ainda, esta crise que justifica a criação de um projeto de turismo pedagógico no espaço rural é do meio rural ou é do meio urbano? De que maneira o PVC se articula com projetos anteriores de TER em Joinville? Como e para que o PVC mobiliza o patrimônio cultural da área rural? Em que medida tal mobilização assume caráter pedagógico e comunitário e repercute em iniciativas de proteção e preservação do patrimônio rural?

Para explicar a escolha do tema e, conseqüentemente, do objeto de estudo, me permitirei escrever algumas linhas em primeira pessoa. A minha escolha corresponde a uma dupla casuística. Em primeiro lugar, ao iniciar o mestrado, as experiências de pesquisa compartilhadas com o professor Felipe Borborema Cunha Lima fortaleceram o interesse de minha parte em delinear um projeto de dissertação dando ênfase à vida e cultura de moradores do campo. Em segundo lugar, antes do meu ingresso no mestrado, nas tantas idas e vindas ao interior de Joinville, pude apreciar aquelas paisagens e rememorar as tantas histórias que ouvi na minha infância. Como muitos joinvelenses de minha idade, sou filho de migrante do interior do estado do Paraná que veio para Joinville no final da década de 1970 buscando melhores condições de vida. As boas lembranças de ouvir as histórias da infância no campo contadas pelo meu pai pode ter possibilitado minha simpatia e motivação pela pesquisa no meio rural.

Das histórias que ouvi de meu pai, me recorro de três: a primeira envolve o preparo da terra para a plantação, a segunda o cuidado com as plantas que já estavam crescendo e a terceira a colheita. Meu avô não dispunha dos recursos necessários para manter bois para puxar o arado. Assim, quando chegava o momento de arar a terra ele precisava emprestar de seus vizinhos. Certa feita, um vizinho lhe emprestou dois bois: um ótimo para o arado e outro terrível. Terrível porque, de passo lento, costumava parar ou até mesmo deitar, o que fazia com que o outro boi tivesse que fazer muita força para compensar o companheiro preguiçoso. Geralmente, quem ficava com a tarefa de conduzir os bois e arar a terra era meu tio, irmão mais velho de meu pai. Esse “motivava” o boi preguiçoso a trabalhar com uma ladainha de palavras. Num certo dia, estava reunida a comunidade local na capela rezando o terço. Como o campo do meu avô era perto da capela, podia-se ouvir claramente entre uma Ave-Maria e outra um estridente palavrão gritado pelo meu tio para o boi. Isto causou muito constrangimento aos meus avós, mas como o trabalho não podia parar e meu tio desbocado

era o único que conseguia lidar com aquele boi, o jeito era aguentar as queixas e o descontentamento da comunidade naquelas ocasiões.

A segunda história, conforme já dito, tem a ver com o cuidado da terra. Após plantar as sementes, o trabalho não cessa até a colheita. Enquanto as sementes germinam e crescem é necessário manter o campo limpo de indesejáveis ervas daninhas que podem prejudicar o crescimento das plantas. Em uma dada ocasião de dificuldades financeiras, meus avós ficaram a cargo de cuidar de um grande campo, grande demais para limpar com a enxada. Assim, a limpeza era feita com um pequeno arado puxado por uma égua que tinha um trote muito suave. O processo era simples, um dos irmãos mais novos de meu pai ia em cima da égua a conduzindo e meu pai ia atrás pressionando o arado na terra. O trote da égua era tão suave que meu tio, com uns 10 anos de idade, às vezes acabava dormindo, o que fazia com que a égua fosse para cima das plantas, causando prejuízo. Mas, meu pai resolvia isso de forma muito simples. Quando meu tio dormia, meu pai o acordava com uma pedrada. Certa vez a pedrada foi tão forte que derrubou o meu tio da égua, o que ocasionou uma briga entre os irmãos. Minha avó solucionou o conflito desta forma: repreendeu meu pai por atingir meu tio com uma pedra e meu tio por dormir em cima da égua.

A última história é menos cômica que as anteriores. Pouco antes de migrarem para Joinville, meus avós trabalharam em uma plantação de fumo. A saúde da família deteriorou muito nesta época em virtude do emprego de agrotóxicos nas plantações. A fim de reunir os recursos necessários para migrarem, em busca do sonho de uma vida melhor na cidade, meu avô, minha avó, e os quatro filhos mais velhos, dentre eles meu pai, tiveram que enfrentar uma dura colheita. Minha avó foi quem mais sofreu, adoecendo ao ponto de ter suas forças quase totalmente consumidas. Mas o desejo de dar uma vida melhor para a família foi maior e eles conseguiram terminar o trabalho e vir para Joinville. Meu pai contava que minha avó levou anos para se recuperar fisicamente daquele momento.

Estas três histórias demonstram quão árduo é o trabalho no campo. Mesmo nas duas primeiras, percebe-se que o trabalho de preparar a terra, plantar, cuidar e colher não poupa ninguém da família e exige muito esforço. Pode-se perceber semelhanças entre este duro trabalho no campo e o trabalho de investigação científica. Como no campo, primeiro o pesquisador precisa “revirar a terra” a fim de preparar a sementeira. Isso implica conhecer bem o “solo” com o qual quer trabalhar. Com o solo preparado, lança sementes. O pesquisador “semeia” a sua discussão, mobiliza teorias e conceitos, vai à cata de fontes e, pouco a pouco, vai encontrando lacunas para construir seu problema de pesquisa que o

conduzirá ao objetivo que traçou, ou seja, a “colheita”. Como a epígrafe que escolhi<sup>7</sup>, acredito que o trabalho científico implica em conhecer e afagar a terra, debulhar o trigo e decepar a cana na expectativa de fartar-se e oferecer aos outros a fartura do pão e do mel.

Assim, tendo em vista a metáfora acima, organizei a dissertação em três capítulos que denominei da seguinte forma: Preparando a Terra e Semeando; Germinar e Crescer; O Campo e a Colheita. Tais títulos correspondem às etapas dos trabalhos desenvolvidos na pesquisa. No primeiro capítulo, apresento o “solo” do tema que será revirado e semeado, ou seja, busco conhecer e aprofundar o tema, traçar a historicidade do turismo em espaço rural em Joinville, enfocando as mudanças que repercutiram nos projetos que mobilizaram o turismo neste espaço e o campo teórico/prático, principalmente no que diz respeito à atividade turística, em torno do PVC. Ao final deste capítulo, “semeio” as discussões que virão nos capítulos seguintes. Em síntese, no capítulo primeiro procuro traçar o percurso histórico do TER no município, desde a década de 1980, até o surgimento do PVC, apoiando-me na bibliografia levantada, em reportagens de jornais e outras fontes (oficiais e não oficiais) pesquisadas no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ). Considerando que diversos conceitos de turismo foram atribuídos ao PVC pelo poder público, em seguida, busco compreender como estes conceitos são abordados por pesquisadores em turismo como Coriolano<sup>8</sup>, Zechner, Henríquez e Sampaio<sup>9</sup>, Guzzatti<sup>10</sup>, Jolly<sup>11</sup>, Klein e Souza<sup>12</sup>, Graziano da Silva *et al.*<sup>13</sup> entre outros.

O segundo capítulo, “Germinar e Crescer”, busca entender como os patrimônios “germinam” no mundo rural, valendo-me dos trabalhos do sociólogo português Paulo

---

<sup>7</sup> NASCIMENTO, Milton; HOLANDA, Chico Buarque de. **O Cio da Terra**. 1977. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mAS9a7H2T78>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

<sup>8</sup> CORIOLANO, Luzia Neide; BARBOSA, Luciana Maciel. Rede de territórios solidários e turismo de base local no Ceará – Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, número especial EGAL, 2011. P. 1-26.

<sup>9</sup> ZECHNER, Talita Cristina; HENRÍQUEZ, Christian; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. **Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**. Fortaleza, CE, mai. 2008.

<sup>10</sup> GUZZATTI, Thaise Costa. **O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais**: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). Tese (doutorado). 281f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010; GUZZATTI, Thaise Costa *et al.* O desenvolvimento do turismo pedagógico em áreas rurais: o caso do Projeto Viva Ciranda, Joinville (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 10-26, fev/abr. 2014.

<sup>11</sup> JOLLY, L. *et al.* **The Farm as a Pedagogical Resource**: Background for and evaluation of the co-operation between agriculture and primary school in the county of Nord-Trøndelag, Norway. [2004]<[http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2004/2004\\_WS4\\_22\\_Jolly.pdf](http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2004/2004_WS4_22_Jolly.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2018.

<sup>12</sup> KLEIN, Angela Luciane; SOUZA, Marcelino de. Turismo rural pedagógico sob a perspectiva da multifuncionalidade da agricultura: experiências no sul do Brasil. **Pasos**, v. 12, n. 3, p. 581-595, 2014; KLEIN, Angela Luciane; SOUZA, Marcelino de. Turismo rural pedagógico como prática educativa que favorece a aprendizagem: a impressão de um grupo de professoras. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 467-488, setembro-dezembro de 2015.

<sup>13</sup> GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p. 113-155, jan./jun. 1998.



Peixoto<sup>14</sup> e do antropólogo espanhol Llorenç Prats<sup>15</sup>, em especial debates sobre “ativação patrimonial”. Essa reflexão teórica tem por intuito problematizar o PVC na atual configuração de expansão do conceito e das práticas patrimonializadoras. A partir destes autores e dos registros de campo, busco aprofundar a discussão sobre ativação patrimonial no meio rural joinvilense, com a expectativa de compreender a aproximação entre patrimônio e turismo no âmbito do PVC e a relação do poder público, visitantes e profissionais da educação com esse patrimônio. Quando me refiro ao patrimônio cultural no âmbito do PVC, estou tratando dos saberes tradicionais dos agricultores, dos seus modos de vida, suas tradições e seus costumes, e de como são inseridos na prática do Projeto, sobretudo nas visitas de grupos de alunos.

No terceiro capítulo, intitulado “O Campo e a Colheita”, irei me valer das contribuições do sociólogo Pierre Bourdieu no que diz respeito à “teoria dos campos”<sup>16</sup> para analisar as relações e as dinâmicas dos campos sociais envolvidos com o PVC. Para tanto, procurarei interpretar o PVC como “turismo pedagógico de base comunitária”, na perspectiva dos campos sociais e das interações e disputas que promoveram desde a concepção do Projeto até o momento atual. Será, também, destinado para identificar a articulação dos agricultores com o Projeto. Assim, a seguinte pergunta norteará a discussão: os agricultores no PVC são protagonistas ou coadjuvantes? A discussão tem como principal base as entrevistas com agricultores, professores e com a coordenadora do PVC, os registros de campo e fontes escritas (oficiais ou não) recolhidas no decorrer da pesquisa.

Cabe um maior detalhamento sobre o procedimento de levantamento e seleção das fontes e as metodologias de análise. As metodologias utilizadas nesta pesquisa foram a pesquisa bibliográfica, documental, observação de campo e a História Oral. No que diz respeito à bibliografia, a maior parte foi selecionada no decorrer das orientações e das disciplinas cursadas. Ainda se buscou em portais científicos digitais de periódicos, teses e dissertações, especialmente o Portal Capes, trabalhos de interesse da pesquisa utilizando os seguintes termos chave: patrimônio cultural, turismo em espaço rural e Projeto Viva Ciranda. A pesquisa documental foi realizada majoritariamente no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), onde obtive acesso a reportagens de jornais locais, documentos do poder público e à coleção temática, organizada pelo próprio AHJ, que inclui quatro caixas do tema Turismo que

---

<sup>14</sup> PEIXOTO, Paulo. **O passado ainda não começou**: Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português. Tese (doutorado). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2006.

<sup>15</sup> PRATS, Llorenç. **Antropologia y Patrimonio**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1997; PRATS, Llorenç. **Patrimonio+turismo=desarrollo?**. *Pasos*, v. 1, n. 2, 2003. P. 127-136.

<sup>16</sup> BOURDIEU, Pierre. Alta costura e alta cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. pp. 154-161. BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. Traduzido por: VILLALOBOS, André. *Grandes Conferências de Lyon*, Universidade Lumière-Lyon 2, fev. 1999.

reúne cópias de documentos diversos, tais como folders, *clipagens* da imprensa, materiais de divulgação de eventos, dentre outros. Outra parte da documentação, sobretudo no que diz respeito a materiais da Companhia Municipal de Promoção Turística (Promotur) do final da década de 1990, foi obtido junto a um acervo organizado pelo Grupo de Pesquisa Imbricamentos de Linguagens (CNPq) e pelo Programa Institucional de Incentivo à Leitura - PROEX /PROLER/ Univille, ambos vinculados ao PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade. Para facilitar a análise e interpretação de todos os documentos coletados, foi criado um banco de dados com um sistema de busca, onde cada documento foi inserido a partir de uma ficha de identificação com data, procedência, título e tema.

Os trabalhos de campo começaram com uma aproximação junto à coordenação do PVC, momento que obtive diversas informações sobre a dinâmica de funcionamento e os materiais de divulgação do Projeto. Em seguida, realizei visitas de reconhecimento das propriedades e contato com os proprietários rurais. A escolha das propriedades para a pesquisa e exploratória e, posteriormente, análise deu-se a partir da localização em cada uma das regiões que o Projeto abrange e o perfil de cada propriedade, buscando sempre aquelas com ramos de atividades econômicas diferentes. Assim, foram visitadas nove propriedades que compõem o PVC: Propriedade Família Kersten<sup>17</sup> na Estrada Bonita, Vale das Nascentes no Quiriri<sup>18</sup>, Apiário Pfau na Estrada Rio da Prata<sup>19</sup>, Família Wiezbicki na Estrada Mildau<sup>20</sup>, Sítio da Vó Bia na Estrada Izaak<sup>21</sup>, Sítio Canto dos Pássaros<sup>22</sup>, Vale do Ouro<sup>23</sup> e Família

---

<sup>17</sup> A propriedade da Família Kersten está no ramo do TER desde 1992, tem como atividade principal a venda de produtos coloniais como *muss*, melado, bolachas, pães, queijos, lingüiças e caldo de cana. Aos que visitam a propriedade é oferecido um espaço com utensílios antigos da família e da comunidade local.

<sup>18</sup> O Vale das Nascentes não é necessariamente uma propriedade agrícola, suas atividades estão direcionadas para a recepção de visitantes onde se oferece atividades com cunho de preservação ambiental. Os atuais proprietários são jovens e adquiriram a propriedade em 2017.

<sup>19</sup> O Apiário Pfau é a propriedade onde é residência da família, a produção de mel fica na cidade de Campo Alegre, vizinha de Joinville. Na propriedade há abelhas sem ferrão e uma trilha em meio à uma mata ciliar, além de um quiosque que pode ser alugado para pequenos eventos.

<sup>20</sup> A propriedade da Família Wiezbicki conta com um espaço onde são produzidos pães e bolachas, com uma pequena horta, com aves e um quiosque que também pode ser alugado para pequenos eventos. O casal proprietário adquiriu o local após a aposentadoria e parte da produção de pães e bolachas é direcionada para escolas municipais.

<sup>21</sup> O Sítio da Vó Bia faz parte do roteiro da Estrada Dona Francisca. Os proprietários adquiriram o local na década de 1990 e lá construíram uma estrutura voltada para a recepção de visitantes para passar o dia e grupos para retiros espirituais. Apesar de haver um pequeno pomar, a atividade agrícola não é seu foco e os proprietários não habitam nela.

<sup>22</sup> O Sítio Canto dos Pássaros é uma das propriedades que está a menos tempo no PVC. É a propriedade visitada com mais características agrícolas. No local há uma plantação de hortaliças e outros gêneros, pequenos animais e uma trilha ecológica.

<sup>23</sup> A propriedade Vale do Ouro se assemelha ao Vale das Nascentes, também não produção agrícola. O foco da propriedade está direcionado para a recepção de visitantes para conhecerem as cachoeiras que existem na propriedade. Os proprietários são um casal de ex-empresários que adquiriram a propriedade em 2016.

Schroeder<sup>24</sup> localizadas na região do Pirai e Agrícola da Ilha na Estrada da Ilha<sup>25</sup>. Apresentando-me como mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedades, verifiquei se os agricultores concordariam com a minha presença como observador/pesquisador de algumas visitas de alunos. Com o consentimento dos agricultores, o projeto de pesquisa foi submetido ao Conselho de Ética e, após aprovação, iniciei a observação fazendo uso de um roteiro de observação (APÊNDICE A) e de um caderno de campo, onde registrei informações como nome da escola, idade dos alunos, atividades propostas pelos agricultores, interação dos alunos e dos professores com estas atividades e como o patrimônio cultural foi acionado na visita.

Também realizei entrevistas com seis agricultores, duas professoras e com a coordenadora do PVC utilizando de roteiro de entrevista (APÊNDICE B, C e D), organizado em quatro eixos temáticos (história de vida, turismo no espaço rural em Joinville, o PVC e o patrimônio cultural rural), adaptado para a realidade de cada grupo, que resultaram em cerca de 12 horas de gravações. A escolha dos agricultores entrevistados deu-se da seguinte forma: localização da propriedade, onde se preferiu escolher pelo menos um agricultor de cada um dos roteiros apresentados pelo PVC em sua cartilha; heterogeneidade do perfil dos agricultores quanto à gênero, idade, tempo que trabalham com o TER. Já entre as professoras, foi escolhida uma que leciona para educação infantil e outra para o ensino fundamental, pois cada uma delas lida com diferentes objetivos de ensino.

Espera-se que este trabalho possa, para além do campo acadêmico, contribuir com as populações e grupos sociais envolvidos no PVC. Também se espera que as considerações tecidas nesta dissertação promovam maior compreensão do PVC a partir de sua dinâmica cotidiana. Por fim, valendo-me da comparação entre o trabalho de “preparo e cuidado da terra” e o trabalho de pesquisa, espero que bons frutos sejam colhidos e que de suas sementes germinem novas ideias e percepções sobre o mundo rural e os seus patrimônios.

---

<sup>24</sup> A Propriedade Família Schroeder está na família desde a década de 1950, o proprietário habita nela desde os cinco anos de idade. Sua produção é voltada para a agricultura orgânica, o que inclusive já lhe rendeu certificações e prêmios.

<sup>25</sup> A Agrícola da Ilha é uma propriedade que se dedica à produção e venda de Hemerocales (lírio). No local existem jardins ornamentais que podem ser visitados sob o pagamento de uma taxa. Também na propriedade é oferecido um café colonial e venda de mudas.

## 1 PREPARANDO A TERRA E SEMEANDO

Na agricultura, tudo começa com o ato de preparar a terra. O agricultor precisa fazer a limpeza do solo, retirar a vegetação indesejada, retirar as pedras ou quaisquer obstáculos que podem atrapalhar a operação seguinte: arar. O arado revira a terra, traz o que estava embaixo para cima, prepara o solo para receber a semente. O momento de semear é o momento da esperança. O agricultor deposita naquelas sementes a confiança de que elas produzam uma planta vistosa, que garanta o sustento seu e de sua família. O título “Preparando a Terra e Semeando” tem a ver com esses momentos do processo agrícola, não é apenas uma escolha poética, mas quer aludir a todo trabalho desenvolvido para compreender a historicidade das iniciativas de TER em Joinville e como o PVC se enquadra neste processo. Além disso, visa compreender, no campo do Turismo, o contexto teórico que a Prefeitura Municipal de Joinville (PMJ) atribui ao PVC e como isso se efetiva nas práticas cotidianas no Projeto.

Na primeira parte deste capítulo será discutida a história do espaço rural de Joinville, bem como seu perfil sócio/econômico com o objetivo de apresentar o rural a que se está referindo. Em seguida será discutido o percurso histórico do TER no Brasil e em Joinville a partir da década de 1980 até o ano de 2017. Na segunda parte do capítulo serão problematizados alguns dos conceitos que emergiram do percurso histórico do PVC, como turismo pedagógico, turismo de base comunitária e turismo pedagógico de base comunitária. As fontes para a construção deste capítulo foram reportagens publicadas em jornais locais e regionais e documentos do poder público municipal consultados no AHJ, além de livros, artigos acadêmicos publicados em revistas científicas, dissertações e teses.

Espera-se ao final deste capítulo compreender a história das iniciativas de turismo no espaço rural em Joinville, localizar o PVC nesse processo e, assim, deixar a “terra preparada” para as discussões que se seguirão nos capítulos seguintes.

### 1.1 O rural de Joinville: história e historiografia

Ao longo dos dez anos de produção científica do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade (MPCS) da Univille, foram desenvolvidas diversas pesquisas que abordaram, sob diferentes perspectivas, o meio rural joinvilense. Nesta seção objetiva-se visitar estas escritas

para apresentar a história do rural do qual se está tratando. Ao utilizar esta produção não se pretende deixar de lado obras de estudiosos brasileiros que já se tornaram clássicos para a compreensão da história do rural e das sociedades rurais no Brasil. Ao contrário, vislumbra-se interpretar como outros pesquisadores do MPCS mobilizaram as obras destes autores para analisar, problematizar e explicar a constituição do rural joinvilense com seus modos de vida e com o conjunto patrimonial a ele associado.

Valéria König Esteves<sup>26</sup> desenvolveu sua pesquisa com o objetivo de “identificar a partir das memórias femininas, os saberes, as maneiras de fazer identificadas nas receitas da cozinha local, como fatores importantes na produção dos alimentos como identidade cultural e roteiro turístico”<sup>27</sup>. A autora afirma que a maioria dos imigrantes que colonizaram Joinville a partir de 1851 eram provenientes de regiões rurais da Europa setentrional e central, sendo que este contingente era formado por dois terços de lavradores sem recursos<sup>28</sup>. Os primeiros colonos que chegaram receberam lotes maiores dos que os que vieram em seguida, o que motivou os primeiros a paulatinamente vender partes de seus lotes<sup>29</sup>. Esta informação que a autora apresenta pode apontar para um fracionamento das propriedades no espaço rural joinvilense.

Os colonos<sup>30</sup> plantavam e consumiam cultivares já produzidos pela população luso-brasileira e cabocla da região, como aipim, cará, taiá, batata-doce, feijão, arroz, milho, abóbora, rabanete, alface, abacaxi, além de vários tipos de hortaliças, e árvores frutíferas como bananeiras, laranjeiras, cafezeiros e a cana-de-açúcar. A autora afirma que os colonos tiveram que se adaptar às peculiaridades da região, como espécies adequadas ao solo e clima, e as técnicas agrícolas. Ela também menciona que o cultivo da batata, alimento comum na dieta dos imigrantes europeus, não obteve êxito devido às características da região. Os colonos foram responsáveis por introduzir algumas inovações nas técnicas de cultivo na agricultura local, como o uso do arado, o sistema de irrigação no cultivo do arroz e, também, incorporaram o uso das técnicas agrícolas locais<sup>31</sup>.

---

<sup>26</sup> ESTEVES, Valéria König. **No caminho do sabor e da cultura:** Uma abordagem sobre a cozinha e o cotidiano da Estrada Bonita (Pirabeiraba - Joinville/ SC). Dissertação (Mestrado). 123f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2010.

<sup>27</sup> *Id. Ibid.* p. 19.

<sup>28</sup> *Id. Ibid.* p. 58.

<sup>29</sup> *Id. Ibid.* p. 35.

<sup>30</sup> Utilizo o termo colono aqui para designar aqueles imigrantes europeus que vieram colonizar a região.

<sup>31</sup> ESTEVES, *op. cit.*, p. 61 - 64.

Tales Vicenzi<sup>32</sup> desenvolveu sua pesquisa abordando quatro festas rurais que acontecem no bairro Vila Nova. Utiliza, dentre outras fontes, três autores para basear suas considerações históricas: Ficker, Ternes e Corrêa e Rosa<sup>33</sup>. A historicidade do rural joinvilense em sua pesquisa está focada no bairro onde são realizadas as festas que estuda. Vicenzi afirma que a ocupação da região onde hoje está situado o bairro Vila Nova teve início no ano de 1852. A partir de 1867, obras públicas acabaram por mobilizar a urbanização de Joinville em uma direção que não contemplava aquele bairro. Assim, o Vila Nova se configurou como uma região inclinada à agricultura. O autor afirma, referenciando-se em Corrêa e Rosa (1992), que foi nessa região que se fixaram os imigrantes que deram início à zona rural do município<sup>34</sup>.

A partir de Ficker e Ternes, Vicenzi explica que a região do bairro Vila Nova foi ocupada em função da necessidade de encontrar um caminho entre a colônia e a serra de Curitiba. O autor também afirma que, a partir do processo de industrialização de Joinville na década de 1950, pode-se perceber que as áreas consideradas rurais sofreram alterações com a chegada de indústrias na região, inclusive elucida uma lei que chegou a tramitar na câmara de vereadores de Joinville para mudar o zoneamento da cidade, o que faria com que algumas regiões tradicionalmente agrícolas passassem para o perímetro urbano, permitindo a instalação de indústrias e comércios nas localidades<sup>35</sup>.

Eliziane Meurer Boing, ao tratar Joinville como um centro urbano e industrial, classifica como “inusitada” a sintonia entre área urbana e rural no município. Para a autora é “estranho pensar” que os costumes e tradições do meio rural façam parte da cultura joinvilense<sup>36</sup>. Esta autora desenvolveu sua pesquisa com o intuito de discutir como é percebida a paisagem cultural em Joinville e se a Estrada Bonita poderia ser considerada um referencial da paisagem cultural do município. Ela traçou no seu segundo capítulo uma história de Joinville, desde os primórdios da colonização até a industrialização e urbanização na década de 1980. No terceiro capítulo, quando a autora trata da possibilidade de a Estrada Bonita ser considerada paisagem cultural de Joinville, ela traz a história do distrito de

---

<sup>32</sup> VICENZI, Tales. **Festas rurais do bairro Vila Nova e seus processos de identificações**. Dissertação (Mestrado). 99f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2012.

<sup>33</sup> FICKER, Carlos. **História de Joinville**: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Ipiranga, 1965; TERNES, Apolinário. **Joinville**: a construção da cidade. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993; CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.). **História dos bairros de Joinville**. São Paulo: Círculo, 1992.

<sup>34</sup> VICENZI, *op. cit.*, p. 18.

<sup>35</sup> *Id. Ibid.*, p. 25 - 34.

<sup>36</sup> BOING, Eliziane Meurer. **Uma discussão sobre a paisagem cultural em Joinville/SC**. Dissertação (Mestrado). 133f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2013.p. 82.

Pirabeiraba, ao norte do município, onde se localiza a referida estrada, a partir da construção da estrada da serra em direção ao planalto de Curitiba.

Gustavo Grein da Silva<sup>37</sup> desenvolveu sua pesquisa com o objetivo de analisar em que medida os roteiros turísticos criados no meio rural de Joinville, entre os anos 1990 e 2012, poderiam estar relacionadas a uma tentativa de patrimonialização do rural. Na primeira parte de seu terceiro capítulo, com base em uma pesquisa documental em que analisou leis e documentos legais produzidos a partir da década de 1930, o autor buscou as referências ao rural contido na gestão pública e no planejamento do território. Na sequência foram abordadas diversas obras historiográficas que pautaram a elaboração de planos urbanísticos do município.

Silva afirma que na maioria dos casos as abordagens sobre o rural são feitas em relação ao urbano, pois a identificação de algo como rural costuma ser dada a partir da oposição do que é característica do urbano. As narrativas historiográficas sobre Joinville foram produzidas em momentos e com interesses diversos, cercadas por discussões que estabeleceram “oposições e complementaridades entre o rural e o urbano, seja como territórios legalmente delimitados ou enquanto referência a pessoas, grupos e práticas”<sup>38</sup>. Silva elenca duas obras para analisar como o rural está presente nelas: a primeira é “Joinville: subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca”<sup>39</sup>, do historiador Carlos Ficker; a segunda é “História Econômica de Joinville”<sup>40</sup>, do historiador Apolinário Ternes. O autor explica que a escolha destas obras se deu em virtude delas serem amplamente usadas por pesquisadores para constituir a história de Joinville e por terem sido utilizadas para a elaboração de estudos acerca de planejamento territorial do município, já que a obra de Ficker serviu de referência para a construção do Plano Básico de Urbanismo (PBU) de 1966 e a obra de Ternes para o Plano de Estruturação Urbana (PEU) de 1987<sup>41</sup>.

Silva argumenta que na obra de Ficker, os sentidos sobre o rural aparecem desde o início, ao afirmar que a colônia foi concebida para atividades agrícolas<sup>42</sup>. Assim, a partir de Ficker, afirma que o espaço ocupado pelos primeiros imigrantes agricultores foi chamado de Colônia Dona Francisca, com atividades majoritariamente agrícolas. Estava previsto ainda a construção de um centro urbano que receberia o nome de Joinville. Contudo, a partir de 1852,

---

<sup>37</sup> SILVA, Gustavo Grein da. **Patrimônio e roteiros turísticos**: um estudo sobre as contemporâneas estratégias de patrimonialização do meio rural de Joinville/SC (1990-2012). Dissertação (Mestrado). 174f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2015.

<sup>38</sup> *Id. Ibid.*, p. 111.

<sup>39</sup> FICKER, 1965.

<sup>40</sup> TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

<sup>41</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 112.

<sup>42</sup> *Id. Ibid.*, p. 113.

todo o espaço da colônia foi reunido em um único nome e o projeto de construção de uma cidade foi abandonado<sup>43</sup>. Silva arremata sua análise da obra de Ficker afirmando que percebeu uma tentativa de diferenciação entre rural e urbano, pois por se tratar de uma colônia onde predominavam as práticas agrícolas, sua possibilidade de transformação em espaço urbano se deu a partir da chegada da barca “Gloriosa”, que trazia colonos que possuíam práticas mais relacionadas à vida urbana<sup>44</sup>.

Silva também afirma, embasando-se no PBU e em depoimentos de viajantes que passaram por Joinville na década de 1850<sup>45</sup>, que a ocupação do território se deu de forma esparsa. Os colonos organizaram-se em minifúndios com a produção voltada para o consumo interno e empregaram trabalho familiar. O PBU buscou na obra de Ficker subsídios para explicar a explosão demográfica de Joinville na década de 1960. Duas décadas depois, a discussão era outra, o que estava sendo questionado era se o crescimento industrial e urbano teria sido benéfico para o município. Desta forma, em 1987 foi elaborado o PEU com o objetivo de conhecer as causas que influenciaram nesses processos, sendo a obra de Ternes um dos referenciais para este estudo<sup>46</sup>.

A partir de Ternes, Silva afirma que apesar de já no século XIX terem surgido os primeiros estabelecimentos industriais em Joinville, o momento mais significativo de industrialização no município deu-se a partir da segunda metade do século XX seguindo uma conjuntura de desenvolvimento nacional. Silva ainda recorre a Ternes para afirmar que junto com a industrialização veio os problemas sociais e ecológicos como: poluição dos rios, ocupação de áreas inapropriadas para moradias por migrantes que chegavam à cidade em busca de emprego, violência na área policial etc. De acordo com Silva, no PEU de 1987 aproveitou-se destas considerações trazidas por Ternes para propor um novo zoneamento territorial, que não estava dissociado de fatores políticos, econômicos e culturais. O autor apresenta um exemplo disso ao afirmar que dentro da Área de Proteção da Serra do Mar se propôs a criação de um roteiro cultural ao longo da Estrada Dona Francisca, aproveitando-se dos bens culturais alusivos à colonização da região<sup>47</sup>. Cabe destacar que esta proposta se deu cinco anos antes da criação do primeiro roteiro turístico na Estrada Bonita.

---

<sup>43</sup> SILVA, 2015, p. 114.

<sup>44</sup> *Id. Ibid.*

<sup>45</sup> Dentre os viajantes que estiveram em Joinville na sua primeira década de colonização, pode-se destacar o médico germânico Robert Christian Berthold Avé-Lallemant, que esteve na Colônia em 1858 e registrou em sua crônica aspectos sobre a organização espacial do município e percepções sobre o modo de vida dos colonos. SILVA, *op. cit.*

<sup>46</sup> *Id. Ibid.*, p. 117 - 119.

<sup>47</sup> *Id. Ibid.*, p. 120 - 122.



Alanna Fernandes Duarte desenvolveu sua pesquisa com o objetivo de analisar e discutir saberes e práticas do cultivo do arroz e suas relações com as transformações no bairro Vila Nova. Esta autora destaca que a escolha geográfica para a constituição da Colônia Dona Francisca foi estratégica, devido à proximidade com o porto de São Francisco do Sul e os campos de Curitiba e de Lages. Afirma que os primeiros imigrantes passaram por um processo de desencantamento devido ao penoso desafio de derrubar uma densa floresta, sem as ferramentas adequadas para abrir caminho para estradas, habitações e para a agricultura. Duarte afirma que na Colônia Dona Francisca foram privilegiadas as pequenas propriedades dedicadas à agricultura de subsistência, caracterizadas pela policultura e trabalho familiar<sup>48</sup>.

A partir da historiografia produzida sobre a constituição do meio rural de Joinville, cabe ainda abordar as suas características no contexto de criação do PVC. De acordo com o documento “Joinville em Dados 2009”, naquele ano o município possuía uma área rural de 89.549 hectares (ha), destes 26.480 são agriculturáveis. A agricultura familiar correspondia à base do setor primário joinvilense, sendo que 71% das propriedades têm até 20 ha, 26% possuem até 50 e apenas 3% possuem áreas maiores que 50 ha. Assim, a estrutura fundiária estava baseada predominantemente em pequenas propriedades<sup>49</sup>.

O documento atribui à “origem europeia, principalmente de imigrantes alemães”<sup>50</sup> uma tradição na pecuária leiteira no meio rural do município. Apesar de o documento sugerir uma crise no setor, no ano de 2008 havia 250 produtores que obtiveram uma produção de 1.825.000 litros de leite. Dentre os que praticavam a agricultura, o maior número de produtores eram os de hortaliças (raízes), com 804 produtores, de mandioca, com 373 e os de arroz-irrigado, com 250, sendo que estes últimos ocupavam a maior área com 3.000 ha<sup>51</sup>. O documento ainda traz referências à piscicultura, apicultura e agroindústrias artesanal de alimentos.

Ao final da seção que trata da atividade agropastoril em Joinville, o documento traz uma lista dos agricultores comprometidos naquele momento com a atividade de turismo no

---

<sup>48</sup> DUARTE, Alanna Fernandes. **Entre os roçados da colônia e os arrozais da cidade:** o cultivo do arroz e as transformações na paisagem de Joinville, SC. Dissertação (Mestrado). 197f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2017. P. 26 -33.

<sup>49</sup> IPPUJ - Fundação Instituição de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. (Org.). **Joinville Cidade em Dados**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2009 164p.p. 90.

<sup>50</sup>*Id. Ibid.*, p. 91.

<sup>51</sup>Para se ter uma ideia da concentração de terras, os produtores que vinham em seguida com a maior área em hectares (ha) cultivados eram os de banana com 1050 ha, seguidos dos produtores de hortaliças (raízes) com 526 ha, dos produtores de palmeira rural, pupunha com 374 ha, dos produtores de mandioca com 350 ha, dos produtores de cana-de-açúcar com 275 ha, dos produtores de flores com 200 ha, dos produtores de hortaliças (folhas) com 139 há, produtores de milho com 60 ha e de batata doce com 20 ha.Cf.: IPPUJ, *op. cit.*, p. 93.

espaço rural no município<sup>52</sup>. Contudo, o envolvimento de produtores rurais com o turismo está atrelado ao percurso histórico do fomento deste no município e que, apesar de recente, possui diversas continuidades e rupturas. Esta trajetória será apresentada a seguir.

## 1.2 Turismo no espaço rural no Brasil

De acordo com a geógrafa Olga Tulik<sup>53</sup> a iniciativa pioneira de turismo no espaço rural no Brasil data de 1984, no município de Lages em Santa Catarina. A ideia era aproveitar a estrutura das fazendas existentes no município para receber turistas. Naquele período se percebeu que havia um fluxo de turistas provenientes do centro do país que passavam pela região em direção à Serra Gaúcha<sup>54</sup>. Na década seguinte, os empreendimentos de turismo no espaço rural se proliferaram para várias regiões do Brasil. Isso despertou a atenção do Governo Federal que promoveu várias oficinas e audiências públicas no final da década de 1990 e início da década de 2000, visando assistir de alguma forma o segmento<sup>55</sup>. Em 1998, foi publicada a Carta de Santa Maria, resultado do I Congresso Internacional de Turismo Rural de Santa Maria, Rio Grande do Sul, documento que, além de trazer um panorama daquele momento do TER, propunha algumas ações que pudessem fortalecer a atividade. Em 2003, o Governo Federal publicou o documento “Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural”<sup>56</sup>, documento que ganhou uma revisão em 2010, tendo como objetivo:

[...] a valorização da ruralidade, a conservação do meio ambiente, os aspectos socioeconômicos do setor, com destaque para a agricultura familiar, e a articulação interinstitucional e intersetorial, definindo algumas ações norteadoras para o

---

<sup>52</sup> IPPUJ, 2009, p. 95.

<sup>53</sup> TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. *In*. SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (org) **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole. 2010. p. 2-22.

<sup>54</sup> PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo e Desenvolvimento Socioespacial: Reflexões Sobre a Experiência do Agroturismo no Estado do Espírito Santo. *In*. LIMA, Luiz Cruz. **Da Cidade ao Campo: A Diversidade do Saber-Fazer Turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.

<sup>55</sup> I Oficina de Planejamento do Turismo Rural. Brasília/DF – 15 a 17 de julho de 1998; II Oficina de Planejamento do Turismo Rural. Brasília/DF – 17 e 18 de novembro de 1998, denominada “fase marco conceitual”; Audiência Pública na Câmara dos Deputados para validação do conceito e da proposta das diretrizes. Brasília/DF – 14 de março de 2000; Oficina Nacional de Turismo Rural. Brasília/DF – 2 a 4 de abril de 2001; Oficinas Regionais de Turismo Rural: 2001 e 2002; Estudos e proposições em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP: Brasília/DF – 2001 a 2003.

<sup>56</sup> BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Brasília, DF, 2003. 43p.

envolvimento do poder público, iniciativa privada, organizações não-governamentais e comunidade<sup>57</sup>.

Este objetivo pode demonstrar que cerca de vinte anos após a primeira iniciativa de turismo no espaço rural ter iniciado no país, o Governo Federal já dispensava relativa importância a este segmento. Outro elemento que aparece neste objetivo é o destaque à agricultura familiar, o que revela que o espaço rural brasileiro não é uniforme. Tulik<sup>58</sup> afirma que a maioria das experiências de TER surgiu em áreas economicamente deprimidas e que passaram por crises agrárias. A diversificação da atividade para além da produção agrícola seria uma resposta e uma alternativa diante de um panorama adverso no meio rural.

Elesbão<sup>59</sup> fornece elementos que possibilitam compreender esta situação. Na década de 1960 o Brasil adentrou num processo internacional de maximização da produção agrícola conhecido como “Revolução Verde”. Isto ocorreu num momento em que o governo brasileiro adotava medidas como a assinatura da Carta Punta Del Este, a lei nº 4.214/63 que dispunha sobre o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, medidas em resposta a uma demanda internacional, no sentido de ampliação da produção agrícola e, também, a uma demanda interna em relação aos movimentos do campesinato que afloravam Brasil desde a década de 1950<sup>60</sup>.

A Revolução Verde consistia no “aumento da produtividade através da utilização intensiva de novos fatores de produção, com destaque para o melhoramento das sementes, agrotóxicos e a mecanização”<sup>61</sup>. Em suma, buscava-se o aumento da produção agrícola do país e, para tanto, o governo criou um sistema de crédito agrícola para os produtores rurais modernizarem sua produção. De acordo com o autor, este sistema possibilitou a união de ruralistas em torno desta modernização, bem como ao Estado restabelecer o poder regulador econômico nesta área<sup>62</sup>.

Aqueles que ficaram à margem deste processo passaram por inúmeras dificuldades para se manterem em suas propriedades, devido à impossibilidade de competir com a capacidade produtiva dos grandes latifundiários. Muitos migraram para a cidade o que acabou por aumentar ainda mais a concentração de terras em posse de poucos e, por outro lado,

---

<sup>57</sup> BRASIL, 2003, p. 5.

<sup>58</sup> TULIK, 2010, p. 1.

<sup>59</sup> ELESBÃO, Ivo. O turismo no contexto das transformações no espaço rural brasileiro. In. CRISTÓVÃO, Artur et. al. **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Cap. 10, p. 239-266.

<sup>60</sup> SILVA, 2015, p. 32.

<sup>61</sup> ELESBÃO, *op. cit.*, p. 243.

<sup>62</sup> *Id. Ibid.*

intensificar problemas de infraestrutura e de oferta de serviços básicos nas cidades que recebiam grandes e continuadas levas de migrantes<sup>63</sup>.

De acordo com Thaise Costa Guzzatti<sup>64</sup>, a Revolução Verde contribuiu para acentuar um cenário dualista no meio rural brasileiro que se configurou em dois modelos produtivos distintos: patronal e familiar. Na agricultura patronal, a gestão do processo produtivo e o trabalho estão totalmente separados, sendo a administração de todo processo centralizado. Já na agricultura familiar a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, sendo o agricultor o dirigente direto de todo processo produtivo. Enquanto na agricultura patronal existe a especialização e a padronização das práticas agrícolas, no modelo familiar persiste uma prática de diversificação da produção. Na agricultura patronal existe a predominância do trabalho assalariado e da compra de insumos. Já na agricultura familiar, o trabalho assalariado é só complementar enquanto aplica-se o uso de insumos internos. No modelo patronal aplica-se tecnologias para otimizar o uso do solo e reduzir a mão-de-obra<sup>65</sup>.

Apesar de o turismo também poder ser uma opção para os produtores que se enquadram no modelo patronal, para aqueles que fazem parte do modelo da agricultura familiar se tornou uma alternativa para manter suas propriedades rentáveis, agregar valor aos seus produtos e se manter vivendo nelas. Desta perspectiva, a ideia de Ohe<sup>66</sup> de “multifuncionalidade” no meio rural pode fornecer subsídios para compreender o fenômeno do TER. De acordo com o autor, a ideia básica de um espaço rural multifuncional é que este é mais que um lugar onde os alimentos são produzidos<sup>67</sup>. A preservação da paisagem, dos recursos naturais e do patrimônio cultural, bem como a oferta de atividades recreativas podem ser apropriadas por uma iniciativa turística, possibilitando um retorno financeiro para os agricultores. Assim, o TER no Brasil é um fenômeno que ganhou impulso em um panorama adverso no meio rural, pois este pode representar uma fonte de renda extra para os agricultores.

Retomando a iniciativa pioneira no Brasil, esta acabou por influenciar outras pelo país na década seguinte. Apesar de o surgimento do TER em Joinville ter seguido um caminho diferente, no final da década de 1980, como será visto adiante, a iniciativa lageana também foi

---

<sup>63</sup> ELESBÃO, 2012, p. 247.

<sup>64</sup> GUZZATTI, Thaise Costa *et al.* O desenvolvimento do turismo pedagógico em áreas rurais: o caso do Projeto Viva Ciranda, Joinville (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 10-26, fev/abr. 2014.

<sup>65</sup> *Id. Ibid.*, p. 11.

<sup>66</sup> OHE, Yasuo. Multifunctionality and rural tourism: a perspective on farm diversification. **Journal of International Farm Management**, v. 4, n.1, jun. 2007.

<sup>67</sup> *Id. Ibid.*, p. 3.

lembrada por uma notícia publicada em um jornal joinvilense como uma alternativa de lazer para os cidadãos.

### 1.3 Turismo no espaço rural em Joinville

De acordo com a reportagem publicada no jornal A Notícia (AN) de 27 de julho de 2003<sup>68</sup>, a primeira iniciativa de TER em Joinville foi do senhor Tercílio Bilau que, em 1977, abriu um bar em sua propriedade no final da Estrada Bonita, com o objetivo de valorizá-la para vender posteriormente. Contudo, oficialmente, o primeiro projeto de TER promovido pelo poder público do município, em parceria com dezessete famílias da Estrada Bonita, foi lançado em 11 de novembro de 1992<sup>69</sup>. Esta seção tem o objetivo de fornecer subsídios para a discussão conceitual que será desenvolvida em seguida, bem como contribuir para ampliar a compreensão do percurso histórico do TER em Joinville.

Os períodos investigados foram divididos em dois momentos: o primeiro anterior ao lançamento do roteiro da Estrada Bonita em 1992 e o segundo compreendido entre 1992 e 2010, quando o PVC foi concebido, delineado e criado. Como fontes de pesquisa foram utilizados jornais joinvilenses da década de 1980 a 2010. Este recorte temporal adotado visou abranger, por sua vez, os debates travados na imprensa sobre turismo rural que culminou na criação do roteiro da Estrada Bonita, pioneiro neste segmento, até o PVC. Na primeira etapa de levantamento das fontes (referente aos anos de 1980 a 1992) foram consultados todos os jornais disponíveis no acervo do AHJ dos meses de dezembro e janeiro, pelo fato de ser o período em que se veiculavam maior número de reportagens relacionadas ao turismo, em virtude de muitas pessoas estarem de férias. Evidentemente não se descarta a possibilidade de que reportagens sobre os assuntos que interessam para esta pesquisa possam ter sido publicadas em outros meses. Contudo, o AHJ conta com uma coleção de recortes de jornais sobre TER que foram selecionados ao longo dos anos por sua equipe. Outras fontes consultadas ao longo deste percurso foram materiais de divulgação do poder público, documentos oficiais do Poder Executivo Municipal, coleção da Promotur obtidos junto ao AHJ, e materiais de divulgação da Promotur de uma coleção particular.

---

<sup>68</sup> VICENZI, Herculano. Empresário vence desafio em turismo. **A Notícia**, Joinville, 27 jul. 2003. AHJ.

<sup>69</sup> VICENZI, Herculano. Turismo rural já é uma realidade em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 11 nov. 1992. AHJ.

### 1.3.1 A construção da ideia de turismo no espaço rural em Joinville: década de 1980

O Relatório Anual do Prefeito de 1992<sup>70</sup>, no que diz respeito à Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho<sup>71</sup>, destaca a criação de um roteiro de turismo rural na Estrada Bonita naquele ano, sob a justificativa da “crescente descapitalização do agricultor”<sup>72</sup>. Pode-se destacar o fato de que as informações sobre um roteiro turístico no espaço rural estejam na parte do relatório que trata da Fundação responsável pelo suporte técnico aos agricultores de Joinville e não na que tratava da Secretaria de Turismo. Naquele período, a Secretaria de Turismo focava suas ações em eventos da cidade como, por exemplo, Festa das Flores<sup>73</sup> e Festa Nacional e Internacional do Chopp (Fenachopp)<sup>74</sup>, na divulgação turística do município e no turismo no centro da cidade. Coelho<sup>75</sup> traz a fala de um entrevistado que lhe revelou, em tom de brincadeira, que naqueles tempos um importante empresário local havia sugerido colocar um porteiro na entrada da cidade perguntando a cada visitante as razões de vir a Joinville. Se o visitante estivesse em Joinville para negócios ou trabalho, poderia deixá-lo entrar, se estivesse na cidade para turismo, deveria mandá-lo embora, pois isso é “vagabundagem”.

Embora o TER não tivesse ainda chamado atenção do poder municipal, o turismo como caminho econômico para a cidade já havia sido vislumbrado desde o início da década de 1980, como foi o caso em 1984, durante o governo do prefeito Wittich Freitag (1983 – 1988), quando um boneco de Papai Noel de seis metros e meio de altura foi colocado junto ao pórtico da cidade para chamar a atenção dos turistas que passavam pela rodovia BR 101<sup>76</sup>. Outra reportagem de dezembro de 1984 demonstra a preocupação do secretário municipal de

<sup>70</sup> GOVERNO DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE. **Relatório anual 1992**. Joinville, SC, 1992. Fundo do Poder Executivo, AHJ.

<sup>71</sup> De acordo com Filho (2016) a Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho foi fundada em 1966 e “desenvolve processos e projetos, no sentido de aperfeiçoamento dos conhecimentos em agropecuária praticada em pequena escala, estimulando o melhor uso da terra, que auxilia a permanência de famílias na localidade rural”. Cf.: FILHO, Ademar Tavares Vieira. **Fundação municipal de desenvolvimento rural 25 de julho e patrimônio cultural rural**: a agricultura familiar e as políticas públicas na comunidade do Pirafé, Joinville (SC). Dissertação (Mestrado). 274f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2016.

<sup>72</sup> GOVERNO DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE, *op. cit.*, p. 289.

<sup>73</sup> A Festa das Flores foi criada em 1936 como “Exposição de Flores e Arte Domiciliar”, ocorre todos os anos no mês de novembro e está em sua 80ª edição (2018) – não aconteceu em 1942 e 1943. É reconhecida como Patrimônio, Histórico, Artístico e Cultural de Santa Catarina por meio da Lei Estadual 14.697/2009. Disponível em: <<http://www.festadasflores.com.br>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

<sup>74</sup> De acordo com Coelho (2011), a FENACHOPP iniciou em 1988 por iniciativa privada, contudo desde a primeira até a última edição em 2003 contava com o apoio da PMJ. Cf. COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. Joinville: Editora UNIVILLE, 2011.

<sup>75</sup> *Id. Ibid.*, p. 93.

<sup>76</sup> Papai Noel dá boas vindas aos turistas. **A Notícia**, Joinville, 13 dez. 1984. AN Local, p. 5. AHJ.

turismo em chamar a atenção das pessoas que passavam pela rodovia, este anunciava a colocação de *outdoors* em pontos estratégicos às margens dela<sup>77</sup>. No período também havia notícias que comemoravam o aumento do fluxo de turistas na cidade e reconheciam a importância do trabalho de divulgação desenvolvido pela Secretaria de Turismo<sup>78</sup>.

No dia 30 de dezembro de 1988, uma reportagem com um novo secretário do turismo, que iria assumir em janeiro de 1989, dava a ideia de que o foco das ações da Secretaria do Turismo não iria mudar<sup>79</sup>. Para o novo secretário as ações deveriam centrar-se nos eventos, na ampliação da rede hoteleira e propunha uma nova configuração para o carnaval. Em nenhuma reportagem em que gestores públicos ou empresários ligados ao segmento turístico se pronunciavam apareceu qualquer menção ao turismo no espaço rural. Contudo, entre 1982 e 1992, outras reportagens podem demonstrar que os atrativos do município não se resumiam apenas à visão e iniciativas provenientes das lideranças políticas e empresariais. Um exemplo disso pode ser a reportagem publicada em dezembro de 1983, que destacava as belezas das hortênsias na região do Rio do Júlio<sup>80</sup> localizada na Serra do Mar dentro dos limites do município de Joinville<sup>81</sup>. Apesar de a reportagem não fazer referência direta ao turismo, revela que nos finais de semana a localidade recebia muitas pessoas com o intuito fotografar as floradas das hortênsias.

Os registros de várias ocorrências de óbitos por afogamento em rios da região, noticiados no AN no período pesquisado, podem ser um indício de que a área rural do município era uma alternativa de lazer para algumas pessoas<sup>82</sup>. Outro local procurado pelos joinvilenses naqueles tempos em dias de calor era a praia da Vigorelli. Localizada na foz do rio Cubatão com a baía da Babbitonga, a praia estava inserida numa região até então considerada rural. Durante toda a década de 1980 e início de 1990 os jornais registraram grande fluxo de banhistas provenientes de diversos bairros da cidade. Entre janeiro de 1984 e dezembro de 1986 foram identificadas sete reportagens no AN que tratavam o lugar como

---

<sup>77</sup> Aumenta o fluxo de turistas em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 16 dez. 1984. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>78</sup> Cf. Turismo obtém boa evolução no fim de ano. **A Notícia**, Joinville, 4 jan. 1985. AN Local, p. 5; Movimento turístico estabeleceu recorde. **A Notícia**, Joinville, 5 fev. 1987. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>79</sup> Ramiro Gregório quer incrementar o turismo. **A Notícia**, Joinville, 30 dez. 1988. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>80</sup> O Rio do Júlio é uma localidade que se situa no alto da Serra Dona Francisca próximo do município de Campo Alegre, vizinho de Joinville.

<sup>81</sup> Hortênsias, atração na serra. **A Notícia**, Joinville, 11 dez. 1983. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>82</sup> Entre 1982 e 1990 foram totalizados 17 óbitos por afogamento nos meses de dezembro e janeiro. Cf. **A Notícia**, Joinville, 14 dez. 1982. Reportagem de Capa; **A Notícia**, Joinville, 27 dez. 1983. **Polícia**, p. 8; **A Notícia**, Joinville, 10 jan. 1984. **Polícia**, p. 8; **A Notícia**, Joinville, 18 jan. 1986; **Polícia**, p. 6. **A Notícia**, Joinville, 21 jan. 1986. **Polícia**, p. 6; **A Notícia**, Joinville, 20 jan. 1987. **Polícia**, p. 6; **A Notícia**, Joinville, 25 jan. 1987. **Polícia**, p. 6; **A Notícia**, Joinville, 27 dez. 1987. **Polícia**, p. 6; **A Notícia**, Joinville, 15 jan. 1988. **Polícia**, p. 6; **A Notícia**, Joinville, 13 dez. 1988. **Polícia**, p. 6; **A Notícia**, Joinville, 24 jan. 1989. **Polícia**, p. 6; **A Notícia**, Joinville, 18 dez. 1989. **Polícia**, p. 10; **A Notícia**, Joinville, 27 dez. 1989. **Polícia**, p. 6; **A Notícia**, Joinville, 25 dez. 1990. **Polícia**, p. 12. AHJ.

sendo uma opção de lazer para o joinvilense, com balneabilidade e democrático, dada as melhorias de acesso ao transporte público para o local<sup>83</sup>. Isto pode sinalizar o crescimento do interesse pelo espaço rural do município como atrativo de lazer.

No dia 13 de janeiro de 1987 uma notícia deu início a um dilema<sup>84</sup>. Estudos feitos pela Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente (Aprema), em amostra de água colhida em 1985, constataram que a Vigorelli era uma “sopa química”, segundo o que afirmava o próprio representante da associação. No dia 16 de janeiro de 1987 de acordo com outra reportagem<sup>85</sup>, o promotor do Serviço Especial de Defesa Comunitário (Decom)<sup>86</sup> deu entrada em inquérito para apurar as denúncias feitas pela Aprema. Na mesma reportagem o secretário de Serviços Públicos do município se defendeu usando um relatório de análise da água feito pela Fundação de Amparo e Tecnologia ao Meio Ambiente (Fatma) em 1986. Porém, no dia 21 de janeiro de 1987<sup>87</sup>, foi a vez da Fatma se manifestar. De acordo com os estudos feitos por esta fundação, foram descobertos elevados níveis de zinco, chumbo, cobre e coliformes fecais na água da Vigorelli, elementos estes que estão relacionados à causa de diversas doenças e colocavam em risco os banhistas. O assessor técnico da Fatma afirmou, em tom de ironia, que a Secretaria de Serviços Públicos de Joinville deveria ter mandado para análise no laboratório “amostras de água mineral”.

Diante desta situação, no dia 24 de janeiro de 1987, em uma reportagem do jornalista Herculano Vicenzi sobre a importância de preservar a Serra do Mar, local onde se encontram os mananciais que fornecem água para o abastecimento da cidade, o AN afirmava que os rios da região ainda estavam livres de contaminação<sup>88</sup>. Toda a situação polêmica pela qual a Vigorelli passava chamou a atenção do jornal que tratou de apresentar uma nova opção para o joinvilense buscar refresco nos dias de calor, neste caso, os rios da zona rural.

Esta notícia também tem relação com outra preocupação daqueles tempos no município de Joinville: a falta de água. No final do mês de janeiro de 1986, o AN informou que o vereador Durival Lopes Pereira havia encaminhado uma proposta para preservar o

---

<sup>83</sup> Cf. A Notícia, Joinville, 8 jan. 1984. AN Local, p. 5; A Notícia, Joinville, 19 jan. 1984. AN Local, p. 5; A Notícia, Joinville, 11 jan. 1985. AN Local, p. 5; A Notícia, Joinville, 21 dez. 1985. AN Local, p. 5; A Notícia, Joinville, 5 jan. 1986. AN Local, p. 5; A Notícia, Joinville, 15 jan. 1986. AN Local, p. 5; A Notícia, Joinville, 30 dez. 1986. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>84</sup> Vigorelli pode ser interditada. **A Notícia**, Joinville, 13 jan. 1987. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>85</sup> Denúncia da APREMA vai ter inquérito. **A Notícia**, Joinville, 16 jan. 1987. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>86</sup> Órgão criado em 1982 pelo Ministério Público de Santa Catarina. Disponível em: <<https://www.mpsc.mp.br/noticias/decom-transformou-a-historia-do-ministerio-publico-brasileiro>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

<sup>87</sup> Pesquisa da Fatma acusa poluição. **A Notícia**, Joinville, 21 jan. 1987. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>88</sup> VICENZI, Herculano. Preservar a Serra do Mar garante vida futura. **A Notícia**, Joinville, 24 jan. 1987. Reportagem de Contracapa. AHJ.



manancial do Rio Cubatão<sup>89</sup>. Além de apresentar a importância ambiental e de abastecimento daquela região para a cidade, a reportagem encerra com a afirmação de que ela encanta “qualquer mortal que visite aquele pedaço de natureza”. Como mencionado anteriormente, esta preocupação foi novamente lembrada por Herculano Vicenzi em matéria de janeiro de 1987. A preocupação com o abastecimento de água do município era algo que envolvia vários segmentos da sociedade local. No dia 4 de dezembro de 1987 uma nota informava que uma sociedade de Joinville iria promover um passeio ecológico para a região do Rio Pirai<sup>90</sup>. O passeio tinha o objetivo de conscientizar as pessoas da importância do Rio Pirai e Cubatão para o abastecimento de Joinville. Em janeiro de 1990 a falta de água, sobretudo na Zona Sul de Joinville, levou um grupo de mulheres a protestarem pelas ruas do centro da cidade, chegando a “invadir”, de acordo com a matéria, a sede da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) no município<sup>91</sup>. Cabe mencionar que as reportagens que abarcam a importância da preservação dos mananciais da região apresentam também em seu conteúdo um enaltecimento às características naturais do interior de Joinville, favoráveis à prática do turismo.

A primeira reportagem que trata do turismo na área rural no município foi publicada no dia 11 de junho de 1985 sob o título “Vereadores pleiteiam terminal turístico no interior de Joinville”<sup>92</sup>. Os vereadores Durival Lopes Pereira e João Pessoa Machado haviam encaminhado um ofício ao Governo do Estado solicitando a implantação de um terminal turístico no interior de Joinville, que compreenderia o salto do Rio Cubatão e o Castelo dos Bugres, todos os dois lugares localizados próximos à localidade do Rio do Júlio. A reportagem destaca detalhadamente a beleza dos dois locais e afirma que, segundo os referidos vereadores, o projeto poderia ser ampliado para outras regiões de Joinville. Três dias depois, no dia 14 de junho de 1985, essa reportagem ganhou um reforço, sendo publicado um texto semelhante sob o título de “Potencial turístico escondido em Joinville”<sup>93</sup>, no caderno de Turismo do AN<sup>94</sup>. O que esta reportagem trazia de novidade era a opinião do secretário de

---

<sup>89</sup> VICENZI, Herculano. Vereador quer preservar manancial do Rio Cubatão. *A Notícia*, Joinville, 30 jan. 1986. AHJ.

<sup>90</sup> Passeio Ecológico. *A Notícia*, Joinville, 4 dez. 1987. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>91</sup> Aumentam os protestos contra a falta de água em Joinville. *A Notícia*, 24 jan. 1990. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>92</sup> Vereadores pleiteiam terminal turístico no interior de Joinville. *A Notícia*, Joinville, 11 jun. 1985. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>93</sup> ARNHOLD, Nelci. Potencial turístico escondido em Joinville. *A Notícia*, Joinville, 14 jun. 1985. AN Turismo. AHJ.

<sup>94</sup> O caderno de Turismo no Jornal A Notícia surgiu em 1985. Pelo o que pude perceber nos exemplares que tive contato, dava-se ênfase para atrativos turísticos fora de Joinville, onde roteiros internacionais ganhavam destaque. Embora, vez ou outra, podia-se achar matérias que tratavam de algum atrativo do município, como é caso da reportagem citada.

turismo de Joinville sobre o assunto. Apesar de ele ter considerado boa a ideia dos vereadores, não achava interessante abrir outras frentes de trabalho antes de colocar “em dia” a infraestrutura turística do centro da cidade. O jornalista responsável pelo caderno respondeu criticando abertamente o desinteresse das autoridades da cidade pelo turismo, que usavam como justificativa o fato de a cidade ser industrial, de não ter vocação turística, afirmação que é rebatida pelo autor do texto desta forma: “Joinville tem vocação turística, mas nos parece que algumas pessoas não a têm”. O texto termina afirmando que se houvesse boa vontade, Joinville teria potencial para superar grandes centros turísticos do país. Quase três anos depois, no dia 24 de janeiro de 1988, o AN apresentou uma reportagem sobre o turismo no espaço rural em Lages com o título de “A natureza substitui roteiros convencionais”<sup>95</sup>, onde são enaltecidos os aspectos positivos da iniciativa.

No dia 4 de setembro de 1989 é publicada pelo jornal Diário Catarinense (DC) a reportagem “Zona Rural é incluída no turismo”<sup>96</sup>, que informava uma ação coordenada pela Prefeitura de Joinville, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e setores empresariais dispostos a investir no segmento, visando à inclusão da zona rural do município em um roteiro turístico. O texto definia que o primeiro passo seria determinar um roteiro para apresentar as atrações e os produtos tradicionais da região, como a cachaça, o mel, melado, queijo, frutas etc. Cinco meses depois, o AN publicou a reportagem “Joinville cria a trilha do imigrante”<sup>97</sup>, resultante do trabalho conjunto entre a Secretaria de Turismo, a Fundação Cultural de Joinville e o Sphan. O roteiro estava em processo de implantação e seu percurso passava pela rodovia Dona Francisca. Por ter sido publicada no caderno de turismo do jornal, o texto é rico em detalhes, onde é apresentado cuidadosamente o caminho percorrido pela reportagem em companhia de representantes da Fundação 25 de Julho e da Secretaria de Turismo. Também são destacadas as paisagens exuberantes, a arquitetura enxaimel, os produtos coloniais, os rios, as pontes pênseis etc. O texto termina lembrando o prefeito e o secretário de turismo da riqueza natural e cultural do roteiro no município.

O TER de Joinville seria novamente pauta de reportagem no dia 7 de julho de 1991<sup>98</sup>. No texto são apresentadas algumas iniciativas provenientes do capital privado e outras que recebiam apoio de órgãos públicos. Percebe-se, assim que neste momento o TER já uma era realidade em Joinville.

---

<sup>95</sup> SILVA, Eron. A natureza substitui roteiros convencionais. **A Notícia**, Joinville, 24 jan. 1988. Caderno ANEXO, p. 5. AHJ.

<sup>96</sup> Zona Rural é incluída no turismo. **Diário Catarinense**, Joinville, 4 set. 1989. AHJ.

<sup>97</sup> Joinville cria a trilha do imigrante. **A Notícia**, Joinville, 14 fev. 1990. AN Turismo. AHJ.

<sup>98</sup> Turismo rural tem incremento em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 7 jul. 1991. Economia, p. 10. AHJ.

Pelas fontes analisadas compreende-se como foi sendo concebido o TER em Joinville. Inicialmente, as belezas naturais foram evocadas para destacar o potencial turístico do interior do município, ao mesmo tempo, a imprensa apresentava opções de lazer fora do centro da cidade ao joinvilense, como é caso da praia da Vigorelli. Por fim, junto com a preocupação com a preservação dos mananciais, se chamou a atenção para a atividade turística no meio rural.

Também na década de 1980, Joinville começava a sentir os efeitos da expansão industrial. Para se ter uma ideia, no ano de 1950, Joinville possuía uma população de pouco mais de 43 mil pessoas. Transcorridos 20 anos, em 1970, a população já era de 126 mil pessoas. A década de 1980 iniciou com 235 mil habitantes e terminou com 347 mil, ou seja, em duas décadas a população do município aumentou em 200%<sup>99</sup>. O aumento populacional desencadeado pelo crescimento da indústria causava efeitos indesejáveis para os administradores públicos da época, como o crescimento desordenado da malha urbana que avançava sobre áreas rurais, somado à proliferação de loteamentos irregulares e à ocupação de áreas de manguezais<sup>100</sup>.

Diante deste cenário cabe ainda compreender a situação dos agricultores em Joinville que, como se pode perceber nas iniciativas veiculadas pela imprensa, pareciam estar alheios ao processo de turistificação do espaço rural. Ainda no Relatório Anual do Prefeito de 1992<sup>101</sup>, há menção à “descapitalização” dos agricultores, expressão utilizada para se referir às dificuldades financeiras dos agricultores, o que justificava aos gestores públicos a necessidade de se criar o roteiro turístico na Estrada Bonita. Os jornais joinvilenses da década de 1980 também apontaram para a difícil situação enfrentada pelos produtores rurais naquele período.

De acordo com reportagem de dezembro de 1984<sup>102</sup>, houve na Fundação 25 de Julho um encontro organizado pelos próprios produtores com a finalidade de discutir alguns problemas. No evento compareceram o secretário da Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina, o prefeito e outras autoridades ligadas à agricultura no Estado. Uma série de reivindicações foram apresentadas pelos agricultores, dentre as quais: criação do distrito agrícola de Joinville, disponibilização de uma patrulha mecanizada<sup>103</sup> para os produtores

---

<sup>99</sup> IPPUJ, 2009, p. 54.

<sup>100</sup> COELHO, 2010, p. 66.

<sup>101</sup> GOVERNO DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE, 1992, p. 289.

<sup>102</sup> Agricultores debatem seus problemas. **A Notícia**, Joinville, 14 dez. 1984. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>103</sup> Patrulha mecanizada é o conjunto de vários equipamentos como Retro escavadeiras, Colheitadeiras, tratores agrícolas etc. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/-/patrulhas-mecanizadas-fortalecem-agricultura-familiar>>. Acesso em: 25/02/2018.

rurais, trabalhos permanentes de irrigação e drenagem do solo, plano de combate ao borrachudo, implantação de sistema telefônico rural e construção de quadras esportivas para todas as comunidades rurais. De acordo com matéria publicada no dia seguinte o secretário comprometeu-se em mandar uma patrulha mecanizada para Joinville, quanto às outras reivindicações o texto nada menciona<sup>104</sup>.

Em dezembro de 1986 o AN veiculava uma entrevista realizada com o novo presidente da Fundação 25 de Julho que prometia diálogo com os produtores joinvilenses<sup>105</sup>. Algo que chama atenção é a repetição de algumas reivindicações dos agricultores manifestadas dois anos antes, que reapareceram como promessa da nova administração. Contudo, algumas novidades são anunciadas como a ampliação do Cinturão Verde<sup>106</sup> e a melhoria das condições de comercialização dos gêneros alimentícios em âmbito municipal.

Em janeiro de 1989, assumia o governo municipal um novo prefeito que logo no início de seu mandato visitou a área rural para “ouvir as queixas” dos agricultores<sup>107</sup>. De acordo com a matéria, esta visita foi em uma região muito específica, não sendo estendida a outras regiões rurais de Joinville. Apesar de este ato sinalizar uma especial atenção do novo Prefeito aos problemas dos agricultores, dois anos depois, no dia 3 de dezembro de 1991<sup>108</sup>, o jornal informava que os agricultores de Joinville, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, encaminharam uma lista de reivindicações ao poder público. Dentre as principais reivindicações pode-se destacar: reforço na rede de energia elétrica e ampliação do sistema de iluminação, transporte coletivo, linha de créditos para investimentos rurais, controle da poluição dos rios, limitação do perímetro urbano etc.

Como já mencionado, em novembro do ano seguinte foi lançado o primeiro roteiro de TER em Joinville. Cabe questionar se tal roteiro seria uma resposta do governo municipal aos produtores rurais. E ainda, em que termos o roteiro foi articulado às reivindicações dos agricultores. Na próxima seção estas questões serão analisadas e articuladas ao lançamento do PVC, em 2010.

---

<sup>104</sup> Norte receberá patrulha mecanizada. **A Notícia**, Joinville, 15 dez. 1984. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>105</sup> Bruske quer diálogo com produtores joinvilenses. **A Notícia**, Joinville, 19 dez. 1986. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>106</sup> “O Cinturão Verde [...] tem por finalidade conter a expansão urbana no sentido oeste, bem como ser o setor de abastecimento primário do município. Neste setor serão incentivadas atividades hortigranjeiras”. IPPUJ, *apud* SILVA, 2015, p. 95.

<sup>107</sup> Prefeito vai ao meio rural ouvir queixas. **A Notícia**, Joinville, 8 jan. 1989. AN Local, p. 5. AHJ.

<sup>108</sup> Agricultores encaminham as reivindicações. **A Notícia**, Joinville, 3 dez. 1991. AN Local, p. 5. AHJ.

### 1.3.2 Do roteiro na Estrada Bonita ao Projeto Viva Ciranda: O período entre 1992 e 2010

Em 1992 foi lançado o roteiro de TER na Estrada Bonita, resultado da ação em conjunto entre a Secretaria de Turismo, a Fundação 25 de Julho e a comunidade local. A escolha da região, de acordo com reportagem publicada no AN em 27 de novembro daquele ano<sup>109</sup>, ocorreu em virtude da tradição na produção e venda de produtos coloniais e nas belezas naturais do lugar. O texto também afirmava que faziam parte do projeto 17 famílias que receberam treinamento da Fundação para “melhorar” a produção dos produtos oferecidos e a recepção dos visitantes.

Esses dois fatores, recepção dos visitantes e treinamento dos agricultores, foram recorrentes nos discursos do poder público municipal após o lançamento do projeto de roteiro rural da Estrada Bonita. A melhoria da recepção dos visitantes foi destacada em três reportagens por representante da Fundação 25 de Julho como uma prioridade para o poder público<sup>110</sup>. Em 1998, foram divulgados vários cursos oferecidos pela Fundação 25 de Julho e pela Companhia Municipal de Promoção Turística (Promotur), que substituiu a Secretaria de Turismo em 1997, com o objetivo de profissionalizar e qualificar os agricultores que recebiam visitantes e turistas em suas propriedades. Os recursos financeiros para estes cursos provinham do Sistema Nacional de Empregos e as atividades aconteciam na Univille. Os temas eram variados: produção colonial, questões ambientais, saneamento rural, além de assuntos mais específicos do turismo como conceitos de turismo, roteiros e serviços.

Se a tradição e as belezas do meio rural foram os principais aspectos considerados como atrativos turísticos para a roteirização, qual seria então a necessidade de qualificar os produtores para “melhorar” sua produção? Por que o saber-fazer dos agricultores, supostamente materializados nos produtos coloniais a serem comercializados necessitaria de formação técnica adequada? Profissionalizar e qualificar os agricultores não poderia ser parte de um processo que visava apresentar aos turistas um rural idealizado e consumível por aqueles que não vivem no meio rural? Silva e Coelho<sup>111</sup> afirmam que estratégias “como a roteirização acabam por produzir generalizações, na medida em que instituem lugares

---

<sup>109</sup> VICENZI, Herculano. Turismo rural já é uma realidade em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 11 nov. 1992. AHJ.

<sup>110</sup> Universidade reformula projeto de turismo rural. **A Notícia**, Joinville, 15 ago. 1998. AN Cidade; Famílias investem no turismo rural. **A Notícia**, Joinville, 24 out. 1998; Pesquisa para avaliar serviços. **Diário Catarinense**, Joinville, 16 jul. 1999. AHJ.

<sup>111</sup> SILVA, Gustavo Grein da; COELHO, Ilanil. **A patrimonialização do meio rural de Joinville/SC**. I Simpósio de Patrimônio cultural de Santa Catarina, Florianópolis, nov. 2013.

idealizados por meio da re-localização de práticas e de grupos tidos como essencialmente rurais”<sup>112</sup>. Um exemplo desse processo pode ser percebido em uma reportagem veiculada em junho de 2000, na qual os agricultores que abriram suas propriedades para o turismo foram chamados de “ex-produtores”, ou dito de outro modo, empreendedores do meio rural<sup>113</sup>. Em outra reportagem, de dezembro de 2002, um dos agricultores que se dedicava ao turismo mostrou-se muito satisfeito pelo sucesso do segmento alcançado em sua propriedade, pois com a chegada do turismo, não precisava mais se dedicar à produção de bananas, até então principal atividade econômica da família<sup>114</sup>.

Um meio rural idealizado e a transformação de agricultores em empreendedores, ao menos nominalmente, foram elementos mobilizados pela imprensa para enaltecer o turismo como atividade capaz de desenvolver o meio rural. Por outra parte, no Plano de Ação da Promotur de 1999, na seção em que continha as principais metas e ações para o biênio 1999/2000, a primeira meta estabelecida era: “Apoio ao incremento do turismo rural, com destaque para divulgação das atividades de pesque-pague e parque aquáticos”<sup>115</sup>. Percebe-se que para o poder público naquele momento a atividade do TER escapava ao que até então era propriamente rural, isto é, a lida da terra, a produção agrícola e artesanal, os saberes e fazeres tradicionalmente a ela ligados, ou até mesmo os modos de vida e os vínculos destes com as paisagens próprias do meio rural joinvilense. Desta forma, o turismo rural passava a ser concebido como negócio para aqueles que desejassem se tornarem empreendedores, desde que comesçassem a tratar suas propriedades como espaço de oportunidade para novos negócios. Evidentemente, não se quer afirmar que equipamentos como pesque-pague e parque aquático não possam ser associados ao conceito de TER. Contudo, o discurso oficial de que o fomento ao turismo voltava-se aos próprios agricultores perdia força. Perdia força também o argumento de que o turismo rural seria uma atividade com a finalidade de apoiar e valorizar o modo de vida e os bens culturais a ele associados.

Possivelmente, como desdobramento crítico já perceptível à época, no ano de 2004 Joinville recebeu o Congresso Internacional sobre o Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, que tinha como objetivo “discutir a utilização do turismo rural para o desenvolvimento econômico e social e com a preservação do patrimônio cultural das

---

<sup>112</sup> SILVA; COELHO, 2013, p. 12.

<sup>113</sup> Turismo vira fonte de renda para ex-produtores. **A Notícia**, Joinville, 4 jun. 2000. AHJ.

<sup>114</sup> Dez anos de turismo rural. **A Notícia**, Joinville, 4 dez. 2002. AHJ.

<sup>115</sup> PROMOTUR – Companhia Municipal de Promoção Turística. **Plano de ação PROMOTUR 1999**. Joinville: Prefeitura de Joinville, 1999.

comunidades rurais”<sup>116</sup>. De acordo com reportagem, o evento sediado em Joinville justificava-se pela trajetória que o município tinha no turismo em espaço rural e por um convênio firmado com a Faculdade de Turismo do Instituto de Ensino Luterano de Santa Catarina (Ielusc). O evento discutiu, além das questões econômicas e sociais, o patrimônio cultural das comunidades rurais.

A expansão do TER em Joinville na década de 1990 não se restringiu apenas ao debate acadêmico. Desde 1993 a imprensa joinvilense já chamava atenção para o potencial turístico ainda inexplorado da região do rio Piraí no bairro Vila Nova<sup>117</sup>. Em março de 1994, a Secretaria de Turismo solicitou a Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville (Ippuj) um estudo para a elaboração de um Plano Diretor para o desenvolvimento do turismo na região do Piraí<sup>118</sup>. Também no ano de 1994, no mês de agosto, é publicada uma reportagem sobre uma empresa que vendia passeios para dois roteiros turísticos no interior do município (região do Rio Piraí e região do Rio Quiriri). Sob a denominação de “turismo ecológico”, eram oferecidos pacotes para um dia inteiro. Os visitantes eram levados em um ônibus da empresa até a região do passeio. Lá faziam parte do percurso caminhando e retornavam de ônibus para o centro da cidade<sup>119</sup>.

Apenas em maio de 1999, o AN noticia que a Promotur planejava expandir o TER no município para as regiões do Rio Piraí e da Estrada Dona Francisca, graças à contratação de uma professora da faculdade de turismo da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), que estava desenvolvendo um plano para a região<sup>120</sup>. Finalmente, em janeiro de 2000 o DC faz a cobertura do lançamento, pela Prefeitura, do roteiro de TER do Piraí<sup>121</sup>, englobando dez propriedades rurais e dois parques aquáticos.

O que se percebe neste percurso histórico, tanto no da Estrada Bonita quanto no da região do Piraí, é o estado de passividade dos agricultores que a imprensa transmitia. De acordo com os jornais, parece que todas as iniciativas pioneiras de explorar o TER no município da década de 1990 em diante surgiram do poder público ou de iniciativa empresarial. Poderia se indagar se a ausência da participação de agricultores insinuaria que estes foram realmente passivos diante da formulação destes roteiros.

---

<sup>116</sup> Joinville vai debater o turismo rural. **A Notícia**, Joinville, 4 mai. 2004. AHJ.

<sup>117</sup> Roteiro de beleza no interior de Joinville. **A Notícia**, Joinville, 24 set. 1993. AN Regional, p. 4. AHJ.

<sup>118</sup> Plano diretor visando turismo rural/ecológico. **A Notícia**, Joinville, 25 mar. 1994. AHJ.

<sup>119</sup> Novidades no turismo ecológico. **A Notícia**, Joinville, 3 ago. 1994. Turismo, p. 28. AHJ.

<sup>120</sup> VICENZI, Herculano. Joinville pretende investir no turismo rural. **A Notícia**, Joinville, 6 mai. 1999. Contracapa. AHJ.

<sup>121</sup> Piraí ganha projeto para estimular o turismo em espaço rural. **A Notícia**, Joinville, 2 jan. 2000; Joinville inaugura roteiro rural na Estrada do Piraí. **Diário Catarinense**, Joinville, 18 jan. 2000. AHJ.

No início da década de 2000, a imprensa noticiou pouca coisa referente ao turismo rural joinvilense, salvo algumas matérias que apontavam para o “sucesso” do segmento no município, sucesso que até mesmo estava servindo de modelo para outras cidades<sup>122</sup>. Em novembro de 2007, passados quinze anos do lançamento do roteiro da Estrada Bonita, o AN publicou uma matéria de duas páginas, rica em detalhes e ilustrações, sobre o assunto, destacando os principais atrativos turísticos da região. Essas reportagens não fornecem subsídios suficientes para entender as razões que levaram à criação do PVC. Se o turismo rural de Joinville aparentemente estava obtendo êxito, por que então o PVC tem como justificativa os problemas econômicos enfrentados pelos agricultores familiares? Contudo, a dissertação defendida por Elaine Borges<sup>123</sup>, junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade da Região de Blumenau, apresenta dados colhidos em 2008 para a realização de uma pesquisa comparativa entre Lages e Joinville que auxiliam na compreensão do contexto daquele período.

A autora baseou sua análise em entrevistas realizadas com a coordenadora do turismo rural da Promotur, a presidente da Associação de Turismo Eco-Rural, dois agricultores que abriram suas propriedades para o turismo, além de 15 turistas. De acordo com Borges, em 2005 foi criada a Associação de Turismo Eco-Rural com a expectativa de “geração de emprego e renda para a área rural e a implantação de alternativas e soluções para possibilitar que mais famílias iniciassem na prática do turismo rural”. Parece que o intuito de fazer com que mais famílias aderissem à prática do turismo deu resultado, pois, segundo a coordenadora da Promotur, em 2008 cerca de 50 famílias estavam inscritas na Prefeitura como empreendedores do segmento. Contudo, a coordenadora reconhecia que “a maioria não pode ser considerada como turismo rural, visto que não tem nenhuma estrutura para atender os turistas”<sup>124</sup>. Algumas destas famílias dispunham de um lago, onde a atividade de pesque-pague era oferecida, atraindo apenas a população que residia nas imediações das propriedades. Borges também menciona que muitos agricultores desistiam da atividade do turismo por diversos problemas, como falta de incentivo do poder público, legislação sanitária etc.

Borges cita algumas dificuldades de agricultores que abriam suas propriedades para o turismo enfrentavam: (a) grande número de regras e normas impostas pela vigilância sanitária

---

<sup>122</sup> VICENZI, Herculano. Turismo rural de Joinville vira modelo. A Notícia, Joinville, 13 jan. 2001. Geral, p. 4; \_\_\_\_\_. Dez anos de turismo rural. A Notícia, 4 dez. 2002. AN Turismo, p. E4; \_\_\_\_\_. Projetos incrementam renda. A Notícia, Joinville, 28 dez. 2002. Geral, p. 12. AHJ.

<sup>123</sup> BORGES, Elaine Cristina. **Novas territorialidades no espaço rural**: estudo do turismo rural nos municípios de Lages e Joinville – SC. Dissertação (Mestrado). 103f. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2009.

<sup>124</sup> *Id. Ibid.*, p. 78 - 79.



do município; (b) dificuldades financeiras – alguns agricultores vislumbravam que o turismo poderia salvar suas propriedades da dificuldade econômica; (c) dificuldade da efetivação de projetos pela falta de apoio do poder público; (d) dificuldade de organização, já que havia um grande número de propriedades cadastradas na Prefeitura como turismo rural; (e) desmotivação dos agricultores por terem que trabalhar aos finais de semana; (f) desarticulação do grupo dos agricultores que praticavam o turismo; (g) abandono das propriedades por parte dos filhos que iam trabalhar nas indústrias da região<sup>125</sup>.

Como mencionado anteriormente, Esteves<sup>126</sup> realizou pesquisa que abordava a Culinária e o Cotidiano da Estrada Bonita. Esta autora também forneceu subsídios para compreender o panorama do turismo em espaço rural em Joinville naquele momento. De acordo com Esteves<sup>127</sup>, em 2009 apenas oito agricultores ainda estavam recebendo turistas e visitantes em sua propriedade. Afirma ainda que os gastos necessários para a adaptação da propriedade para receber os turistas e as exigências da vigilância sanitária teriam causado a desistência de muitos dos envolvidos.

Contudo, apesar das dificuldades enfrentadas pelos agricultores, para a autora, o turismo trouxera benefícios como o asfaltamento de estradas, a implantação de uma linha regular de ônibus e o aumento das vendas dos produtos. Para a autora, a implantação do projeto de turismo na Estrada Bonita possibilitou a valorização da agricultura familiar, pois “sua cultura tornou-se o próprio atrativo turístico, agregando valores em seus produtos caseiros, contribuindo no aumento da renda familiar e da auto-estima da comunidade local”<sup>128</sup>.

Esteves descreve detalhadamente o perfil das propriedades que naquele momento compunham o roteiro de turismo rural na Estrada Bonita. Arremata seu texto afirmando que apesar das oportunidades que a “Joinville urbana” teria propiciado, com o tempo, se perdeu a tranquilidade, qualidade na alimentação e a possibilidade de viver em harmonia com a natureza e “somente o meio rural proporciona este regresso ao natural”<sup>129</sup>. A autora opõe o rural e o urbano como dois contextos separados que não teriam relação. Assim, a partir de seu próprio ponto de vista, acaba idealizando um rural atribuindo a ele valores éticos morais.

---

<sup>125</sup> BORGES, 2009, p. 78.

<sup>126</sup> ESTEVES, 2010.

<sup>127</sup> *Id. Ibid.*, p. 32.

<sup>128</sup> *Id. Ibid.*, p. 28 - 30.

<sup>129</sup> *Id. Ibid.*, p. 99.

Como já apresentado anteriormente, o documento “Joinville em Dados 2009”<sup>130</sup> encerra a seção que trata da agricultura no município com uma lista de agricultores envolvidos com o turismo. Este documento afirma que a atividade turística é potencializada pelas belezas naturais que o município oferece e, juntamente com a indústria artesanal de alimentos, agrega valor ao produto agrícola<sup>131</sup>. O documento apresenta 60 produtores envolvidos com o turismo rural nas localidades da Estrada Bonita, Piraí, Quiriri, Estrada Dona Francisca, Estrada do Pico, Estrada Rio da Prata, Estrada Izaack, Estrada Mildau e Rio do Júlio<sup>132</sup>.

O documento ainda mostra que quase 40% dos que visitam Joinville vêm em busca de atrativos naturais, históricos, culturais ou manifestações populares. Eventos trazem apenas 1,45%. O restante, cerca de 59%, vêm para Joinville por outros motivos: visita para parentes e amigos, compras e realização tratamentos de saúde<sup>133</sup>. Estes dados demonstram a força turística dos atrativos naturais e culturais do município em detrimento dos grandes eventos que acontecem anualmente na cidade como Festa das Flores e Festival de Dança<sup>134</sup>.

Pode-se, assim, ter uma ideia do panorama no qual se encontrava o TER em Joinville pouco antes da criação do PVC. Borges aponta para algumas dificuldades que os agricultores de Joinville que se dedicavam ao TER enfrentavam. Esteves afirma que, apesar de considerar todos os benefícios que, para ela, o turismo trouxe para os agricultores, algumas dificuldades financeiras levavam alguns a desistir da empreitada. O documento “Joinville em Dados 2009”, por sua vez, destaca os fatores de atração turística do meio rural, os quais predominariam sobre outros atrativos da cidade (eventos e negócios) que, supostamente, possuíam mais atenção por parte do poder público. É nesse quadro que ocorre a criação do PVC, iniciou suas atividades com as primeiras visitas teste no ano de 2010.

---

<sup>130</sup> IPPUJ, 2009.

<sup>131</sup> *Id. Ibid.*, p. 89.

<sup>132</sup> As estradas do Pico, Rio da Prata, Izaack e Mildau são laterais da Estrada Dona Francisca no distrito de Pirabeiraba.

<sup>133</sup> IPPUJ, *op. cit.*

<sup>134</sup> Mesmo se considerar estas duas últimas como manifestações populares, elas representariam 0,72% do motivo das visitas de acordo com o documento. O Festival de dança ocorre todos os anos no mês de julho desde 1983, quando foi criado durante a administração do prefeito Wittich Freitag. Atualmente ele consolidou-se como um evento nacional do segmento. Disponível em: < <http://festivaldedancadejoinville.com.br/historico/>>. Acesso: 22 jul. 2018

#### 1.4 O Projeto Viva Ciranda

O objetivo desta seção é apresentar o percurso histórico do PVC desde o seu início até o ano de 2017. Também se pretende problematizar alguns aspectos ligados ao Projeto a partir da fala e de posicionamentos de gestores públicos, contidas em reportagens da imprensa e em documentos oficiais.

De acordo com Thaise Costa Guzzatti<sup>135</sup>, que no início do PVC foi uma das técnicas responsáveis pelo Projeto, no ano de 2009, uma pesquisa feita pela Promotur entre os que exploravam o TER no município, apontou para um “cenário de desânimo” entre os proprietários rurais, decorrente da falta de visitantes, das dificuldades para escoar a produção, do abandono das propriedades pelos filhos, da falta de recursos financeiros para se investir em melhorias estruturais e da desarticulação política entre os agricultores. Guzzatti argumenta que, a partir de dados do IBGE de 2010 que mostravam que Joinville tinha quase 130 mil alunos, sendo que a distância média das propriedades rurais até o centro da cidade era de 15 quilômetros, dentre as várias alternativas elencadas para a solução dos problemas apontados pelos agricultores, a que pareceu mais viável foi uma proposta de turismo pedagógico em espaço rural<sup>136</sup>.

Assim, o PVC não teria surgido de uma demanda pedagógica, mas sim como meio para solucionar os problemas econômicos dos agricultores. Isto pode ser notado no discurso assumido pelo poder público ao longo dos anos. No informativo oficial da Promotur, o Informatur<sup>137</sup>, o coordenador do turismo em áreas naturais de Joinville, Vinicius Bonelli Vieira, discorrendo sobre o objetivo da primeira fase do processo de implantação do PVC, afirmava que a partir da percepção dos pontos negativos e positivos, o Projeto seria aprimorado para se desenvolver um “produto turístico”. A questão pedagógica não foi citada. Parece que o mais importante, pelo menos para aquele gestor, era fomentar o turismo e não a educação por meio do turismo. Da mesma forma, em reportagem publicada no AN em março de 2011<sup>138</sup> por ocasião do lançamento do PVC, a presidente da Fundação Turística<sup>139</sup> Maria Ivonete Peixer, ao falar sobre o objetivo do PVC, afirmou: “É uma questão de valorizar o espaço rural e fazer um marketing do turismo rural. A professora leva para os alunos e eles

---

<sup>135</sup> GUZZATTI *et al.*, 2014.

<sup>136</sup> *Id. Ibid.*, p. 17 - 18.

<sup>137</sup> Viva Ciranda no CTG Chaparral. **Informatur**, n. 29, Joinville, 20 out. 2010.

<sup>138</sup> RODRIGUES, Taísa. Turismo pedagógico: aulas bem perto da natureza. **A Notícia**, Joinville, 24 mar. 2011. AHJ

<sup>139</sup> No período do governo do Prefeito Carlito Mers (2009 – 2012), a Promotur passou a se denominar Fundação Turística.

vão **vender** [grifo meu] essa proposta em casa para as famílias [sic]. Isso vai gerar renda para a propriedade”. Para esta gestora, as crianças não eram vistas apenas como “clientes”, já que cada uma deveria pagar cinco reais para visitar as propriedades (atualmente o valor é dez reais por criança), mas também divulgadoras do Projeto, atraindo novos clientes para as propriedades. O presidente da Promotur em 2014<sup>140</sup>, Raulino Esbiteskoski, faz análise semelhante à de sua predecessora sobre o PVC: “Juntamente com essas crianças virão outras pessoas e familiares conhecer as propriedades nos fins de semana. Estamos comprometidos a fazer do turismo rural uma fonte geradora de renda para os nossos produtores [...]”. Para esses três gestores, que ocuparam suas funções em períodos e governos diferentes, o PVC é um produto, as crianças são os “clientes” e ao mesmo tempo vendedoras do Projeto, o que torna o termo “pedagógico” um meio (e não um fim) para o sucesso do PVC.

Conforme mencionado, no ano de 2010 se iniciaram os trabalhos que culminaram na criação do PVC, processo esse apresentado por Guzzatti<sup>141</sup>, o qual obedeceu às seguintes etapas: definição dos integrantes do Projeto, momento em que foram convidadas, a princípio, seis propriedades rurais para participar; consultoria para o desenvolvimento de atividades pedagógicas; implementação das atividades pedagógicas e organização das propriedades; realização de visitas teste; adequações, tendo como referências *feedbacks* feitos pelos professores após as visitas teste; apoio às ações de promoção e comercialização do turismo pedagógico; e capacitação dos envolvidos.

As seis propriedades que inicialmente compunham o PVC eram: (1) Agrícola da Ilha, propriedade com 22 hectares, localizada no bairro Bom Retiro que se dedica à produção de Hemerocales, flor popularmente conhecida como Lírio. A família atualmente não reside mais na propriedade, mas está envolvida predominantemente com sua administração. A maior parte dos trabalhos, cultivo das flores e condução das visitas, é desenvolvida por funcionários; (2) Apiário Pfau, propriedade localizada na Estrada Rio da Prata, onde há abelhas africanizadas e nativas (sem ferrão) que produzem mel, pólen e própolis. Na propriedade não há funcionários, somente a família está envolvida nos trabalhos. Contudo, a criação de abelhas que ali estão são para fins pedagógicos, pois o principal centro de produção de mel da família se localiza em Campo Alegre, município vizinho à Joinville; (3) Vale das Nascentes, propriedade de 12 hectares localizada na Estrada Quiriri, onde atualmente não há qualquer atividade agropastoril. A propriedade é caracterizada como um recanto de lazer; (4) Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Chaparral, localizado nas imediações da Estrada da Ilha em

---

<sup>140</sup> Descobrimo as delícias da região rural. **Notícias do Dia**, Joinville, 9 ago. 2014. P. 3. AHJ.

<sup>141</sup> GUZZATTI *et al.*, 2014.

Pirabeiraba. Conta com mais de 500 hectares destinados à criação e doma do cavalo crioulo; (5) Propriedade Ango Kersten, localizada na Estrada Bonita. Fez parte do projeto pioneiro em turismo em espaço rural da Secretaria de Turismo em 1992 e, desde então, a família se dedica à recepção de turistas e à venda de produtos artesanais, como muss, melado e pão, que são produzidos na propriedade; (6) Família Schroeder, propriedade com 11 hectares no bairro Vila Nova que se dedica à agricultura orgânica, empregando trabalho exclusivamente da família<sup>142</sup>. A seguir, apresenta-se um mapa com a posição geográfica dessas propriedades.

**Figura 1:** Localização Geográfica das propriedades que integravam o PVC em 2010.



**Fonte:** Cartilha Viva Ciranda, p. 3, 2011.

Como se pode perceber na breve descrição apresentada, os perfis destas propriedades são bem variados quanto às suas dinâmicas de funcionamento e de produção. Contudo, o poder público, ao firmar um convênio<sup>143</sup> em 2010 junto ao Ministério do Turismo (MTur) –

<sup>142</sup> De mãos dadas com a natureza. **Notícias do Dia**, Joinville, 24 mar. 2011. AHJ.

<sup>143</sup> Convênio Nº 752719/2010.

que conseguiu angariar mais de 160 mil reais<sup>144</sup> – acionou o termo “turismo pedagógico de base comunitária” para definir o PVC, o que pode indicar o intuito de se alinhar a uma política do Governo Federal de apoio a iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) conforme publicado, também em 2010, no documento “Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária”. Em 2011, o Projeto foi selecionado pelo MTur para participar de dois eventos de apresentação do TBC: Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu, Paraná, e III Mostra de Turismo de Base Comunitária em São Paulo. Também no ano de 2011, no mês de outubro foi organizado pela Prefeitura de Joinville e pelo Mtur o Seminário de Turismo Pedagógico de Base Comunitária que ocorreu na Univille, onde foram reunidos diversos pesquisadores, representantes do poder público, profissionais da educação e “empreendedores” do setor para diversas palestras e oficinas sobre o tema.

Desde sua criação, se percebe pela imprensa que o poder público acionou diversos termos para definir o PVC: turismo pedagógico, turismo em espaços naturais (com base no slogan “De mãos dadas com a natureza”) e turismo pedagógico de base comunitária. Esta questão conceitual em relação ao PVC será problematizada teoricamente adiante.

Em proposta enviada ao MTur<sup>145</sup>, a PMJ se vale da justificativa de que por meio do PVC a “cidade espera se tornar referência nacional em turismo pedagógico junto à agricultura familiar”. Em 2012, um artigo produzido por gestores da Promotur foi selecionado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para ser publicado no livro “Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar”<sup>146</sup>. Neste artigo foi afirmado que a implantação do PVC “resultou na valorização da agricultura familiar”<sup>147</sup>. Mas seria possível afirmar que as propriedades que integravam o PVC no seu início correspondiam ao que se entende por agricultura familiar?

Foram apresentadas anteriormente<sup>148</sup>, com base em Guzzatti<sup>149</sup>, as diferenças entre agricultura patronal e familiar. A lei 11.326/2006<sup>150</sup> que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares

---

<sup>144</sup> Este convênio objetivava o “Fortalecimento e estruturação do turismo pedagógico de base comunitária no município de Joinville – SC”.

<sup>145</sup> Proposta número 102438/2010.

<sup>146</sup> SILVA, Maria Ivonete Peixer da *et al.* Viva Ciranda: Turismo pedagógico no cotidiano rural. In. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Boas práticas em educação ambiental na agricultura familiar**. Brasília, DF, 2012. P. 230-237.

<sup>147</sup> *Id. Ibid.*, p. 233.

<sup>148</sup> Ver página 26.

<sup>149</sup> GUZZATTI *et al.*, 2014.

<sup>150</sup> BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lei n. 11.326. de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 22 jul. 2018.

Rurais, forneceu, assim, o entendimento do Governo Federal sobre agricultura familiar. No artigo terceiro, a lei, ainda em vigor, considera agricultor familiar aquele que atende simultaneamente aos seguintes princípios:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família<sup>151</sup>.

O primeiro ponto a se destacar é a exigência de que para uma propriedade ser considerada como de agricultura familiar é preciso atender a todos os princípios citados para obter os benefícios que Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pode oferecer, benefícios como “financiamentos de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas”<sup>152</sup>. O inciso primeiro da Lei estabelece que uma propriedade não poderia ter mais que quatro módulos fiscais, unidade de medida que pode variar de um município para outro. De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de 2013<sup>153</sup>, em Joinville, um módulo fiscal corresponde a 12 hectares. Portanto, uma propriedade enquadrada na categoria de “agricultura familiar” não poderá ter mais que 48 hectares. No segundo inciso é exigido que a propriedade utilize mão-de-obra predominantemente da família. De acordo com informações obtidas no *site* do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>154</sup>, para algum produtor se inscrever no Pronaf não poderá ter mais funcionários do que familiares envolvidos nos trabalhos da propriedade. Além disso, outra exigência é que o agricultor ainda resida na propriedade ou em suas imediações. Ora, tanto algumas propriedades que estavam no PVC no início, quanto outras que entraram posteriormente, não cumprem simultaneamente a todos os requisitos exigidos pela legislação para se enquadrar no que é entendido por agricultura familiar. Levando em consideração apenas as características das seis propriedades que iniciaram o PVC, verificam-se incongruências em relação ao limite de tamanho de 48 hectares, à utilização predominantemente de mão-de-obra assalariada, à obrigatoriedade dos proprietários residirem em suas propriedades, além de sua dedicação à produção agrícola.

---

<sup>151</sup> BRASIL, 2006.

<sup>152</sup> Disponível em: < [http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp)> Acesso em: 5 abr. 2018.

<sup>153</sup> Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

<sup>154</sup> Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em 4 abr. 2018.

Assim, pode-se afirmar que o Viva Ciranda não se volta unicamente à valorização da agricultura familiar, apesar de existirem propriedades no Projeto que correspondam ao perfil. O seu foco principal parece ser o fomento à atividade do TER e não o fortalecimento da agricultura familiar por meio do turismo.

O PVC foi oficialmente lançado em março de 2011 em evento que reuniu mais de 100 profissionais da educação de escolas públicas e privadas de Joinville<sup>155</sup>. A primeira visita de grupo de alunos após o lançamento do Projeto ocorreu somente em maio de 2011. No segundo ano o Projeto expandiu para treze propriedades, sendo que algumas já não fazem mais parte. Contudo, a partir de 2017 novas propriedades passaram a integrar o PVC. O poder público continua responsável pela gestão e pelas ações de marketing do PVC. No ano de 2013, o PVC recebeu o prêmio Top Turismo ADVB/SC 2013. De acordo com o *site* da PMJ, o Projeto foi contemplado devido a sua “contribuição ao crescimento do turismo catarinense”<sup>156</sup>. A seguir, apresenta-se um mapa retirado da Cartilha do Projeto com as regiões de Joinville que o PVC abrange.

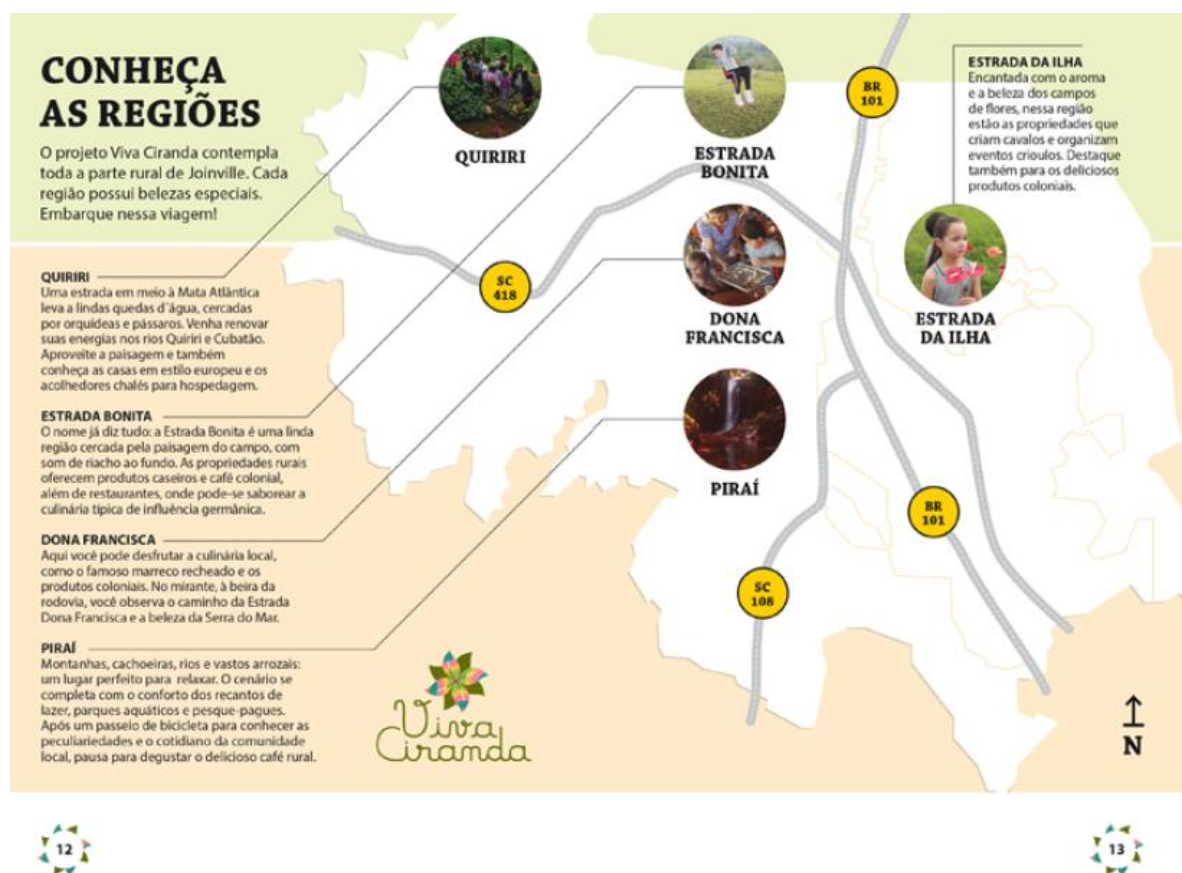
---

<sup>155</sup> RODRIGUES, Taísa. Turismo pedagógico: aulas bem perto da natureza. **A Notícia**, Joinville, 24 mar. 2011; De mãos dadas com a natureza. **Notícias do Dia**, Joinville, 24 mar. 2011. AHJ.

<sup>156</sup> Disponível em: <<https://wwwold.joinville.sc.gov.br/noticia/5700-Viva+Ciranda+%C3%A9+premiado+com+o+Top+Turismo+ADVB-SC.html>>. Acesso em: 4 abr. 2018.



Figura 2: Regiões de Joinville que o PVC abrange.



Fonte: Cartilha Projeto Viva Ciranda, 2014, p. 12-13.

Com base na imagem, percebe-se que o PVC acaba não abrangendo todas as áreas rurais do município, sobretudo pela ausência de propriedades na zona sul. A forma como as regiões são descritas no mapa aponta que a propaganda dá relevo ao lazer, produtos e serviços e à paisagem natural, em detrimento da agricultura familiar.

Por fim, cabe refletir sobre outra questão ligada aos objetivos do PVC, atribuídas pela imprensa e pelo próprio poder público. Além da já mencionada justificativa de fortalecimento da agricultura familiar, o PVC foi associado à melhoria do processo pedagógico escolar por oportunizar aprendizagens que uniriam teoria e prática<sup>157</sup>, educação ambiental<sup>158</sup>, além de oportunizar para as crianças o conhecimento sobre o modo de vida dos agricultores<sup>159</sup>. Em

<sup>157</sup> Alunos vão conhecer o mundo das abelhas. **Jornal Absoluto**, Jaraguá do Sul, 19 out. 2010; De mãos dadas pela natureza. **Informatur**, Joinville, 01 out. 2010; De mãos dadas com a natureza. **Notícias do Dia**, Joinville, 24 mar. 2011; Viva Ciranda: crianças aprendem na prática. **Jornal Barriga Verde**, Taió, 26 set. 2011.

<sup>158</sup> Ecologia: Iniciativa faz parte do Projeto Viva Ciranda. **Notícias do Dia**, Joinville, 16 out. 2010; Viva Ciranda, marcha por um mundo mais verde e mais humano. **A Notícia**, Joinville, 01 nov. 2011. AN Escola; Sustentabilidade também é tema do Viva Ciranda. **A Notícia**, Joinville, 01 mai. 2012.

<sup>159</sup> De mãos dadas pela natureza.. **Informatur**, Joinville, 01 out. 2010; Viva Ciranda no Apiário Pfau e propriedade da Família Schroeder. **Informatur**, Joinville, 22 out. 2010.

duas oportunidades, em 2011, a presidente da Promotur atribuiu, pela imprensa, um sentido audacioso ao PVC: “O Viva Ciranda é [uma] ação de turismo que resgata costumes e valores de nossos antepassados, mas acima de tudo, valoriza a cultura local e a qualidade de vida no campo”<sup>160</sup>. A partir de termos acionados pela presidente da Promotur pode-se perguntar se um projeto de TER daria conta, e como, de “resgatar costumes e valores dos antepassados”, valorizar a “cultura local” e promover “qualidade de vida no campo”.

Percebe-se que o PVC é uma iniciativa que faz parte de uma continuidade do percurso histórico do turismo no espaço rural em Joinville, já que entre as propriedades que integravam o Projeto no início estavam algumas que já recebiam turistas e visitantes antes dele. O poder público acionou, primordialmente, dois termos ao longo dos anos para se referir ao PVC: turismo pedagógico e turismo pedagógico de base comunitária. Na próxima seção, com base na bibliografia da área do turismo, serão abordados alguns conceitos fundamentais para se compreender e problematizar os termos e os objetivos que o poder público atribui ao PVC.

### 1.5 Conceitos e modalidades do Turismo

Espera-se traçar uma linha pela qual seguiram as discussões acerca do conceito de TER no Brasil. Buscou-se textos em bancos de dados utilizando como termos de pesquisa: turismo rural e turismo no espaço rural. Além disso, se fez uso de alguns livros de acervo pessoal, captados em bibliotecas e fornecidos pelos orientadores.

Olga Tulik<sup>161</sup> afirma que o entendimento do segmento do turismo rural no Brasil seguiu uma tendência europeia, já que proveio de alguns países daquele continente a inspiração do modelo de TER fomentado no país no início. Para a autora, de acordo com a visão europeia, as expressões “turismo no espaço rural” e “turismo em áreas rurais” têm o mesmo significado e, algumas vezes, podem confundir-se com “turismo rural”. Nesta visão, “turismo rural” é definido como qualquer atividade turística que ocorre no espaço rural, mesmo que não tenha relação com o modo de vida ou sistema produtivo rurais. Prates e de Paula<sup>162</sup>, em publicação nos Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural, afirmam que

---

<sup>160</sup> Uma oportunidade de conhecer a rotina rural. **Notícias do Dia**, Joinville, 25 mai. 2011; Ministério do Turismo valoriza o Projeto Viva Ciranda. **Jornal Absoluto**, Jaraguá do Sul, 13 jul. 2011.

<sup>161</sup> TULIK, 2010.

<sup>162</sup> PRATES, Gláucia Aparecida; DE PAULA, Hugo Cortês. Turismo rural, uma abordagem conceptual. *In*. OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza *et al.* **Turismo no espaço rural brasileiro**. Piracicaba: FEAL, 1999.

não há distinção entre turismo no espaço rural e turismo rural. Ambos podem ser conceituados como “todas as atividades turísticas endógenas desenvolvidas no meio ambiente natural e humano”<sup>163</sup>.

O geógrafo Edson Vicente da Silva<sup>164</sup> considera “turismo rural” como sinônimo de “agroturismo” e “turismo de interior”. O autor identifica duas vertentes em seu desenvolvimento: uma de caráter mais “suave e passivo” e outra mais “ativa”. A primeira estaria direcionada “à cultura local, aos costumes típicos, à vida social e sua interação com o meio rural”<sup>165</sup>. Os alojamentos seriam as próprias residências dos agricultores e se buscaria maior interação com seus modos de vida. A segunda vertente teria um maior direcionamento para as “atividades agropecuárias e agroindustriais, bem como ao entorno rural”<sup>166</sup>. Os alojamentos seriam núcleos turísticos com maior e melhor infraestrutura e as visitas seriam destinadas primordialmente aos lugares de produção, ou seja, plantações, engenhos, alambiques etc. Para Guzzatti<sup>167</sup>, o agroturismo pode ser entendido como um segmento turístico desenvolvido por agricultores que mantêm suas atividades econômicas, compartilham seu patrimônio cultural, natural e seu modo de vida e oferecem produtos de qualidade.

Não é consenso entre os autores que analisam o segmento no Brasil que o termo “turismo rural” pode comportar as inúmeras atividades turísticas que ocorrem no espaço rural. Graziano da Silva, Vilarinho e Dale<sup>168</sup> afirmam que seria mais adequado utilizar a expressão “turismo no meio rural” ou “turismo em áreas rurais” para se referir à totalidade das atividades turísticas que ocorrem no meio rural e reservar a expressão “turismo rural” para aquelas atividades que se identificam, em menor ou maior grau, com o modo de vida rural.

Tulik<sup>169</sup> propõe que o entendimento de turismo deve ser fundamentado a partir da motivação da demanda, dividindo-se em duas grandes categorias que abarcaria qualquer manifestação de turismo em áreas rurais ou urbanas: “turismo no espaço rural” e “turismo no espaço urbano”. Para autora, tais categorizações poderiam enquadrar atividades turísticas, sejam no meio rural ou urbano, como, por exemplo, o “turismo religioso”, “turismo cultural”,

---

<sup>163</sup> PRATES; DE PAULA, 1999., p. 118.

<sup>164</sup> SILVA, Edson Vicente da. Ecoturismo, turismo rural e patrimônio cultural. In. SEABRA, Giovanni. **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

<sup>165</sup> *Id. Ibid.*, p. 267.

<sup>166</sup> *Id. Ibid.*

<sup>167</sup> GUZZATTI *et al.* 2014.

<sup>168</sup> GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p. 113-155, jan./jun. 1998.

<sup>169</sup> TULIK, 2010.

“turismo de negócios”, “turismo pedagógico” etc. Neste trabalho se está utilizando o termo “turismo no espaço rural” (TER) pelo fato de que algumas propriedades integrantes do PVC não são propriamente agrícolas. Graziano da Silva, Vilarinho e Dale<sup>170</sup> afirmam que as três categorias, “agroturismo”, “turismo rural” e “turismo em espaço rural”, podem ser organizados em círculos concêntricos, pois cada uma pode integrar a precedente.

O pesquisador inglês Bernard Lane propõe que as pesquisas em turismo rural devem dar um passo à frente em direção ao conceito de “turismo rural de segunda geração”<sup>171</sup>. Para o autor, há cinco influências que possibilitaram o surgimento de novos desenvolvimentos no setor. (1) Competição: houve um acirramento da competição dentro e fora do mercado do turismo rural, novos destinos e novas modalidades têm redirecionado os fluxos de turistas. (2) Padrões crescentes: cada vez mais os turistas têm almejado melhores condições de alojamento, gastronomia variada, novas formas de atrações, qualidade nos serviços etc. (3) A infraestrutura e os trabalhadores estão envelhecendo: muitos pioneiros do negócio estão se aposentando, a infraestrutura, como placas, sinalizações, acomodações etc. precisa ser renovada. (4) Novas demandas: há novas demandas que têm modificado o segmento como alojamentos rurais luxuosos e sofisticados, cicloturismo, turismo de caminhadas etc. (5) Falha no que concerne a benefícios e sinergias: nas décadas de 1980 e 1990 se esperava que o turismo rural pudesse preencher os requisitos dos três pilares da sustentabilidade: social, ambiental e econômico. Também se esperava que haveria sinergia entre os mercados de produtos agrícolas e o de turismo rural. De acordo com o autor, ambas as expectativas não se realizaram<sup>172</sup>.

Também o entendimento de turismo pedagógico se torna necessário a partir da enunciação feita pela PMJ ao classificar o PVC como “turismo pedagógico de base comunitária”. Destaca-se que o turismo pedagógico em espaço rural é um ramo recente no Brasil, porém já consolidado em outros países como França, Noruega, Itália, Japão e Canadá<sup>173</sup>.

<sup>170</sup> GRAZIANO DA SILVA; VILARINHO; DALE, 1998, p. 214.

<sup>171</sup> LANE, Bernard. Turismo rural de segunda geração: prioridades e questões de pesquisa. In. CRISTÓVÃO, Artur *et al.* **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014.

<sup>172</sup> LANE, 2014.

<sup>173</sup> Cf. JOLLY, L. *et al.* **The Farm as a Pedagogical Resource**: Background for and evaluation of the co-operation between agriculture and primary school in the county of Nord-Trondelag, Norway. [2004] <[http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2004/2004\\_WS4\\_22\\_Jolly.pdf](http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2004/2004_WS4_22_Jolly.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2018; HAUBENHOFER, Dorit *et al.* **Farm education in Netherlands**. [2011] Disponível em: <[http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2010/2010\\_WS4.5\\_Haubenhofer.pdf](http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2010/2010_WS4.5_Haubenhofer.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2017. NAPOLI, Lucio. **A new reality for italian rural areas**: educational farms. University of Salerno, Italy. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=05B13DB6F0CE628955A3712B411F6EF?doi=10.1.1.556.8182&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

Um projeto de turismo pedagógico em propriedades rurais pode possibilitar que os alunos, durante a dinâmica de ensino e aprendizagem, ultrapassem os limites físicos impostos pela sala de aula e tenham um contato direto com a prática. Klein e Souza<sup>174</sup> dão sustentação a essa afirmação ao considerarem o turismo pedagógico em espaço rural uma “prática educativa que tem como elemento orientador a aprendizagem pela experiência”<sup>175</sup>. Da mesma forma Jolly<sup>176</sup> afirma que em programas de turismo pedagógico em espaço rural a ênfase está na conexão entre teoria e prática<sup>177</sup>: “Through sowing, weeding and harvesting in the garden at the farm, learning about plants and science can become more relevant”<sup>178</sup>. O deslocamento do aluno de seu local de vivência cotidiana para outro espaço, como o meio rural, por exemplo, pode tornar-se uma experiência enriquecedora, não apenas do ponto de vista pedagógico, mas também do ponto de vista da possibilidade de vivências ímpares, do contato com a natureza e com uma cultura diferente.

Os recursos existentes nas propriedades rurais, sejam eles relacionados à atividade agropastoril ou aos elementos naturais e culturais, são potencializados para a produção de conhecimento no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, para Klein e Souza<sup>179</sup>, uma propriedade rural pedagógica deve contribuir tanto para o aprendizado das crianças quanto para “a valorização das tradições das famílias rurais e dos saberes-fazeres dos agricultores [...]”<sup>180</sup>. Esta é uma modalidade que pode permitir apropriações que articulam os modos de vida do meio rural ao fazer pedagógico.

Iniciativas de turismo pedagógico em espaço rural podem ser caracterizadas como atividades pedagógicas que primam pela união entre teoria e prática, em que os saberes tradicionais dos agricultores, seu patrimônio cultural e natural, bem como seu modo de vida tornam-se recurso pedagógico diante de atividades bem planejadas. Assim pode-se interrogar em que medida o PVC pode ser identificado como turismo pedagógico? Isto será discutido na próxima seção.

O segundo termo acionado pelo poder público que define o PVC é o turismo “de base comunitária”. Como já dito anteriormente, pode-se elencar como uma hipótese para a adoção

---

<sup>174</sup> KLEIN, Angela Luciane; SOUZA, Marcelino de. Turismo rural pedagógico como prática educativa que favorece a aprendizagem: a impressão de um grupo de professoras. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 467-488, setembro-dezembro de 2015.

<sup>175</sup> *Id. Ibid.*, p. 473.

<sup>176</sup> JOLLY *et al.*, [2004].

<sup>177</sup> *Id. Ibid.*

<sup>178</sup> Através da sementeira, remoção de capim e colheita no jardim da propriedade rural, aprender sobre plantas e ciência pode se tornar mais relevante (Tradução do autor).

<sup>179</sup> KLEIN, Angela Luciane; SOUZA, Marcelino de. Turismo rural pedagógico sob a perspectiva da multifuncionalidade da agricultura: experiências no sul do Brasil. **Pasos**, v. 12, n. 3, p. 581-595, 2014.

<sup>180</sup> *Id. Ibid.*, p. 584.

deste termo o desejo da PMJ de se alinhar a um movimento encabeçado pelo Governo Federal através da publicação de documentos, promoção de eventos e criação de linhas de crédito que favoreceram, em 2010, iniciativas de turismo de base comunitária ou de base local<sup>181</sup>. Diversos autores fornecem subsídios para entender o conceito de Turismo Comunitário ou Turismo de Base Comunitária.

Para Coriolano e Barbosa<sup>182</sup> não há distinção entre turismo comunitário, turismo solidário, de base local ou de base comunitária<sup>183</sup>, sendo todas estas categorias entendidas como “aquele [turismo] desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a serem articuladores e os construtores da cadeia produtiva [...]”<sup>184</sup>. Os autores afirmam que atividades econômicas denominadas por eles de “Arranjos Produtivos Locais” podem ser exemplos de ações que demonstram que as comunidades, solidariamente, podem controlar, gerir e organizar seu espaço. Para tanto, é essencial a criação de associações, sindicatos e cooperativas para a proposição de políticas públicas que atendam às necessidades locais e que permitam às comunidades o controle de seus próprios territórios. Desse modo, os autores entendem que qualquer proposta de turismo comunitário tem como fundamento o “reconhecimento de valores culturais e atividades tradicionais, ou seja, o ‘saber e o saber-fazer’”<sup>185</sup> da comunidade a que se refere.

Thaise da Costa Guzzatti<sup>186</sup>, em sua tese de doutorado em Geografia que abordou a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia de Santa Rosa de Lima (Santa Catarina), afirma que, em iniciativas de turismo comunitário, a população local está diretamente envolvida na organização do turismo e, da mesma forma, a comunidade deve ser

---

<sup>181</sup> BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária**: Desafio para a formulação de política pública. Brasília, DF, 2010. BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. I e II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, promovidos pela Universidade Federal do Ceará em 2003 e pelo Instituto Terramar em 2008. A criação da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - Turisol - em 2003. I Mostra de Turismo Sustentável em Foz do Iguaçu, 2010. II Mostra de Turismo Sustentável em Foz do Iguaçu, 2012.

<sup>182</sup> CORIOLANO, Luzia Neide; BARBOSA, Luciana Maciel. Rede de territórios solidários e turismo de base local no Ceará –Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, número especial EGAL, 2011. P. 1-26.

<sup>183</sup> De acordo com o turismólogo Felipe Borborema Cunha Lima, alguns estudos de Coriolano apontavam algumas diferenças entre as terminologias. Contudo, estas diferenças não justificam a separação entre estas categorias, o que levou Coriolano a assumir a postura que não existe diferença entre as categorias mencionadas. Cf. CUNHA LIMA, Felipe Borborema. **Projecto Querença**: Redes e arranjos produtivos turísticos no desenvolvimento local e humano de Querença – Portugal. Tese (Doutorado). 245f. Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2016.

<sup>184</sup> CORIOLANO; BARBOSA, 2011, p. 14.

<sup>185</sup> *Id. Ibid.*, p. 15.

<sup>186</sup> GUZZATTI, Thaise Costa. **O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais**: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). Tese (doutorado). 281f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

financeiramente beneficiada através da remuneração justa advinda da venda de produtos e serviços.

Zechner, Henríquez e Sampaio<sup>187</sup> elegem três características para o turismo comunitário: a primeira é que o turismo é um “subsistema” alinhado a outros “subsistemas”, como a educação, a saúde e o meio ambiente; a segunda característica é que o turismo comunitário é desenvolvido a partir da própria comunidade; e a terceira é a “convivencialidade” entre a população “originária residente” e os visitantes. Para os autores, a convivencialidade pode ser entendida como “uma relação social que se interessa pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pela autenticidade, respeitando a simplicidade das comunidades tradicionais, suas rotinas, seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre outros”<sup>188</sup>. Os autores afirmam também que a convivencialidade aumenta a possibilidade de surgimento de espaços produtivos não economicistas de ganho coletivo. O turismo comunitário seria ainda uma estratégia para que populações tradicionais, compreendidas, por exemplo, por jangadeiros, ribeirinhos, pequenos agricultores familiares, indígenas ou quilombolas, sejam protagonistas de suas atividades econômicas<sup>189</sup>.

Da perspectiva dos autores citados, há um consenso em torno do entendimento da categoria “turismo comunitário”. Não se trata apenas de um qualificativo turístico e sim da identificação sobre quem deve ser o protagonista, gestor e beneficiário de um projeto turístico sob esta denominação, isto é, as comunidades territorialmente estabelecidas que possuem vínculos de pertença e que solidariamente objetivam mantê-los, valendo-se de meios secundários, tais como, atividades turísticas para ganhos coletivos, compartilhados e equânimes.

## 1.6 Turismo Pedagógico de Base Comunitária: Problematizando o Projeto Viva Ciranda

No ano de 2010 foi firmado o convênio entre a Prefeitura de Joinville e o Mtur. No objetivo geral deste documento estava estabelecido desenvolver o “turismo pedagógico de base comunitária” em Joinville, sendo o PVC o meio pelo qual este objetivo seria

---

<sup>187</sup> ZECHNER, Talita Cristina; HENRÍQUEZ, Christian; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarricense. **Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**. Fortaleza, CE, mai. 2008.

<sup>188</sup> *Id. Ibid.*, p. 7.

<sup>189</sup> *Id. Ibid.*, p. 2 - 6.

concretizado. Esta alcunha acaba conseqüentemente sendo atribuída ao Projeto pelo poder público através do documento, pois o PVC é operacionalizado a partir do conceito de “turismo pedagógico de base comunitária”

Conforme observado em todos os autores apresentados, uma iniciativa de turismo comunitário parte da comunidade local e é gerido por ela. O controle do PVC é exercido pela Prefeitura. Isso se dá através da organização das propriedades e do controle da agenda dos ônibus que atendem ao Projeto. Ao observar a dinâmica de funcionamento do PVC, não é possível afirmar que o Projeto é uma modalidade de turismo comunitário.

Quanto à questão do turismo pedagógico, analisam-se, a seguir, as visitas de alunos que foram acompanhadas em observações de campo. Cada propriedade, a partir do seu perfil, apresentou algumas atividades tidas como pedagógicas – agricultura, panificação, apicultura, recanto de lazer na natureza.

Na propriedade da Família Kersten, as crianças que cursavam o segundo ano do ensino fundamental (sete anos de idade), tiveram a oportunidade de andar de trator, caminhar em meio ao local produtivo (a roça), conhecer alguns dos alimentos que são cultivados e alguns animais como aves e bovinos, além de caminhar por uma trilha em meio à mata. Pôde ser observado que as crianças na maior parte do tempo apenas escutaram o que os proprietários falavam. No Sítio Canto dos Pássaros as crianças estavam cursando o primeiro ano do ensino fundamental (seis anos). A programação foi muito parecida com a da propriedade da Família Kersten: passeio de trator pela roça, contato com animais e caminhada por uma trilha ecológica. O diferencial foi o momento em que as crianças puderam plantar pequenas hortaliças em um canteiro. Outra propriedade com características notadamente agrícolas é a Família Schroeder. Nesta propriedade também foi observada uma visita de alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental. As crianças foram conduzidas pelos agricultores que explicaram sobre o trato com os animais. Elas puderam alimentar e tirar leite das cabras, conhecer diferentes espécies de aves, pegar coelhos no colo, ouvir a história da propriedade e manusear algumas ferramentas antigas. Por fim, houve um passeio de trator até o rio. Pode-se perceber que ocorreu maior interação entre teoria e prática.

No Apiário Pfau, as crianças que visitaram o local estavam cursando o segundo período da educação infantil (cinco anos de idade). Elas puderam conhecer e mexer na caixa de abelhas (sem ferrão), também manusearem artefatos ligados à produção de mel e caminharem através de uma trilha de mata ciliar. Assim, do ponto de vista da interação entre teoria e prática, acredita-se que a visita nesta propriedade tenha logrado êxito. Na mesma região, localizam-se o Apiário Pfau e a propriedade Família Wiezbicki, que tem como



principal atividade econômica a panificação. Na visita acompanhada, as crianças estavam cursando o quarto ano do ensino fundamental (nove anos de idade), puderam literalmente “colocar a mão na massa”, manuseando a massa preparada para fabricação de bolachas. Em seguida, conheceram e alimentaram as galinhas e, após caminharem pela propriedade, terminaram a visita degustando as bolachas que ajudaram a fazer. Nas duas propriedades, percebeu-se que houve vivência interativa com o modo de vida da família.

Na propriedade Vale das Nascentes o foco das atividades está ligado à recepção de visitantes para contemplação da natureza. A visita dos alunos, que cursavam o quarto ano do ensino fundamental, compreendeu uma caminhada por uma trilha em meio ao bosque, onde conheceram algumas nascentes. Depois puderam conhecer alguns animais e, por fim, tiveram uma conversa sobre educação ambiental. O Vale das Nascentes tem o perfil semelhante à propriedade Vale do Ouro que conta com diversas cachoeiras e recebem muitos visitantes no final de semana. Nesta propriedade, as crianças que estavam cursando o segundo período da educação infantil, puderam conhecer e alimentar alguns pequenos animais e caminhar por uma trilha. Outra propriedade que se aproxima do perfil das anteriores é o Sítio da Vó Bia, possui atrativos como campo de futebol, rio, *playground*, alojamentos e churrasqueira. A propriedade recebe muitos grupos para retiros espirituais. O grupo que foi acompanhado era de crianças do primeiro período da educação infantil (quatro e cinco anos). Os alunos foram recebidos pelos proprietários (um casal formado por uma psicopedagoga e um técnico em informática e seu filho formado em Educação Física). As crianças escutaram a história da propriedade, caminharam por uma trilha em meio à mata, conheceram o pomar que existe no local, ninhos de pássaros, objetos antigos e terminaram o passeio brincando no *playground*. Na propriedade Agrícola da Ilha, a visita das crianças do maternal dois (três e quatro anos) foi conduzida por uma funcionária com formação em Ciências Agrárias. Os alunos puderam passear pelos jardins com flores ornamentais, conhecer espécies exóticas de plantas, caminhar por uma trilha ecológica, plantar algumas flores em vasos e, por fim, brincar em um *playground*.

A partir do que foi observado, tendo em vista os conceitos de turismo pedagógico em espaço rural, percebe-se que nas propriedades que foram acompanhadas as visitas de alunos, o PVC está, em parte, em consonância com os conceitos de turismo pedagógico. Contudo, seria necessário cruzar com os planejamentos dos professores para constatar se de fato o conteúdo trabalhado em sala de aula foi articulado às práticas e atividades desenvolvidas nas visitas<sup>190</sup>.

---

<sup>190</sup> No terceiro capítulo retornarei a este ponto com o auxílio de entrevistas realizadas com duas professoras.

Outra questão é o entendimento de aprendizado. Entendimento que no ambiente escolar, mais do que transmitir e acumular conhecimentos, a aprendizagem deve ser orientada e organizada para determinados objetivos traçados no planejamento do professor, articulado, por sua vez, ao currículo e ao Projeto Pedagógico da escola<sup>191</sup>. Apesar de considerar que a interação com um modo de vida diverso pode possibilitar aprendizagens significativas e promover educação ambiental e patrimonial, as oportunidades abertas pelo PVC, se isoladas ao que se está trabalhando em sala de aula, podem perder força com relação à dimensão pedagógica do Projeto, já que este pretende se constituir como um espaço de aprendizagem escolar e de produção de conhecimento fundado na interação teoria-prática.

Outro ponto são os conteúdos que o PVC mobiliza nas propriedades rurais como recursos pedagógicos. A proposta pedagógica do programa foi difundida em suas cartilhas. Até 2018, a PMJ publicou três cartilhas, sendo a primeira (ANEXO A) no início do Projeto, a segunda foi apresenta o texto revisado e as propriedades integrantes do projeto que estavam na primeira versão. A última (ANEXO B), de 2014, manteve o mesmo texto e atualizou as propriedades integrantes do projeto em relação à segunda. A primeira versão afirmava que o PVC tinha como objetivo “mostrar” o modo vida no campo e proporcionar vivência no cotidiano rural. Os temas chaves eram: água e meio ambiente, flores, pequenos animais, cavalos, produção de mel e melado. Isso sinaliza que o programa além de “mostrar” o modo de vida do agricultor, pretendia abordar conteúdos relacionados à natureza, à sociedade e à cultura locais, aliando-os à “educação ambiental”. Na leitura dos textos da segunda e da terceira versão nota-se que houve alterações em relação à primeira versão. Em ambas, foram suprimidos os atos de “mostrar” o modo de vida do campo, e a proposta do PVC passou a ser oportunizar contato com a natureza. Os “temas chave” de ensino-aprendizagem não foram aludidos e a proposta pedagógica passou a ser dividida em três eixos: aprender em meio à natureza, interagir com animais e brincar. A referência ao patrimônio cultural do meio rural aparece nas entrelinhas ao afirmar que cada propriedade oferece “diferentes especialidades”, como abelhas e mel, cultivo de flores, horta orgânica, ervas medicinais, arrozeiras, melado e panificação<sup>192</sup>. Pode-se perceber que houve um rearranjo do Projeto e o foco foi (re)adequado à educação ambiental<sup>193</sup>. Contudo, mesmo a PMJ dando maior destaque para a educação

---

<sup>191</sup> SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis, SC, 2014.

<sup>192</sup> O documento também cita: fauna e flora, pequenos animais, aves exóticas, cavalo crioulo, água e nascentes.

<sup>193</sup> “A Educação Ambiental Formal é o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores socioambientais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para trabalhar, individual e coletivamente, tanto para evitar problemas ambientais e propor soluções para os existentes, como para a

ambiental, o que se observou na prática é que os saberes tradicionais e o modo de vida dos agricultores elementos que integram o conjunto do patrimônio cultural rural, continuam a serem temas abordados nas visitas dos alunos.

## 2 GERMINAR E CRESCER

Após preparar a terra e semear, resta ao agricultor cuidar da terra para que a natureza faça sua parte, isto é, que aquilo que plantou germine e cresça. A partir das escolhas que fez e do trabalho constante, o agricultor conta com a ajuda da natureza para que aquilo que plantou produza bons frutos. Assim, esta metáfora será utilizada neste capítulo sob duas perspectivas. A primeira, da mesma maneira que utilizei a metáfora no primeiro capítulo, diz respeito ao trabalho científico, pois neste momento os trabalhos não dependem unicamente de mim, como o agricultor conta com a ajuda da natureza, conto com a ajuda de pesquisadores que me levam a entender e a discutir a emergência e os múltiplos usos do patrimônio cultural rural. Também conto com a ajuda dos envolvidos com o PVC (agricultores, professores e coordenação) para compreender como esse patrimônio é percebido por eles. Na segunda perspectiva, a metáfora será utilizada para compreender como o patrimônio cultural rural “germina” e “cresce”, isto é, os processos que levam à descoberta do patrimônio pelas comunidades rurais e a sua extensão de uso como recurso pedagógico e turístico.

Este capítulo está estruturado em três partes. Primeiro, buscarei discutir a noção de patrimônio cultural a partir das cartas da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em documentos brasileiros e em pesquisadores que trataram do assunto. Na sequência recorrerei ao conceito de “emergência do patrimônio” do sociólogo português Paulo Peixoto e à ideia de “ativação patrimonial” do antropólogo espanhol Llorenç Prats para compreender como os patrimônios “germinam”. Ainda nessa primeira parte, apoiando-me, sobretudo, nos estudos de Paulo Peixoto, pretendo analisar as transformações do meio rural que conduziram à descoberta do patrimônio e a relação entre esse e o turismo. Na segunda parte, devido à relevância para o tema desta dissertação, a educação patrimonial será abordada conceitualmente e, em seguida, como foi praticada e observada nas vistas pedagógicas do PVC. Por fim, a seguinte questão norteará as discussões finais deste capítulo: Como os grupos envolvidos com o Projeto percebem e se relacionam com o patrimônio cultural rural? Buscarei respondê-la me apoiando nos registros de campo e nas entrevistas. Nos registros de campo buscarei os momentos em que o patrimônio cultural rural foi apresentado aos grupos de visitantes e, por fim, como os alunos e professores interagiram com esse patrimônio. Nas entrevistas destacarei os momentos em que foi tratado do patrimônio cultural.

## 2.1 Emergência e ativação do patrimônio cultural no espaço rural: Um debate teórico

O conceito de patrimônio cultural, será discutido a partir das cartas da Unesco, instituição criada após a Segunda Guerra Mundial que passou a publicar diversos documentos, advindos de congressos sobre a salvaguarda do Patrimônio Cultural, da legislação brasileira e de resultados de pesquisa de diversas áreas que trataram do assunto.

A primeira menção do termo “patrimônio cultural” em uma das cartas da Unesco foi encontrada na Recomendação de Paris de 1962<sup>194</sup> que dizia respeito à proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios. Na Recomendação de Paris de 1968<sup>195</sup>, documento que aborda a preservação de bens culturais e sinaliza uma mudança na relação temporal ao considerar bens culturais dignos de proteção os “sítios e monumentos recentes”<sup>196</sup>.

A Recomendação de Paris de 1972<sup>197</sup>, documento que aborda o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, além de trazer conceituações diferentes para patrimônio cultural e patrimônio natural, afirma que alguns exemplares do patrimônio têm valor “universal excepcional”<sup>198</sup> e, assim, sua preservação é de interesse mundial. Pode-se perceber que neste momento a noção de patrimônio expandiu, abrangendo além do patrimônio cultural na sua face material, também o patrimônio natural. Contudo, a excepcionalidade, a monumentalidade e a notabilidade continuavam sendo critérios para demarcar o que seria ou não um exemplar de patrimônio cultural.

No final da década de 1980, pode-se perceber com a publicação da Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular<sup>199</sup> que continuava a inflação da noção de patrimônio nos documentos da Unesco. Aquela recomendação considerava a cultura tradicional e popular parte integrante do patrimônio cultural e do patrimônio universal da humanidade, além de ser um “poderoso meio” de afirmação da identidade cultural e de

---

<sup>194</sup> UNESCO. **Recomendação de Paris:** paisagens e sítios. 1962. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

<sup>195</sup> UNESCO. **Recomendação de Paris:** obras públicas ou privadas. 1968. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

<sup>196</sup> *Id. Ibid.*, p. 3.

<sup>197</sup> UNESCO. **Recomendação de Paris:** Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

<sup>198</sup> *Id. Ibid.*, p. 2.

<sup>199</sup> UNESCO. **Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.** 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

aproximação entre povos e grupos sociais diferentes<sup>200</sup>. Este documento conceitua cultural, tradicional e popular o conjunto de “criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas sobre a tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e reconhecidas como respondendo às expectativas de uma comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social [...]”<sup>201</sup>. De acordo com o documento, este conceito pode se expressar na língua, na literatura, na dança, nos jogos, nos rituais, na mitologia, nos costumes, no artesanato, na arquitetura ou em outras formas de arte. Porém, não é abordado o patrimônio cultural imaterial, ideia que, como se verá, já estava presente no Brasil. O documento, de certa forma, segmenta cultura popular das outras formas de cultura, ao diferenciar cultura tradicional de cultura popular.

Em 2003, resultante da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, é firmada a Recomendação de Paris de 2003<sup>202</sup>. Dentre diversas ponderações, o documento considera a interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio cultural material e o natural. A conceituação de patrimônio cultural imaterial é apresentada da seguinte forma: “práticas, representações, expressões, conhecimentos técnicos – junto com os objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”<sup>203</sup>. A carta afirma que o patrimônio imaterial gera sentimento de identidade e continuidade. Em seguida, apresenta as suas manifestações: tradições, expressões orais, idioma, expressões artísticas, celebrações, práticas sociais, atos festivos, conhecimentos e práticas ligadas à natureza e ao universo e técnicas artesanais tradicionais.

Pode-se perceber a partir destes documentos que a noção de patrimônio expressa pela Unesco passou por um processo de inflação. No Brasil o percurso seguiu um caminho pouco diferente, sendo que muitas vezes as legislações nacionais de salvaguarda do patrimônio cultural anteciparam o que aconteceria no cenário internacional. O Decreto-Lei N. 25 de 1937<sup>204</sup> instituiu a política nacional para a proteção do patrimônio histórico e artístico. A elevação à patrimônio nacional dependeria da inscrição em um dos quatro Livros do Tombo (Arqueológico, Histórico, Belas Artes e Artes Aplicadas), a inscrição nestes livros era feita pelo Sphan, instituição subordinada ao Governo Federal. Além de contemplar somente o

---

<sup>200</sup> UNESCO, 1989, p. 1.

<sup>201</sup> *Id. Ibid.*, p. 2.

<sup>202</sup> UNESCO. **Recomendação de Paris**. 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

<sup>203</sup> *Id. Ibid.*, p. 2.

<sup>204</sup> BRASIL. **Decreto-Lei 25/1937**. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

aspecto material, o que também ocorria na esfera internacional, ainda não acionava o termo patrimônio cultural, mas patrimônio histórico e artístico.

A Constituição de 1988, em seu artigo 216<sup>205</sup>, ampliou o conceito de patrimônio que passou a comportar, assim, “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Vê-se que no ano anterior ao documento da Unesco para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, a Constituição Federal já contemplava o patrimônio cultural na sua expressão imaterial.

Apesar deste pioneirismo brasileiro na ampliação conceitual de patrimônio, na prática, demorou a chegar nos diversos municípios do país. Por exemplo, no “Planejamento Estratégico do Turismo em Joinville 1995/1996”<sup>206</sup>, publicado pelo poder público, uma das metas estipuladas nos Objetivos Gerais era estimular a preservação do patrimônio cultural, qualificado como “Construções Históricas”. Nota-se que já havia passado sete anos de vigência da Constituição Federal, mas o poder público do município ainda não havia incorporado este entendimento em seus documentos regulatórios e em suas ações de gestão.

No Brasil, o patrimônio cultural imaterial ganhou legislação própria a partir do Decreto 3.551 de 2000<sup>207</sup>, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, antecipando, assim, a carta que a Unesco publicou em 2003 tratando do patrimônio imaterial. Os bens imateriais passaram a ser registrados em quatro livros (Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares), sob a supervisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo os registros reavaliados a cada dez anos. A partir desta perspectiva, o modo de vida dos agricultores e suas tradições poderiam ser compreendidos como uma expressão do que se denomina patrimônio cultural imaterial.

Contudo, não seria possível polarizar a compreensão de patrimônio a partir da dicotomia materialidade e imaterialidade. De acordo com o historiador brasileiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses<sup>208</sup>, todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial, bem como todo patrimônio imaterial tem um vetor material. Além das discussões sobre a

---

<sup>205</sup> BRASIL. **Constituição Federal**: Art. 216. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao\\_Federal\\_art\\_216.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

<sup>206</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, Secretaria de Turismo. **Planejamento Estratégico do Turismo em Joinville** (1995/1996). Joinville, SC, 1995.

<sup>207</sup> BRASIL. **Decreto 3.551/2000**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

<sup>208</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural**: uma revisão de premissas. I Fórum do Patrimônio Cultural, v. 1, Conferência Magna. Ouro Preto, 2009.

materialidade e a imaterialidade, outros pesquisadores de diversas áreas de formação desenvolveram estudos que forneceram outros referenciais para o debate acerca patrimônio cultural e dos processos de patrimonialização.

Llorenç Prats afirma que o fator determinante do patrimônio cultural “é seu caráter simbólico, sua capacidade para representar simbolicamente uma identidade”<sup>209</sup>. Para o autor, essa característica é o que explica a mobilização de recursos para conservá-lo e expô-lo. O autor utiliza a expressão “ativações de determinados referentes patrimoniais”, ao invés de patrimônio cultural, para afirmar que a identidade não está unicamente no interior de cada indivíduo ou grupo, mas que também deve ser expressa publicamente. Assim, apesar de considerar que as “representações patrimoniais” podem afetar a todo tipo de identidade, geralmente referem-se às identidades políticas básicas: locais, regionais ou nacionais<sup>210</sup>.

O antropólogo brasileiro José Reginaldo Santos Gonçalves afirma que em muitas culturas os bens materiais não são considerados objetos separados de seus proprietários<sup>211</sup>. Assim “a noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade”<sup>212</sup>. Nem mesmo estes bens têm atributos estritamente utilitários, pois muitas vezes também carregam significados mágicos, religiosos e sociais, além de constituírem, de certa forma, extensões morais de seus proprietários. Para o autor, o patrimônio não é apenas usado para “simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. [...] Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas”<sup>213</sup>. Assim, um patrimônio cultural, além de ser um aporte identitário, também está relacionado ao modo como as pessoas agem e/ou se manifestam, tanto no plano individual, quanto no coletivo.

Pode-se perceber, assim, uma ocorrência tridimensional em relação ao patrimônio cultural: a inflação da noção de patrimônio cultural, uma mudança na relação temporal nos processos de patrimonialização e o surgimento de uma lógica de gestão do patrimônio. Esta percepção vai diretamente ao encontro das dimensões da “histeria patrimonial”, as quais, por sua vez, relacionam-se com a “descoberta” do patrimônio pelos meios rurais, ideias desenvolvidas por Paulo Peixoto e que serão discutidas mais adiante nesta seção.

---

<sup>209</sup> PRATS, Llorenç. **Antropologia y Patrimonio**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1997. p. 22.

<sup>210</sup> *Id. Ibid.*

<sup>211</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

<sup>212</sup> *Id. Ibid.*, p. 27.

<sup>213</sup> *Id. Ibid.*, p. 31.



Mas qual seria o caminho que um “bem” deve percorrer até ganhar o *status* de patrimônio cultural? Para Paulo Peixoto<sup>214</sup>, a emergência de um patrimônio passa, geralmente, por três etapas: (1) espontaneidade, (2) tomada de consciência e (3) aquisição de uma identidade patrimonial<sup>215</sup>. A primeira etapa é marcada pela espontaneidade, ou seja, surge como uma solução técnica para um problema prático. A fim de contextualizar as considerações do autor será utilizado um exemplo. Supõe-se que um agricultor recém adquiriu a sua propriedade. Sem recursos para providenciar máquinas que lhe auxiliem na limpeza do solo, ele constrói a partir do que tem disponível uma enxada. Esta ferramenta representa um meio de solucionar um problema prático: limpar a terra. O agricultor utilizou para sua confecção apenas os recursos que dispunha e seu conhecimento acumulado para solucionar um problema vivenciado.

Para Peixoto, a segunda etapa é marcada pela tomada de consciência. Ocorre quando qualquer transformação coloca fora do campo funcional aquele objeto<sup>216</sup>. Retomando o exemplo, após algum tempo trabalhando na propriedade, o agricultor conseguiu reunir os recursos necessários para comprar um arado de limpeza. A enxada que ele próprio havia confeccionado deixa de ser útil e, assim, é guardada.

A terceira etapa é a aquisição de uma identidade patrimonial, momento em que, segundo o autor, um estatuto de gestão coletiva é reclamado e justificado<sup>217</sup>. De volta ao exemplo, com o tempo as pessoas da família ou da comunidade rural a que aquele agricultor pertencia perceberam que a enxada que ele confeccionou fazia parte de história daquela família ou lugar, era um símbolo da engenhosidade e da perseverança dos agricultores diante das adversidades, representava ainda toda a luta e sofrimento pelo qual os agricultores daquela família ou região passaram, ou seja, era uma insígnia da identidade daquele grupo e, desta forma, precisava ser preservada e deixada como herança às gerações futuras, pois representava e carregava um código moral. Dito de outra forma, aquela enxada passou a ser um patrimônio cultural e, em virtude disso, precisaria de um plano de gestão, de restauro, de conservação e de exposição.

Peixoto afirma que é na passagem da segunda para a terceira etapa que a ideia patrimonial emerge e, de alguma forma, se cristaliza<sup>218</sup>. As proposições de Paulo Peixoto sobre a emergência do patrimônio são intercambiáveis com a ideia de ativação patrimonial de

---

<sup>214</sup> PEIXOTO, Paulo. **O passado ainda não começou:** Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português. Tese (doutorado). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2006.

<sup>215</sup> *Id. Ibid.*, p. 52.

<sup>216</sup> *Id. Ibid.*, p. 52.

<sup>217</sup> *Id. Ibid.*, p. 52.

<sup>218</sup> *Id. Ibid.*, p. 52.

Llorençs Prats<sup>219</sup>. Ao considerar o patrimônio uma construção social, Prats afirma que ele não existe na natureza, não é algo dado, nem mesmo é um fenômeno social universal, já que não se produz em todas as sociedades humanas e nem em todos os períodos históricos. O patrimônio é um artifício idealizado por alguém, ou por algum grupo, em algum lugar e momento, para determinados fins<sup>220</sup>.

O autor considera que o *pool* de um determinado patrimônio se dá a partir de três referentes básicos: (1) natureza, (2) história e (3) inspiração criativa. Prats pondera que estes elementos podem ser entendidos como as três faces de um triângulo dentro do qual se integram todos os elementos patrimonializáveis. Assim, qualquer coisa que proceda da natureza, história ou natureza criativa se inclui dentro dos limites do triângulo. Algo que não tenha essas características acaba ficando de fora<sup>221</sup>. De acordo com o autor, ativar um repertório patrimonial é escolher determinados referentes do *pool* (natureza, história ou natureza criativa) e expô-los de uma forma diferente. De tal modo, um discurso deverá ser articulado. Este discurso dependerá dos referentes escolhidos, dos significados extraídos destes referentes, da importância relativa dada a eles, da inter-relação do conjunto que estes integram e do contexto apresentado.

Afinal, como essa emergência/ativação se dá nos meios rurais? Ou ainda, como esse patrimônio é percebido e apreendido pelos meios rurais? Para responder à estas questões novamente se recorrerá à Paulo Peixoto. Mesmo considerando a descoberta do patrimônio cultural um fenômeno recente nos meios rurais, Peixoto afirma que não significa necessariamente que era algo ignorado anteriormente, pelo contrário, os agricultores muitas vezes referiam-se ao patrimônio e a natureza por outros nomes: bem e terra<sup>222</sup>. O autor afirma que existe certa ironia em tentar convencer os agricultores da importância dos cuidados com a terra e com a natureza, no caso os seus patrimônios, pois esses cuidados são inerentes ao seu modo de vida.

Para Peixoto<sup>223</sup> existem duas tendências ligadas à transformação dos meios rurais: de um lado, o aumento das ameaças sobre o mundo rural e, de outro, o aumento das preocupações com o patrimônio. Na convergência destas duas tendências é que surge a tese do desaparecimento do mundo rural e, em decorrência desta, a descoberta do patrimônio.

---

<sup>219</sup> PRATS, 1997.

<sup>220</sup> *Id. Ibid.*, p. 19.

<sup>221</sup> *Id. Ibid.*, p. 27.

<sup>222</sup> PEIXOTO, 2006, p. 66.

<sup>223</sup> *Id. Ibid.*, p. 51.

Peixoto<sup>224</sup> questiona qual seria essa descoberta, de onde viria a inflação do patrimônio e o que o torna símbolo principal de identidades rurais. Para ele, a resposta para estas questões está estruturada em três processos: (1) o processo de transformação recente do mundo rural, (2) a histeria patrimonial e (3) o processo de procura do espírito de lugar.

Dentre considerações listadas pelo autor para caracterizar o processo de transformação recente do mundo rural estão a agricultura produtivista, o fomento ao turismo em virtude das melhorias nas vias rodoviárias, a proximidade dos centros urbanos, as alterações demográficas (êxodo rural e envelhecimento das populações rurais residentes), dificuldades econômicas, dentre outras<sup>225</sup>. Destes aspectos citados por Peixoto, pode-se observar a ocorrência de alguns no Brasil e, particularmente, em Joinville. Em nível nacional, como foi discutido no primeiro capítulo, o fomento de um modelo agrícola produtivista a partir da década de 1960 teria colaborado para acentuar a concentração de terras e renda em um grupo, o patronal, e enfraquecer o outro, os que praticam a agricultura familiar.

No que tange ao fomento do TER pelo poder público em Joinville, como já mencionado, seu início ocorreu com o roteiro na Estrada Bonita em 1992. Após o lançamento desse roteiro, a comunidade local se organizou para reivindicar a pavimentação da estrada, reivindicação atendida no final da década de 1990. A localização da estrada às margens da rodovia BR 101 facilitou o acesso e a ampliação do fluxo de visitantes e turistas na região. Contudo, pode-se perceber que a pavimentação das estradas pode não ser um fator chave para atrair visitas pedagógicas, já que há propriedades em estradas “de chão” têm bom número de visitantes. Um fator significativo é a distância da propriedade em relação aos núcleos urbanos, pois em alguns casos as propriedades localizadas em regiões mais afastadas recebem menos visitantes que as localizadas mais próximas, o que remete ao próximo aspecto citado por Peixoto: a proximidade dos centros urbanos.

Em Joinville a urbanização foi muito significativa a partir da década de 1960 ao ponto de, em 1987, a Prefeitura elaborar o Plano de Estruturação Urbana (PEU). Além do núcleo urbano estar muito próximo do rural, em muitas localidades interioranas tem surgido, como foi percebido nas visitas de campo, loteamentos às margens das estradas em virtude da venda e parcelamento de propriedades. Essa proximidade entre rural e urbano pode de alguma forma contribuir para o próximo aspecto citado pelo autor: as ameaças demográficas.

Esta ameaça também está relacionada com questões econômicas. A existência de fábricas e comércios nas proximidades das localidades rurais pode facilitar com que muitos

---

<sup>224</sup> PEIXOTO, 2006, p. 52.

<sup>225</sup> *Id. Ibid.*, p. 54.

jovens desistam da atividade rural por um emprego. O Distrito Industrial de Joinville foi concebido pelo Plano Diretor de 1973 e instituído pela Lei 1411 de 12 de dezembro de 1975, destinou cerca de 3000 há, redirecionando as indústrias joinvilenses para áreas rurais ou no limítrofe delas<sup>226</sup>. Acrescenta-se a isso as dificuldades financeiras que algumas propriedades rurais enfrentam e se tem como resultados o êxodo das populações rurais. Embora tenha verificado que em algumas propriedades integrantes do PVC, os filhos dos proprietários permaneceram ou voltaram para o meio rural. Observou-se também que a agricultura deixou de ser um plano geracional, ou seja, os filhos deixaram de dar continuidade a atividade agrícola da propriedade, buscando outras formas de emprego.

O segundo processo que, para Peixoto, responde às questões da descoberta e inflação da noção de patrimônio e do motivo dele se tornar o símbolo principal de identidades rurais, é a histeria patrimonial. Esta pode ser entendida como uma “tendência global que, comportando várias dimensões, caracteriza os processos de patrimonialização”<sup>227</sup>. Para o autor, o meio rural desempenhou um papel particular e fundamental na inflação da noção de patrimônio, pois foi mobilizada para enfrentar a crise agrícola ou a integração aos territórios urbanos. Deste ponto de vista, trata-se de compreender o patrimônio e suas representações como “uma invenção cultural que procura legitimar e naturalizar um determinado tipo de discurso sobre a evolução recente do mundo rural e que procura responder aos desafios presentes e futuros dos meios rurais”<sup>228</sup>.

Os objetos ou lugares para ganharem esse *status* patrimonial passam por um processo de patrimonialização, que para Peixoto<sup>229</sup> caracterizam-se por três dimensões essenciais que dão conta da histeria patrimonial: (1) elasticidade da noção de patrimônio, (2) transformação na relação temporal nos processos de patrimonialização e (3) emergência de uma lógica de gestão do patrimônio. O processo de patrimonialização foi abordado anteriormente neste capítulo. Contudo, ainda são cabíveis algumas considerações acerca deles.

Primeiro, a escolha da palavra “elasticidade” para tratar da inflação patrimonial, indica as maneiras como o patrimônio cultural é disputado pelos diversos grupos sociais, como um elástico pode ser esticado ou solto a partir das disputas identitárias travadas socialmente, dependendo dos interesses e dos poderes que são postos em jogo. Isso remete à afirmação de

---

<sup>226</sup> SEPUD – Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável. **Joinville Cidade Em Dados**, Joinville: Prefeitura Municipal, 2018.

<sup>227</sup> PEIXOTO, 2006, p. 64.

<sup>228</sup> *Id. Ibid.*, p. 53.

<sup>229</sup> *Id. Ibid.*, p. 68.

Llorençs Prats quando diz que a ativação patrimonial é feita não por uma simples vontade de um grupo, mas sim por aqueles que detém o poder formal de realizá-la<sup>230</sup>.

Em segundo lugar, como foi apresentado anteriormente, a relação temporal na definição de patrimônio cultural gradativamente foi sendo modificada, deixando de se referir somente ao valor de antiguidade para também se estender às manifestações do passado recente ou mesmo do presente.

Por fim, Peixoto afirma que o aparecimento de um ativo e numeroso grupo de “profissionais”<sup>231</sup> é uma marca da histeria patrimonial e aponta para a emergência de uma lógica de gestão. Preservar um patrimônio remeteria à necessidade de salvá-lo do desaparecimento. Em virtude dos patrimônios corresponderem aos signos identitários para as comunidades representadas por eles, a luta para sua conservação, de acordo com Peixoto, faz com que seja necessário um conjunto de trabalhos que somente uma lógica de gestão poderia enfrentar e suportar a longo prazo. Isso se justifica a partir dos procedimentos de candidatura e reconhecimento formal dos bens, dos custos financeiros necessários para a operação de patrimonialização, das ações de promoção e rentabilização do patrimônio recuperado e da necessidade de conhecimentos técnicos. Todos estes fatores correspondem a exigências que somente uma estrutura suficientemente profissionalizada poderia dar conta de responder com eficácia<sup>232</sup>.

Por fim, Peixoto trata do processo da procura do espírito de lugar como um dos motivos para a descoberta e inflação da noção de patrimônio e o motivo de ele se tornar o símbolo principal de identidades rurais. De acordo com o autor o espírito de lugar está em um território patrimonializado, simbolicamente reinventado e reativado, que “pode funcionar como vetor de novas identidades e novas sociabilidades e ajudar na emergência de novas dinâmicas locais”<sup>233</sup>. Assim, o espírito de lugar seria um conjunto de elementos identitários de um determinado território, que o representa para os “de dentro” e para os “de fora”, ainda que de maneira diferente. Também pode englobar outros elementos externos ao lugar, que representam as aspirações dos visitantes em relação àquele espaço<sup>234</sup>.

---

<sup>230</sup> PRATS, 1997, p. 33.

<sup>231</sup> Preferi deixar o termo “profissionais” entre aspas conforme o autor utiliza em seu texto. De acordo com o autor o uso das aspas no termo profissionais relativiza o fato destas pessoas comprometidas com o patrimônio possuírem ou não uma formação profissional, para o autor estes “profissionais” compreendem amadores, políticos ou técnicos que investem fortemente nas ações patrimonialização. PEIXOTO, 2006, p. 75.

<sup>232</sup> PEIXOTO, 2006, p. 76.

<sup>233</sup> *Id. Ibid.*, p. 80.

<sup>234</sup> Muitas destas considerações sobre o espírito de lugar foram obtidas junto ao próprio professor Paulo Peixoto por ocasião de sua estada em Joinville como professor visitante na UNIVILLE nos meses de agosto e setembro de 2018.

Esta busca do espírito de lugar pode ser percebida em muitas propriedades que fazem parte do PVC. Isto conduziu à ideia de um “rural encenado”<sup>235</sup>, pois em alguns casos se pode perceber que algo tinha sido colocado na propriedade para corresponder às aspirações dos visitantes, ou seja, satisfazer o que as pessoas que visitaram a propriedade esperavam encontrar no meio rural. Por exemplo, a presença em algumas propriedades de animais como porquinho da índia ou aves exóticas<sup>236</sup>, ou a exposição de instrumentos rústicos do passado, como ferro de passar à brasa ou fogão à lenha, que não têm relação com o passado da propriedade ou da família, fizeram parte do roteiro de visitação pedagógico.

De acordo com Peixoto, a convergência destes três processos, transforma o recente do mundo rural, histeria patrimonial e procura do espírito de lugar, remetem à “descoberta” do patrimônio pelos meios rurais. O patrimônio cultural torna-se, assim, além de símbolo da identidade dos agricultores, um recurso que pode ser capitalizado através da atra o de visitantes e turistas para os meios rurais.

Para tratar de patrimônio e turismo se recorrerá   Llorenç Prats, docente e pesquisador da Universidade de Barcelona que publicou diversos escritos a partir de suas investiga es sobre o patrimônio cultural na Espanha e de suas reflexões sobre a implementa o de produtos turísticos patrimoniais vinculados a políticas de cultura<sup>237</sup>. Para Prats<sup>238</sup>, bens culturais para (e em) muitas comunidades, tais como festas, tradi es, processos produtivos e culturas inteiras, podem se converter em espetáculos e em artigos de consumo ao ponto de se tornarem no único, ou principal, meio de vida<sup>239</sup>. Com a “espetaculariza o” da realidade, aliada à massifica o turística contemporânea, se produz mudanças quantitativas e qualitativas na rela o entre patrimônio e turismo. Por um lado, em destinos patrimoniais clássicos, a massifica o do turismo chega ao ponto de ameaçar a conserva o do patrimônio. Por outro lado, destinos patrimoniais antes inviáveis são ativados quando se tornam acessíveis graças à facilidade de deslocamento e ao crescimento da demanda por atra es turísticas<sup>240</sup>. Assim, há um tipo de ativa o patrimonial, cuja motiva o não é propriamente identitária, mas de ordem turística e comercial. Isso pode ser percebido na dinâmica do PVC, a alusão ao

---

<sup>235</sup> Sobre este tema pude fazer uma comunica o em um simpósio temático no XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-SC, sendo o título de meu resumo: O Rural Encenado: Os “modos de vidas rurais” apresentados aos alunos no Projeto Viva Ciranda em Joinville/SC.

<sup>236</sup> O entendimento de exótico que trato se refere àquilo que é estrangeiro, que não é nativo.

<sup>237</sup> A esse respeito ver informa es no site do grupo de Pesquisa Análises Territoriais e Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<http://www.ub.edu/anterrit/Lloren%20C3%A7-PRATS-CANALS-131.html>>. Acesso: 08 jan. 2019.

<sup>238</sup> PRATS, 1997.

<sup>239</sup> *Id. Ibid.*, p. 41.

<sup>240</sup> *Id. Ibid.*

patrimônio dos agricultores em sua cartilha (discutida no primeiro capítulo), além dos atrativos adicionados aos roteiros de visitação das propriedades para atrair e/ou corresponder às aspirações dos visitantes, remete a essa ativação para o turismo. De acordo com Prats, quando ocorre desta forma, os referentes ativados não têm relação estrita com as múltiplas visões do “nós mesmos de nós mesmos”, mas também   visão de “nós mesmos dos outros”, ou seja, com a imagem externa frequentemente estereotipada que se tem da identidade de certa comunidade percebida pelos centros emissores de turistas<sup>241</sup>. Esta consideração de Prats pode ser relacionada com a ideia de busca do “espírito de lugar”, exposta por Paulo Peixoto e já aludida neste capítulo.

Em projetos turístico-patrimoniais as dificuldades de gestão do patrimônio podem se tornarem significativos entraves, sendo a manutenção um dos mais importantes<sup>242</sup>. Manter um museu local aberto permanentemente muitas vezes não   rentável, o que faz com que os técnicos convertam esses espaços em uma “verdadeira trincheira laboral e social a defender a todo custo”<sup>243</sup>. Isso conduziria às perversas generalizações como o turismo escolar e o turismo da terceira idade. O turismo escolar, apesar de ser uma “oferta didática tentadora que facilita o trabalho dos docentes”, fornece uma “espécie de contingente forçado que ajuda a maquiar os números”<sup>244</sup>. Pode-se também perceber isso com o PVC, apesar de não ter surgido para auxiliar nas dificuldades econômicas de algum museu, como Prats exemplifica, foi idealizado para fazer a mesma coisa com alguns proprietários rurais. Assim, através do turismo pedagógico, o Projeto fornece um “contingente forçado” para as visitas.

O autor afirma que, antes de qualquer coisa, em projetos turístico-patrimoniais   necessário fazer o seguinte questionamento: “existe realmente um encargo ou trata-se de alguma forma de auto-encargo de projeto, um encargo induzido por nós mesmos, cuja conveniência ou inocuidade convencemos a administração ou outros agentes sociais?”<sup>245</sup>. Isto remete ao surgimento do PVC, tratado no primeiro capítulo desta dissertação. Como exposto, o PVC não teria surgido propriamente de uma demanda pedagógica, mas sim de uma econômica sendo o encargo do Projeto relacionado à obtenção de divisas para os proprietários que aceitaram fazer parte. O atendimento às escolas dos bairros de menor  ndice de

---

<sup>241</sup> PRATS, 1997, p. 42.

<sup>242</sup> PRATS, Llorençs. Patrimonio+turismo=desarrollo? *Pasos*, v. 1, n. 2, 2003. P. 127-136.p. 130.

<sup>243</sup> *Id. Ibid.*

<sup>244</sup> *Id. Ibid.*

<sup>245</sup> *Id. Ibid.*, p. 132.

Desenvolvimento Humano de Joinville na fase inicial do Projeto<sup>246</sup> pode ser uma tentativa de convencimento da conveniência do PVC.

A partir de sua dinâmica, ao unir visitas pedagógicas e patrimônio cultural dos agricultores, se torna mister discutir a educação patrimonial dentro do Projeto. Para tanto é necessário entender o que é a educação patrimonial e como ela foi tratada ao longo do tempo no Brasil. Este assunto será discutido na próxima seção.

## 2.2 A educação patrimonial

O IPHAN<sup>247</sup> desde a sua criação em 1937 emitiu documentos que manifestavam a importância das ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio, a prática pioneira de Educação Patrimonial no Brasil se deu com o “Projeto Interação”, apresentado pela primeira vez em um seminário do Ministério da Educação e Cultura no ano de 1981. Projeto desenvolvido entre 1982 e 1986 e tinha como proposta o “apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira”<sup>248</sup>. De acordo com o IPHAN, no Projeto Interação as diferenças culturais teriam primazia em relação à uniformidade e homogeneização. Além disso, o projeto “defendia uma metodologia de trabalho baseada na observação direta e no acompanhamento técnico periódico das experiências educacionais desenvolvidas”<sup>249</sup>.

No ano de 1983 ocorreu no Museu Imperial em Petrópolis, no Rio de Janeiro, o Primeiro Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos. Evento que introduziu e disseminou a expressão “Educação Patrimonial” no Brasil<sup>250</sup>. No final da década seguinte, em 1999, é publicado o “Guia Básico de Educação Patrimonial”<sup>251</sup>, decorrente da experiência das autoras no Museu Imperial. O documento se tornou na década de 2000 o

---

<sup>246</sup> Cf. GUZZATTI, Thaise Costa *et al*, 2014.

<sup>247</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural: história, conceitos e processos**. Brasília: Ministério de Estado da Cultura, 2014. 65 p.

<sup>248</sup> *Id. Ibid.*, p. 9.

<sup>249</sup> *Id. Ibid.*, p. 11.

<sup>250</sup> *Id. Ibid.*, p. 13.

<sup>251</sup> HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.



principal referencial do IPHAN acerca da Educação Patrimonial<sup>252</sup>. Neste guia as autoras definiam Educação Patrimonial como um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”<sup>253</sup>. A proposta metodológica consistia em quatro etapas progressivas: (1) observação do objeto/fenômeno/tema de estudo: através de perguntas, experimentações, medições, anotações etc. o objeto é identificado; (2) registro: podem ser feitos desenhos, descrição, fotografias etc.; (3) exploração: que consiste na discussão, questionamentos e pesquisas em outras fontes como bibliotecas, arquivos, jornais revistas etc.; (4) apropriação: releitura, interpretação em diferentes meios como de expressão como música, pintura, poesia, texto etc.

Em 2004, é criada a Gerência de Educação Patrimonial, primeira instância da área central do IPHAN que tem como principal incumbência promover a Educação Patrimonial. De acordo com o IPHAN, para a consolidação desta gerência foi realizada a I Reunião Técnica em Pirenópolis, Goiás. No ano seguinte, aconteceu em São Cristóvão, Sergipe, o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial, com o objetivo de discutir e propor parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial do IPHAN nas escolas, nos museus e em outros espaços sociais<sup>254</sup>. No ano de 2007, integrada aos debates internos do novo marco institucional do IPHAN, surgiu a ideia das Casas do Patrimônio<sup>255</sup>. O resultado destas discussões veio à público no ano seguinte na Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, ocorrida em Pirenópolis, Goiás, momento em que as diretrizes gerais destes espaços foram debatidas e consolidadas coletivamente<sup>256</sup>. Em 2009 é publicada a Carta de Nova Olinda, resultado do 1º Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, evento que aconteceu na cidade de mesmo nome no estado do Ceará. Esta carta define que o objetivo das Casas do Patrimônio é:

[...] constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural<sup>257</sup>.

---

<sup>252</sup> IPHAN, 2014, p. 13.

<sup>253</sup> HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, *op. cit.*, p. 4.

<sup>254</sup> IPHAN, *op. cit.*, p. 16 - 17.

<sup>255</sup> *Id. Ibid.*, p. 36.

<sup>256</sup> *Id. Ibid.*

<sup>257</sup> *Id. Ibid.*, p. 46.

Por fim, buscando sistematizar o percurso histórico da Educação Patrimonial no Brasil, bem como os conceitos e processos a ela ligados, o IPHAN publicou no ano de 2014 o documento “Patrimônio Cultural: história, conceitos e processos”. Desta perspectiva, cabe perguntar: Quais os perfis que as ações de educação patrimonial assumiram em suas práticas? Como se caracterizava e quais as funções do patrimônio cultural nessas iniciativas? O que se deveria levar em conta no desenvolvimento das ações educativas?

A historiadora Janice Gonçalves em seu texto “Da educação patrimonial à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural”<sup>258</sup>, se baseando em uma pesquisa bibliográfica e na experiência com o patrimônio cultural, afirma que detectou duas concepções fundamentais recorrentes para pensar educação patrimonial: “educação para o patrimônio” e “educação com o patrimônio”. A primeira concepção envolve os ideais de proteção, defesa, respeito, interesse e apreço pelo patrimônio, enquanto a segunda tem a ver com a valorização, empoderamento dos grupos sociais e reconhecimento com o patrimônio. De maneira geral, pode-se compreender que na primeira concepção as ações de educação teriam o patrimônio como um fim em si mesmo, isto é, o patrimônio teria por função sensibilizar e conscientizar as populações sobre sua importância, assumindo assim uma função pedagógica direcionada junto aos indivíduos e grupos sociais. Já na segunda concepção, o patrimônio seria um meio (e não um fim em si mesmo) nos processos educacionais, pois ele teria ligação com a construção de identidades protagonizadas pelos próprios grupos ou sujeitos sociais. A autora afirma que, ao longo dos anos, pôde perceber uma transição gradativa de uma concepção para outra nas cartas patrimoniais da Unesco<sup>259</sup>.

Tomando como pressuposto a ideia de que o patrimônio é sempre “uma construção social e histórica”<sup>260</sup>, Gonçalves sugere quatro proposições que deveriam ser levadas em conta em ações de educação patrimonial. A primeira é “desnaturalizar o patrimônio cultural, refletindo sobre o campo que o produz”<sup>261</sup>. Para a autora, o patrimônio não pode ser encarado como um dado natural, o que remete às considerações de Peixoto e Prats sobre os processos de invenção e de ativação patrimonial. De acordo com Gonçalves, se o patrimônio é resultado de escolhas individuais e coletivas, da combinação de agentes, ações, procedimentos, recomendações, normas e circunstâncias históricas, as ações educativas deveriam “buscar

---

<sup>258</sup> GONÇALVES, Janice. Da educação patrimonial à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. **MOUSEION**, Canoas, n. 19, dez. 2014, p. 83-97.

<sup>259</sup> *Id. Ibid.*, p. 87.

<sup>260</sup> *Id. Ibid.*, p. 90.

<sup>261</sup> *Id. Ibid.*, p. 91.

conhecer o próprio campo”, isto é, “*desnaturalizar o patrimônio cultural, refletindo sobre o campo que o produz* [grifo da autora]”<sup>262</sup>.

A segunda proposição consistiria em “*dessacralizar o acervo patrimonial, problematizando os processos sociais e históricos que o geraram* [grifo da autora]”<sup>263</sup>, pois se o patrimônio não é um dado natural, o seu referente também deve ser encarado como constructo social e histórico. Gonçalves afirma que as interpretações que fundamentaram a seleção de determinados bens para serem patrimonializados envolveram a atribuição de valores a estes bens, valores como artístico/estéticos, históricos, de vivência, práticos/pragmáticos<sup>264</sup>. Diz a autora: “se os valores atribuídos aos bens patrimoniais não foram, não são e não serão universais, como sustentar uma visão que apague os processos de atribuição de valores e os tome contidos nos bens?”<sup>265</sup>.

A terceira proposição de Gonçalves que deveria perpassar as ações de educação patrimonial é “pôr sob suspeição uma perspectiva do processo educativo que oponha educadores e educandos como esclarecidos e não esclarecidos”. Tal proposição lança crítica à ideia de que aqueles que não percebem a relevância dos bens patrimoniais não são suficientemente informados ou conscientizados. A esse respeito destaca-se uma das conclusões do estudo realizado por Gazzóla<sup>266</sup> sobre as manifestações artísticas no município de Joaçaba, Santa Catarina. A autora entrevistou professores da rede pública e privada para identificar “o conhecimento dos educadores sobre as manifestações artísticas municipais”<sup>267</sup>. Para tanto, ela elencou “as que mais se destacavam no cenário local [...] para que indicassem as quais tinham conhecimento, as que conheciam e as que utilizavam na sua prática”<sup>268</sup>. Como resultado a autora constatou que “por questões óbvias, as escolas de samba são as mais conhecidas e utilizadas em sala de aula”<sup>269</sup>, que muitos professores não tinham ouvido falar e nem conheciam a obra de figuras ilustres, como a de um poeta e um maestro local, salientando que “o conhecimento dos docentes não difere da maioria das pessoas comuns neste ponto”<sup>270</sup>. Apesar de o estudo de Gazzóla ter o objetivo de identificar se o professor conhece ou não um dos patrimônios que ela elencou como importante no cenário local, a

---

<sup>262</sup> GONÇALVES, 2014.

<sup>263</sup> *Id. Ibid.*, p. 92.

<sup>264</sup> Estes “valores” do qual a autora trata, podem ser melhores compreendidos no texto “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas” de Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes *cf.* MENESES, *op.cit.*

<sup>265</sup> GONÇALVES, *op. cit.*, p. 92.

<sup>266</sup> GAZZÓLA, Lucivani. **Educação Patrimonial: teoria e prática**. IX Congresso Nacional de Educação – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba, 2009.

<sup>267</sup> *Id. Ibid.*, p. 1448.

<sup>268</sup> *Id. Ibid.*

<sup>269</sup> *Id. Ibid.*

<sup>270</sup> *Id. Ibid.*

conclusão de seu estudo aqui destacada se contrapõe à terceira proposição de Gonçalves, pois, de certa forma, Gazzóla parte do pressuposto de que o professor deveria ter um conhecimento superior dos patrimônios culturais locais em relação às “pessoas comuns”.

A quarta e última proposição de Gonçalves é a de “valorizar as diversas instâncias que lidam com o patrimônio cultural como produtoras e disseminadoras de saberes e visões sobre ele e buscar compreender suas especificidades”<sup>271</sup>. O campo de patrimônio cultural, de acordo com a autora, é um campo interdisciplinar, onde as diversas áreas que se ocupam com ele produzem saberes sobre conservação, restauro e possibilidades de salvaguarda. Assim, as ações educativas devem possibilitar a compreensão da dinâmica do campo patrimonial, levando em conta todos os saberes e visões de patrimônio que são gerados pelas diferentes áreas que o integram.

Considerando que esta dissertação trata de um projeto de turismo pedagógico em espaço rural que tem o patrimônio como um de seus recursos, cabe ainda abordar a relação entre a educação patrimonial e o turismo. Melo e Cardozo<sup>272</sup> afirmam que o “turismo cultural pautado pela ação de visitação e conhecimento do patrimônio cultural possui um sentido educativo [...]”<sup>273</sup>. O turismo, assim, pode promover uma mediação “no processo de socialização e apropriação dos bens humanos materializados nos patrimônios”<sup>274</sup> que são os atrativos dos destinos turísticos. Para os autores, nas ações de educação patrimonial, as metodologias e os conteúdos podem ser planejados de modo a propiciar aos visitantes e turistas um espaço para que se apropriem subjetivamente dos patrimônios que visitam.

Na sequência, será abordada a educação patrimonial no PVC. Como já dito anteriormente, quando se está referindo ao patrimônio cultural no âmbito do PVC, se está tratando dos saberes tradicionais dos agricultores, dos seus modos de vida, suas tradições e seus costumes, e como isso se insere na prática cotidiana do Projeto, sobretudo nas visitas de grupos de alunos. Os dados utilizados foram obtidos através das observações de visitas pedagógicas em nove propriedades que fazem parte do Projeto, sendo que as informações foram devidamente anotadas em um caderno de campo e acondicionadas em um banco de dados.

---

<sup>271</sup> GONÇALVES, 2014, p. 93.

<sup>272</sup> MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 1059-1075, out.- dez. 2015.

<sup>273</sup> *Id. Ibid.*, p. 1061.

<sup>274</sup> *Id. Ibid.*

Na propriedade Família Kersten há um museu<sup>275</sup> com objetos antigos, relacionados à vida rural ou não (pode-se encontrar neste espaço, entre outras coisas, ferramentas, utensílios domésticos, cadeira de barbeiro, discos de vinil etc.), da família ou adquiridos da comunidade local para serem expostos aos visitantes como uma atração. Também há na propriedade o local onde o melado é produzido (podendo ser observado através de uma janela de vidro), animais como vacas e aves exóticas, espaço da plantação (cana-de-açúcar, aipim etc.). Os objetos do museu são apresentados para os alunos ou visitantes pela proprietária, momento em que as histórias e usos dos objetos são explicados.

O Sítio Canto dos Pássaros apresenta um perfil semelhante à da propriedade da Família Kersten, promove passeios de trator pela roça e a agricultora explica para as crianças as técnicas de cultivo e curiosidades sobre os alimentos. Na propriedade também há animais, como aves exóticas, porquinhos da índia, coelhos, bodes, cavalos, vaca etc.

Na propriedade Família Schroeder, como já mencionado, os alunos também têm a oportunidade de conhecer animais como vacas, porcos e cabras, sendo que destas últimas as crianças podem tirar leite. No mesmo espaço há também algumas ferramentas agrícolas, novas e antigas, penduradas na parede. As crianças também podem ver na propriedade aves exóticas, coelhos e porquinhos da índia.

Outras três propriedades com perfis semelhantes são: Vale das Nascentes, Sítio da Vó Bia e Vale do Ouro, principalmente no que diz respeito a serem propriedades voltadas para a visitação. A primeira tem como principal atrativo e recurso pedagógico as diversas nascentes que lá existem, as visitas pedagógicas acabam tendo um viés voltado propriamente para a educação ambiental do que para o patrimônio cultural rural. Contudo, na propriedade existem alguns animais, como pônei, burro e coelho, que estão ali para serem atrativos para as crianças. No Sítio da Vó Bia, como dito anteriormente, a estrutura é voltada para o lazer. A prática agrícola não é seu principal foco e a família não habita o espaço. As crianças caminham por uma trilha ecológica, visitam um pequeno pomar, brincam em um *playground*. Há também alguns gansos que as crianças podem alimentar. O Vale do Ouro tem como principal atrativo as cachoeiras, acessadas por uma trilha. Na propriedade há uma tirolesa<sup>276</sup> e alguns animais: cavalos, coelhos e pequenos suínos.

Dois propriedades localizadas no mesmo roteiro (Estrada Dona Francisca), porém com ramos de atividades distintos são a Família Wiezbicki e Apiário Pfau. Na primeira, a principal atividade econômica é a panificação, assim, os alunos são levados para a cozinha

---

<sup>275</sup> Preferi utilizar a nomenclatura que a família dá ao espaço.

<sup>276</sup> Tirolesa é uma atividade esportiva de aventura que consiste em descer um desnível pendurado por cabos.

onde podem manusear a massa preparada para fabricação de bolachas. Também há na propriedade uma horta, lago com peixes e um galinheiro (os proprietários também lidam com aves de corte). Há também um pônei, cuja razão parece estar ligada a possibilidade deste se tornar um atrativo a mais para os alunos. No Apiário Pfau a apicultora compartilha com as crianças o seu conhecimento sobre apicultura, sobre espécies de abelhas, bem como são apresentados aos alunos alguns artefatos ligados à produção de mel, como ferramentas e vestimentas, além de caixas de abelhas sem ferrão.

Na Agrícola da Ilha há alguns jardins com flores ornamentais, trilha em meio a uma reserva de mata nativa, *playground* com brinquedos que estimulam os sentidos, um *café rural* que conta com alguns artefatos antigos, como fogão à lenha, além de um espaço onde os alunos podem plantar mudas de flores em vasos.

Pode-se perceber, do ponto de vista da educação patrimonial, que as atividades propostas pelo PVC podem se enquadrar de forma diferenciada em cada propriedade, nas perspectivas apontadas por Gonçalves<sup>277</sup>. Houve momentos em que as atividades se caracterizaram como “educação para o patrimônio”, pois tiveram o patrimônio como fim, buscando o reconhecimento ou respeito para com aquele bem. Em outros momentos a proposta se caracterizou como “educação com o patrimônio”, já que as atividades tiveram o patrimônio cultural rural como recurso pedagógico, não como fim em si mesmo, objetivando contribuir para a valorização e a apropriação pelos alunos. Além disso, na prática o PVC acabou motivando os proprietários rurais a criarem atrativos turísticos mobilizando narrativas e bens culturais que, de certa forma, promovem uma encenação do rural às crianças. Isso pode ser percebido na presença de animais em propriedades que não tem perfil agrícola, ou animais exóticos naquelas que tem, nos objetos antigos e curiosos expostos, que estão lá como mero atrativo turístico.

### 2.3 Projeto Viva Ciranda: Percepções do patrimônio cultural no espaço rural

Nesta última seção, tendo em vista a perspectiva da educação patrimonial, irei tratar da relação entre os grupos envolvidos com PVC e o patrimônio cultural. Para tanto, terei como norte a seguinte questão: Como os grupos envolvidos com o Projeto percebem e se

---

<sup>277</sup> GONÇALVES, 2014.

relacionam com esse patrimônio? Para problematizar esta questão, farei uso das entrevistas de História Oral, realizadas com seis agricultores, duas professoras e com a coordenadora do Projeto. A escolha dos agricultores entrevistados, como no caso das propriedades, também teve como princípio a diversidade quanto ao perfil de sua propriedade, localização e gênero. Quanto à escolha das professoras para as entrevistas, buscou-se profissionais com perfis pedagógicos e que atuam com diferentes faixas etárias: uma professora leciona em um Centro de Educação Infantil e outra nas séries iniciais do ensino fundamental.

Antes de iniciar as discussões das entrevistas, cabe fazer algumas considerações em relação à metodologia da História Oral. O professor italiano de literatura americana e adepto da metodologia da história oral Alessandro Portelli<sup>278</sup> afirma que as fontes escritas e orais não são excludentes, elas possuem características específicas que somente uma ou outra pode preencher. Portelli afirma que a depreciação ou a supervalorização das fontes orais podem cancelar suas qualidades específicas, tornando-as mero suporte para as fontes escritas<sup>279</sup>.

Alessandro Portelli afirma que as fontes orais não são “objetivas”<sup>280</sup>. Desta forma, o “único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador”<sup>281</sup>, o qual nenhuma outra fonte pode se igualar, é a subjetividade do expositor. Isso ocorre porque as pessoas ao serem entrevistadas não contam apenas o que fez, mas também o que queria fazer, o que acreditava que estava fazendo e o que pensa que fez. Portelli afirma que as fontes orais são condições necessárias, embora não suficientes, para contar a história das classes não hegemônicas<sup>282</sup>. Isto remete ao que Montenegro<sup>283</sup> afirmou: “[à] medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os seguimentos populares têm das suas vidas e do mundo ao redor”<sup>284</sup>. Assim, a História Oral possibilita conhecer as versões dos diversos grupos envolvidos.

De maneira similar, o filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu<sup>285</sup> afirma que o pesquisador contribui para o aparecimento de um “discurso extraordinário”<sup>286</sup>, pois oferece uma situação de comunicação livre de constrangimento ao incitar ou autorizar ao entrevistado

---

<sup>278</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução: RIBEIRO, Maria Therezinha Janine. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997a, pp. 25-39.

<sup>279</sup> *Id. Ibid.*, p. 26.

<sup>280</sup> *Id. Ibid.*, p. 35.

<sup>281</sup> *Id. Ibid.*, p. 31.

<sup>282</sup> *Id. Ibid.*, p. 37.

<sup>283</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo: Contexto, 1994.

<sup>284</sup> *Id. Ibid.*, p. 16.

<sup>285</sup> BOURDIEU, Pierre *et al.* **A miséria do mundo**. 4. ed. Tradução: AZEVEDO, Mateus S. Soares *et al.* Petrópolis: Vozes, 2001.

<sup>286</sup> *Id. Ibid.*, p. 704.

expressar seus “mal-estares, faltas ou necessidades”<sup>287</sup>. Assim, certos entrevistados, principalmente os mais carentes, aproveitam-se da situação para “testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública, uma ocasião de se explicar, no sentido mais completo do termo [...]”<sup>288</sup>.

Os documentos de História Oral são resultantes de um relacionamento entre entrevistado e entrevistador, ou seja, as fontes orais são produto de dois agentes que a produziram juntos<sup>289</sup>. Assim, publicar o conteúdo de uma entrevista omitindo o entrevistador, apenas apresentando as respostas do entrevistado, resulta em uma distorção<sup>290</sup>. Esta questão remete ao que Bourdieu afirma sobre a neutralidade do pesquisador. Para o autor<sup>291</sup> a interação do pesquisador com o entrevistado durante a entrevista, leva o segundo a participar mais ativamente, colaborando para que as respostas fluam com maior naturalidade, aproximando-se, assim, de uma conversa comum.

De acordo com Portelli, na história oral o controle do discurso histórico permanece com o historiador, já que é ele quem escolhe os entrevistados, constrói o roteiro de entrevista, direciona a entrevista e dá à entrevista seu molde final. Contudo, o historiador pode deixar de ser o “narrador onisciente”, ele pode passar a ser um “companheiro no diálogo”, a fazer parte da narrativa<sup>292</sup>. Para Bourdieu<sup>293</sup>, nas entrevistas é o pesquisador que está no controle do jogo, pois é ele que estabelece as regras, ou seja, é o pesquisador que atribui à entrevista os objetivos que, em alguns casos, o entrevistado julga como impróprios<sup>294</sup>. Isto é resultado de uma dissimetria que pode ser, também, social, já que o pesquisador, em alguns casos, tem maior “capital cultural”<sup>295</sup> que o entrevistado<sup>296</sup>. Duas condições que podem ajudar a superar esta situação, visando uma comunicação “não violenta”, são a proximidade e a familiaridade. Para Bourdieu, quando o pesquisador está socialmente próximo do entrevistado pode lhe dar garantias para impedir que sua subjetividade não seja reduzida a simples dados objetivos<sup>297</sup>.

---

<sup>287</sup> BOURDIEU, 2001.

<sup>288</sup> *Id. Ibid.*

<sup>289</sup> PORTELLI, 1997a, p. 36.

<sup>290</sup> *Id. Ibid.*

<sup>291</sup> BOURDIEU, *op. cit.*, p. 706.

<sup>292</sup> PORTELLI, *op. cit.*, p. 37-38.

<sup>293</sup> BOURDIEU, *op. cit.*, p. 695.

<sup>294</sup> *Id. Ibid.*, p. 695.

<sup>295</sup> De acordo com Bourdieu, a lei geral dos campos estabelece que aqueles que possuem um maior capital simbólico ou específico (econômico, cultural, político etc. de acordo com cada campo) são os detentores da posição dominante. Cf. BOURDIEU, Pierre. Alta costura e alta cultura. In. BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. pp. 154-161.

<sup>296</sup> BOURDIEU, *op. cit.*, p. 695.

<sup>297</sup> *Id. Ibid.*, p. 697.



Nos casos em que pesquisador e entrevistado estão muito distantes socialmente, Bourdieu afirma que a distância pode ser reduzida, fazendo com que o entrevistado possa se sentir “legitimado a ser o que ele é”, através do tom e dos conteúdos das perguntas, o que mostra que o pesquisador é capaz de “se colocar em seu lugar em pensamento”. Esta compreensão, quando exercida, é uma maneira “inteligível, tranquilizadora e atraente”<sup>298</sup> de conduzir a entrevista, de fazer com que a situação e a interrogação tenham sentido para o entrevistado.

As entrevistas orais, na maioria dos casos, passam pelo processo de transcrição, objetos auditivos são transformados em visuais, o que, para Portelli, implica em mudanças e interpretação<sup>299</sup>, pois os símbolos, muitas vezes, não são capazes de transmitir ao leitor as pausas e acelerações na fala do entrevistado. De forma similar, Bourdieu afirma que a transcrição de uma entrevista, por mais literal que seja, já é uma “tradução ou até uma interpretação”, pois os recursos da escrita, como a pontuação, são “muito fracos e muito pobres”<sup>300</sup> para restituir ao discurso tudo o que lhe foi tirado.

Com relação à interpretação de entrevistas, com base em Portelli<sup>301</sup>, há três princípios-chaves. O autor afirma que a metodologia da História Oral, além de lidar com a interação do social e do pessoal, lida com a interação da narrativa, da imaginação, da subjetividade com fatos razoavelmente comprovados<sup>302</sup>. Assim, o primeiro princípio a se considerar para interpretar uma entrevista é conhecer o contexto do entrevistado.

Portelli também considera que durante muito tempo, a fim de combater à crítica da falta de objetividade, os historiadores orais confrontavam os dados obtidos nas entrevistas com outras fontes, buscando, assim, eliminavam os fatos inverídicos. Contudo, com o passar do tempo, o próprio significado da objetividade e da verdade foi sendo contestado. O segundo princípio que o autor traz é que a História Oral é uma metodologia que lida com a subjetividade, com a memória, com o discurso e com o diálogo<sup>303</sup>.

Já o terceiro princípio a ser considerado na interpretação de uma entrevista diz respeito aos sentidos atribuídos ao que foi revelado pelo entrevistado. As interpretações feitas pelo pesquisador coexistem com outras interpretações, feitas pelo próprio entrevistado ou por

---

<sup>298</sup> BOURDIEU, 2001, p. 699 - 700.

<sup>299</sup> PORTELLI, 1997a, p. 27.

<sup>300</sup> BOURDIEU, *op. cit.*, p. 709.

<sup>301</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Proj. História**, (15), abr. 1997b, pp. 13-49.

<sup>302</sup> *Id. Ibid.*, p. 25.

<sup>303</sup> *Id. Ibid.*, p. 26.

aqueles que lêem a entrevista<sup>304</sup>. Quando se entrevista alguém, aquele que fala espera passar uma mensagem, ou seja, de antemão, em muitos casos, a pessoa já pode fazer uma interpretação da mensagem que pretende transmitir. Contudo, muitas vezes, a interpretação do pesquisador pode ser diferente do entrevistado, embora se relate as palavras proferidas com maior fidelidade, a responsabilidade que o primeiro tem com o segundo não significa estar de acordo com tudo o que foi dito.

A partir da experiência com as entrevistas realizadas, pode-se delinear algumas considerações. Primeiro, as entrevistas possibilitaram escutar diversos grupos envolvidos com o PVC. Pôde-se conhecer aspirações e frustrações de alguns proprietários rurais, de professoras e da coordenadora do Projeto. Pôde-se, também, perceber como a narrativa era conduzida pelos entrevistados para atribuir sentidos à relação com o PVC. Algo que chamou a atenção foi o desconforto de alguns entrevistados quando eram estimulados a falar de temas pouco familiares e imprevisíveis. Isso remete à consideração de que a entrevista é produto de dois agentes: entrevistador e entrevistado. O contato feito antes das entrevistas com os entrevistados facilita o estabelecimento de uma boa relação, que possibilita superar momentos de tensão e prosseguir com as perguntas. Na sequência deste capítulo será tratado diretamente das entrevistas realizadas.

De que forma os grupos envolvidos com o PVC, agricultores, professores e gestão pública, percebem e se relacionam com o patrimônio cultural rural? Para responder a esta indagação, como dito anteriormente, foram realizadas nove entrevistas orais, sendo entrevistados seis proprietários rurais, duas professoras e a coordenadora do Projeto, que totalizaram 12 horas de entrevistas. As entrevistas seguiram um roteiro (APÊNDICE B, C e D) cujas perguntas eram orientadas por quatro eixos temáticos, a saber: história de vida, turismo no espaço rural, PVC e patrimônio cultural. Os locais onde se realizaram as entrevistas foram escolhidos pelos entrevistados. Assim, os seis proprietários rurais foram entrevistados em suas propriedades, as professoras nas escolas em que trabalham e a coordenadora do Projeto na Secretaria de Cultura e Turismo.

Dentre os proprietários rurais entrevistados, o que está há mais tempo envolvido com o TER em Joinville, além de fazer parte do PVC desde o início, é o Senhor Ango Kersten. Conforme relatou o Sr. Ango Kersten<sup>305</sup>, sua propriedade foi herdada de seus bisavós alemães que adquiriram em 1887 todo o vale, então conhecido como Caminho Bonito. Após demarcar alguns lotes e vendê-los para outras famílias, eles repartiram a terra restante com os filhos.

---

<sup>304</sup> PORTELLI, 1997b, p. 27.

<sup>305</sup> KERSTEN, Ango. **Ango Kersten**. Entrevista [28 jan. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

Seu pai, além de se dedicar à agricultura, começou nos anos de 1950 a criar “gado de leite”. O trabalho sempre foi realizado pela família. Contudo, na década de 1980, o Sr. Anjo se dedicou a outras atividades fora da propriedade. Trabalhava com instalações elétricas. Foi no ano de 1990 que ouviu de seu pai: “Olhe, você decide agora o que você quer”<sup>306</sup>. Ele, então, assumiu integralmente a administração da propriedade familiar. É neste momento que desenvolve, de maneira pioneira na região, as atividades turísticas. Em 1995, surgiu o desafio de receber em sua propriedade crianças de escolas particulares de Joinville. Logo em seguida, conta-nos, “foi feito um projeto no município ‘Conhecendo para ensinar’ que consistia em receber professores para conhecerem um pouco a área rural”<sup>307</sup> para posteriormente trazerem as crianças para a visita.

Ao ser perguntado sobre o que entendia por patrimônio dos agricultores respondeu: “história, principalmente, o conhecimento”<sup>308</sup>. Para o Senhor Anjo cada um tem “o seu jeito, cada um tem sua maneira de fazer as coisas”<sup>309</sup> e essas coisas deveriam ser mantidas para que as pessoas que visitam a propriedade conheçam o modo de viver e a história dos agricultores. O museu que a família criou em sua propriedade, de acordo com o agricultor, foi uma maneira de mostrar essa história: “a gente criou um museu dentro da propriedade, na verdade, a gente mostra como é que começou toda essa história”<sup>310</sup>.

Para o Sr. Anjo a tradição de falar alemão parece ser algo importante. Contou um caso em que recebeu um grupo de turistas alemães e, por conhecer um dialeto deste idioma, conseguiu se comunicar com o grupo. Apesar de revelar que não está tendo o êxito de manter esta tradição viva em sua família. Lamenta muito o fato de estar se perdendo o costume de falar alemão no município: “Joinville tem um problema muita sério com isso, está perdendo com isso”<sup>311</sup>. Ele lembra que outros municípios da região, como Pomerode e Jaraguá do Sul, diferentemente de Joinville, estão conseguindo manter este costume. O agricultor atribui ao crescimento da cidade a perda linguística: “o município como cresce muito rápido, avança muito, infelizmente não está se mantendo isso, essa cultura”<sup>312</sup>.

Outro agricultor que está no PVC desde o início é o Senhor Dario Bergemann, proprietário da Agrícola da Ilha, no bairro Bom Retiro. De acordo com entrevista realizada com ele, a propriedade foi uma herança do bisavô de sua esposa, a Sra. Neusa Nass

---

<sup>306</sup> KERSTEN, 2018.

<sup>307</sup> *Id. Ibid.*

<sup>308</sup> *Id. Ibid.*

<sup>309</sup> *Id. Ibid.*

<sup>310</sup> *Id. Ibid.*

<sup>311</sup> *Id. Ibid.*

<sup>312</sup> *Id. Ibid.*

Bergemann. Recebida por seu pai, este, em 1987, dividiu o terreno entre os filhos. Foi neste mesmo ano que o Sr. Dario iniciou, timidamente, suas atividades de jardinagem e produção de flores. Em 1996, quando houve a formalização da divisão da propriedade iniciou de fato a fazer investimentos para a produção de grama e de plantas ornamentais. Deixou o emprego numa indústria local, onde trabalhava há sete anos, para se dedicar integralmente ao negócio que, segundo destacou, significava a retomada de sua própria história familiar. Até os 15 anos, o Sr. Dario cuidava da roça de propriedade da família. Seu pai trabalhava em uma serraria, porém criava em sua pequena propriedade algumas vacas, porcos e galinhas. Às três irmãs cabiam as tarefas domésticas e a ele o cuidado dos animais. Com 15 anos foi trabalhar como frentista de um posto de gasolina às margens da BR 101 e depois em um supermercado. Estudou e, quando começou a cursar contabilidade, entrou para a indústria. Lembra que, à época, “era sonho trabalhar em uma grande empresa e logo no escritório”<sup>313</sup>. Porém, com o passar dos anos viu que “o desafio tinha acabado e precisava fazer algo diferente”<sup>314</sup>. Amigos, parentes e colegas de trabalho o chamaram de “louco” quando resolveu deixar o emprego para se tornar jardineiro e produtor de plantas ornamentais. Lembra que aprendeu melhor o ofício com um conhecido, um senhor de 75 anos que estava parando com suas atividades de jardinagem, mas não queria deixar os seus clientes na mão. Para atender aos clientes que “herdou”, o Sr. Dario pediu para ser desligado da empresa. Retirou o Fundo de Garantia e fez um empréstimo com um vizinho, aplicando todo o dinheiro na compra de ferramentas, um telefone e sua “primeira Kombi”.

Numa ocasião, um cliente, dono de uma empresa, lhe fez uma proposta. Queria diminuir o gramado de seu jardim e ter um canteiro com plantas que florescessem numa única época do ano e que não obstruíssem a visão da entrada da empresa. O Sr. Dario logo pensou em lírios amarelos e para convencer o cliente argumentou que, de outubro a fevereiro, o jardim teria uma linda “mancha amarela”<sup>315</sup>. Fez o serviço, porém, quando chegou a época da floração, o cliente o chamou para reclamar que, na linda “mancha amarela”, havia touceiras de lírios laranjas, vermelhos, marrons e outros de cores indeterminadas. Diante da dificuldade em conseguir mudas amarelas para consertar o serviço, teve a ideia de começar a cultivar lírios (hemerocales) de forma selecionada. Mesmo não entendendo “nada de botânica, de biologia e tal”<sup>316</sup> começou seus experimentos com base em livros que pesquisava sobre o assunto. Foi então que conheceu um pesquisador do Instituto Agronômico de Campinas, que

---

<sup>313</sup> BERGEMANN, Dario. **Dario Bergemann**. Entrevista [11 jan. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

<sup>314</sup> *Id. Ibid.*

<sup>315</sup> *Id. Ibid.*

<sup>316</sup> *Id. Ibid.*

lhe informou que não havia encontrado nenhum produtor brasileiro interessado em seu projeto. O pesquisador lhe propôs um convênio, imediatamente firmado. O Sr. Dario relata que a partir daí fez várias viagens para os Estados Unidos, onde a planta é muito popular, em busca de atualizações e de novas informações sobre o cultivo. Em uma destas viagens, conheceu um jardim de hemerocales no estado do Tennessee (E.U.A.) e decidiu criar algo semelhante em sua propriedade. No início de 2018, a propriedade contava com diversos jardins de flores ornamentais, alguns feitos em parceria com empresas ligadas ao mercado internacional de flores, como o seu Jardim das Impatiens<sup>317</sup>, feito em parceria com uma empresa japonesa. Hoje a família não vive mais na propriedade e seu trabalho é direcionado, na maior parte do tempo, para a administração do lugar. Os trabalhos de jardinagem e de recepção aos turistas, visitantes e alunos são efetivados por funcionários.

Na entrevista que realizei com o Sr. Dario perguntei-lhe primeiro sobre o que ele entendia por “patrimônio do homem do campo”, a resposta foi: “sua história principalmente”<sup>318</sup>. Para o agricultor, apesar de considerar que para os alunos que visitam sua propriedade pelo PVC a história não é interessante, já que eles “estão ligados nos detalhes e não na história”<sup>319</sup>, sentar com o visitante e contar a história da família os deixam “encantados”, inclusive tem sido motivado por amigos a escrever um livro com a história de sua propriedade e da família. Outra ideia que pensa desenvolver em sua propriedade é um mural com as fotos da propriedade, pois considera que “isso é super importante, principalmente para o turista que vêm de São Paulo e de outras regiões do Brasil, muitos me perguntam e aí a gente tem essa oportunidade de contar nossa história”<sup>320</sup>. O Sr. Dario lamenta em sua entrevista o fato da história de Joinville estar se perdendo, pois, as novas gerações não conhecem mais a história da cidade.

Em seguida, foi perguntado o que julga ser o “patrimônio cultural do homem do campo”. A sua resposta foi: “eu acho que isso faz parte da cultura e aí, eu acho que falando em patrimônio cultural, mostrar um pouco mais dos costumes nossos daí, de como que é a vida realmente no campo”<sup>321</sup>. Para o entrevistado, o modo de vida do agricultor é o seu patrimônio cultural, mas, sobretudo, um modo de vida idealizado, representado por objetos como o fogão à lenha ou o ferro de passar roupa à brasa, pois esses são exemplos do

---

<sup>317</sup> A *Impatiens*, também conhecida como maria-sem-vergonha, beijos ou não-me-toques, é uma planta herbácea que pode atingir de 15 a 75 cm de altura. Esta planta é nativa das florestas tropicais do leste da África, mas pode atualmente ser encontrada crescendo espontaneamente em regiões úmidas subtropicais e tropicais do mundo todo. Fonte: < <https://jardim.info/impatiens> > Acesso em: 13 mar. 2018.

<sup>318</sup> BERGEMANN, 2018.

<sup>319</sup> *Id. Ibid.*

<sup>320</sup> *Id. Ibid.*

<sup>321</sup> *Id. Ibid.*

“Patrimônio cultural que faz parte, mas que muita gente, mesmo do campo, não dá mais valor para essas coisas, acha que isso é, qualquer um tem um fogão a gás e quer ter”<sup>322</sup>. Assim, o modo de vida dos agricultores, para o Sr. Dario, não estaria desvinculado da história, algo tão caro para ele. Pode-se perceber na resposta do agricultor uma aproximação com o conceito proposto por Paulo Peixoto de “procura do espírito de lugar”.

A apiculadora Ilse Pabst também faz parte do PVC desde o início do projeto. Afirma que a propriedade pertence à família do esposo e mora nela desde 1977, quando se casou. Atualmente o casal entregou a produção da propriedade “para os novos”<sup>323</sup>, que substituíram o cultivo de hortaliças por flores ornamentais, pois a “planta ornamental ela não pede para ser vendida hoje, dá para guardar, não precisa ser vendida hoje. O repolho, tomate, vagem, alface, tudo tem que vender, está bom, tem que vender, se não vender já pode enterrar também”<sup>324</sup>. A sua produção apícola localiza-se em terras arrendadas no município vizinho de Campo Alegre. Recordou que o ofício de apiculadora aprendeu com seu pai: “quando apareceram as [abelhas] africanas ele foi um dos pioneiros para introduzir rainhas estrangeiras para tentar amansar a genética”<sup>325</sup>. O seu pai comprou quatro espécies diferentes dando origem ao que hoje ela chama de “africanizada”. Devido à agressividade das abelhas africanas, os apicultores passaram a se reunir em associações para trocar conhecimentos sobre o trato com essas abelhas, sendo que o seu pai foi fundador de uma dessas associações pioneiras na região de Rio Negrinho e Mafra, no planalto norte do Estado de Santa Catarina. Desde criança ela e suas irmãs acompanhavam seu pai no trabalho com as abelhas: “Nós fomos criados no mato juntos, como se fôssemos meninos [...]. Gostávamos do nosso pai quando ele estava fora trabalhando com a gente, [não importava] nem quando a gente tinha que andar 2 horas de bicicleta para chegar até no apiário”<sup>326</sup>.

Atualmente, a Sra. Ilse trabalha no apiário e na propriedade. Relacionado à apicultura, na propriedade ocorre o “processamento final do produto, como o mel, o pólen, o envase, a secagem de pólen, seleção do pólen”<sup>327</sup>. No apiário costuma ficar uma semana inteira na época de colher o mel. Lá não há rotina alguma: “quando estou a campo não tem hora para comer, não tem hora para dormir às vezes [...], dá 20 horas de trabalho e agente passa sem almoço, passa sem... não tem horário! Às vezes é 3 horas da tarde e paramos um pouquinho

---

<sup>322</sup> BERGEMANN, 2018.

<sup>323</sup> PABST, Ilse. **Ilse Pabst**. Entrevista [10 jun. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

<sup>324</sup> *Id. Ibid.*

<sup>325</sup> *Id. Ibid.*

<sup>326</sup> *Id. Ibid.*

<sup>327</sup> *Id. Ibid.*

para comer”<sup>328</sup>. Contudo, para ela isso não é sacrifício já que se habituou desde a infância a acompanhar seu pai: “A gente ficava no rancho no apiário também 3 dias, por isso que eu me acostumei a trabalhar, eu me criei, eu faço parte mesmo da natureza, eu me dou muito bem”<sup>329</sup>.

Indagada sobre o que ela entende por patrimônio cultural dos agricultores ou apicultores, ela respondeu que “tudo que nós falamos já é patrimônio cultural”<sup>330</sup>, pois não seria possível “repassar nada sem ter essa cultura dentro de você, você não consegue falar com propriedade de uma coisa se ela não está dentro de você”<sup>331</sup>. Para a apicultrora, o patrimônio cultural é algo geracional: “falar de criar abelhas, isso está dentro de mim, eu não preciso me esforçar para fazer isso, isso é uma cultura vinda de três ou quatro gerações já”<sup>332</sup>. A questão da alimentação também é associada pela Sra. Ilse à cultura. Na entrevista, ela mencionou algumas vezes sobre a necessidade de uma alimentação adequada e da transmissão de receitas e práticas alimentares de geração em geração. Algo caro para a apicultrora diz respeito à educação ambiental: “Outra parte forte que é cultura é o cuidado com o meio ambiente [...], isso é natural para mim, isso veio já dos meus pais, isso já veio dos meus avós”<sup>333</sup>. As respostas da Sra. Ilse para explicar o que ela entende por patrimônio cultural rural remete ao debate acadêmico sobre o conceito de cultura. O antropólogo Roque de Barros Laraia<sup>334</sup>, por exemplo, afirma: “cultura é um processo acumulativo, resultante de toda experiência histórica das gerações anteriores”<sup>335</sup>. Para a Sra. Ilse, a transmissão de geração em geração de saberes e fazeres é algo imperativo para definir patrimônio cultural rural.

O advogado Edmilson Santana e sua família adquiriram a propriedade Vale das Nascentes no início de 2017, mudando-se definitivamente para o local em maio daquele ano. De acordo com o entrevistado, o motivo da mudança foi a busca de uma melhor “qualidade de vida”<sup>336</sup>. Ele revelou que há alguns anos uma doença na família os levou a mudar os hábitos alimentares, passando, assim, a serem vegetarianos. Isso teria motivado a mudança, pois, conforme explica o entrevistado: “quando nós mudamos nosso estilo de vida, que é comer coisas mais naturais, mais legumes e tal, nos tornamos vegetarianos, era [preciso] estar num

---

<sup>328</sup> PABST, 2018.

<sup>329</sup> *Id. Ibid.*

<sup>330</sup> *Id. Ibid.*

<sup>331</sup> *Id. Ibid.*

<sup>332</sup> *Id. Ibid.*

<sup>333</sup> *Id. Ibid.*

<sup>334</sup> LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

<sup>335</sup> *Id. Ibid.*, p. 49.

<sup>336</sup> SANTANA, Edmilson. **Edmilson Santana**. Entrevista [17 jan. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

lugar que pudesse plantar, que pudesse ter água da nascente e algo mais natural”<sup>337</sup>. No período da entrevista, a propriedade não contava com nenhuma produção agropastoril, sendo a renda da família proveniente dos eventos no local e das visitas do PVC, além de serem proprietários de uma confecção que fabrica e comercializava roupas infantis. Na entrevista, o Sr. Edmilson afirmou que a família estava desenvolvendo um “centro de treinamento de vida natural”, iniciativa que pretende receber grupos para passar um período determinado na propriedade para, assim, “aprender a mexer com a terra, aprender a fazer um almoço mais natural, ela vai viver uns dias aqui aprendendo, para depois levar isso para casa e conseguir manter em casa”<sup>338</sup>.

Quando questionado sobre qual seria o patrimônio cultural do homem que vive no campo, respondeu da seguinte forma: “No nosso caso aqui, é a natureza mesmo, é esse patrimônio que nós temos, o que realmente nós temos de patrimônio aqui é mais a natureza”<sup>339</sup>. Com relação à educação ambiental, o Sr. Edmilson afirmou que o diferencial de sua propriedade é possibilitar que suas crianças interajam com a natureza, pois “é trabalhado com as crianças”<sup>340</sup> a importância da água, ainda mais que o rio que passa pela sua propriedade leva “a água que é fornecida para Joinville”<sup>341</sup>.

O Senhor Samir Migdady e sua família são proprietários do Vale do Ouro, localizado no bairro Vila Nova na zona oeste de Joinville, adquiriram a propriedade no ano de 2011, mudando-se definitivamente para ela em 2013. O Sr. Samir cresceu em uma cidade no interior de Santa Catarina e saiu de casa muito cedo, aos 15 anos: “eu saí de casa para estudar e praticamente só ia para casa para rever meus pais. Então, dos 15 anos de idade eu vivo praticamente sozinho né, é um fato que me marca muito”<sup>342</sup>. Aos dezoito anos ingressou no exército onde permaneceu por sete anos. De acordo com o entrevistado, algumas experiências que adquiriu neste período de sua vida continuam lhe servindo para resolver problemas em sua propriedade. Antes de adquirir a propriedade, o Sr. Samir formou-se em Economia e possuía uma distribuidora de água mineral. O desejo de ter uma propriedade rural era um projeto do casal: “era um projeto meu e da minha esposa, era ter uma pousadinha, óbvio, mas isso não era para agora, era para um momento de aposentadoria [...], mas a oportunidade apareceu e nós acabamos antecipando um pouco este projeto”<sup>343</sup>. Mudou-se para lá com a

---

<sup>337</sup> SANTANA, 2018.

<sup>338</sup> *Id. Ibid.*

<sup>339</sup> *Id. Ibid.*

<sup>340</sup> *Id. Ibid.*

<sup>341</sup> *Id. Ibid.*

<sup>342</sup> MIGDADY, Samir. **Samir Migdady**. Entrevista [6 dez. 2017]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

<sup>343</sup> *Id. Ibid.*



família (esposa e duas filhas) e construíram alguns chalés para locação, uma tirolesa, trilhas que levam às cachoeiras existentes na propriedade, um espaço para eventos, uma pequena lanchonete para os visitantes de final de semana e adquiriram alguns animais para exposição. No período da entrevista ele empregava “uma pessoa” que o ajudava nos trabalhos cotidianos, como roçar a grama, tratar os animais e manutenção da propriedade em geral. Também naquele momento o Sr. Samir ocupava o cargo de presidente da Associação de Turismo Eco-Rural de Joinville (Aterj).

À respeito do patrimônio cultural, perguntei para o Sr. Samir o que ele entendia por patrimônio cultural do homem rural, do agricultor, ele respondeu que achava que “o principal é a sua história”<sup>344</sup>. Exemplificou com o caso de um vizinho que buscou recursos para restaurar uma serraria afim de transformá-la em museu. Também lembrou dos avós que levam os netos para sua propriedade para conhecer as cachoeiras do Piraí, onde se banharam na juventude. Referindo-se à educação patrimonial, julga que as pessoas começam a valorizar as coisas quando as conhecem melhor: “quando você sabe tudo que levou, todo sacrifício que custou para que aquela situação, aquele monumento, aquela árvore, aquela pedra ou aquela casa fosse construída ali naquele lugar você vai olhar para aquilo de uma maneira diferente”<sup>345</sup>.

Antes do Sr. Samir ocupar a presidência da Aterj, esta função era ocupada pelo Senhor José Henrique Menestrina, proprietário, juntamente com seu pai, do Recanto das Arrozeiras, localizada no bairro Vila Nova. De acordo com o Sr. Henrique<sup>346</sup> a propriedade está na família há cerca de cinquenta anos. Foi adquirida por seus avós paternos que deixaram a cidade de Rio dos Cedros, interior catarinense, para produzirem arroz em Joinville. Seu pai, o Senhor José Menestrina, conhecido na região como Zico, nasceu na propriedade e na juventude decidiu cursar Educação Física, deixando, assim, a agricultura. Os avós maternos do Sr. Henrique também eram produtores de arroz, mas no município de Massaranduba, localizado ao norte do estado de Santa Catarina, para onde o Sr. Zico mudou-se após o casamento e onde nasceu o Sr. Henrique. Após o divórcio, o Sr. Zico retornou para Joinville e decidiu retomar o trabalho na agricultura na propriedade de seus pais, enquanto o Sr. Henrique permaneceu em Massaranduba morando com sua mãe. Na sua infância lembra que não gostava de brincar de carrinho: “O meu negócio era brincar com animais, bichinhos assim

---

<sup>344</sup> MIGDADY, 2017.

<sup>345</sup> *Id. Ibid.*

<sup>346</sup> O Senhor José Henrique prefere ser chamado somente de Henrique para não confundir com seu pai que também se chama José, por isso somente irei me referir à ele por Sr. Henrique.

[...]. Então, eu montava fazendinhas, essa era minha brincadeira”<sup>347</sup>. Arremata afirmando que “hoje é isso que eu faço. Eu monto, só que a minha fazenda é de verdade. E ela precisa dar lucro!”<sup>348</sup>.

Quando estava com 19 anos o Sr. Henrique decidiu ir morar com o pai e, após ouvir os seus conselhos, começou a cursar Turismo. Ele explica porque seu pai o motivou a fazer esta escolha: “Porque a gente ia unir saberes. Ele já conhece, se eu fizesse Educação Física, eu não iria somar conhecimento aqui na propriedade, porque ele já tem esse conhecimento. Tem que vir com um conhecimento diferente. Aí eu fiz turismo para trazer essa nova visão”<sup>349</sup>. Foi na faculdade, através de uma professora, que conheceu o PVC e teve a ideia de fazer parte. Na época da entrevista, a propriedade tinha um espaço que estava arrendado para uma grande produtora de arroz de Joinville. Sobrevivia também de eventos, da venda de produtos, como frutas, pupunha, hortaliças e ovos, para visitantes e da renda gerada pelo PVC.

Quando perguntado sobre quais seriam os patrimônios culturais do agricultor ele respondeu da seguinte forma: “O patrimônio cultural dele é a terra [...]. A vivência da terra. O patrimônio cultural é o que a gente faz com eles [alunos] aqui que são costumes; não é só a edificação, a cultura em si, a vivência, o dia-a-dia dele que é um patrimônio cultural”<sup>350</sup>. Para o Sr. Henrique o patrimônio cultural rural provém do trabalho dos agricultores com a terra, pois, a partir desse trabalho, o seu modo de vida emerge. Para o Sr. Henrique, o PVC proporciona para os alunos vivências, conhecimento do modo de vida do agricultor, o seu trabalho e sua luta cotidiana, o que conduz à valorização desse modo de vida pelas crianças: “se ele [o aluno] vivenciou aquilo, se ele vivenciou todo o processo do plantio, todo o processo de plantar, como era feito antigamente, que tinha que fazer à mão, que tinha que bater a mão... ele vai dar muito mais valor pra cada prato de arroz”<sup>351</sup>.

A primeira professora entrevistada foi a senhora Edna Cascoski Koben Santana, profissional que leciona para alunos do primeiro período (quatro e cinco anos) no Centro de Educação Infantil Marilene dos Passos Santos, localizado no bairro Paranaguamirim, zona sul de Joinville. A professora Edna é natural do município de Papanduva, no planalto norte catarinense. Com dez anos de idade, sua família se mudou para São Bento do Sul, no norte de Santa Catarina, onde se formou em pedagogia e iniciou sua carreira no ano de 2010. No ano de 2015, a professora Edna foi convocada em um concurso público em Joinville, assumindo a

---

<sup>347</sup> MENESTRINA, José Henrique. **José Henrique Menestrina**. Entrevista [9 nov. 2017]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

<sup>348</sup> *Id. Ibid.*

<sup>349</sup> *Id. Ibid.*

<sup>350</sup> *Id. Ibid.*

<sup>351</sup> *Id. Ibid.*

vaga no Centro de Educação Infantil onde permanece até o momento (2018). Afirma que tomou conhecimento do PVC através de sua coordenadora, que lhe apresentou a Cartilha do Projeto. A professora explica: “ela [a coordenadora] proporcionou para a gente escolher onde a gente gostaria de participar, aí cada turma do nosso Centro de Educação Infantil escolheu um lugar das vivências e daquilo que as crianças estavam trabalhando em sala, que já estava tendo esse tempo de trabalho em sala”<sup>352</sup>. Assim, ela escolheu o Sítio da Vó Bia: “escolhi o sítio da Vó Bia por isso, tinha área verde, mas também tinha um parque onde as crianças iriam poder brincar e ter esse tempo livre lá”<sup>353</sup>. Para ela essa escolha se deu por considerar importante que as crianças na idade com a qual ela trabalha tenham tempo de brincar e, também, pelo fato da propriedade se enquadrar na proposta pedagógica do Centro de Educação Infantil, a saber, de possibilitar para os alunos “vivências com a natureza”<sup>354</sup>.

Para a professora Edna, os patrimônios culturais dos agricultores não são “só coisas construídas, mas coisas preservadas”<sup>355</sup>. Assim, avalia que o patrimônio pode ser um determinado território e suas construções que “o Estado acaba cuidando e de uma forma mais singular para não se perder”<sup>356</sup>. Também podem ser as próprias histórias contadas pelos agricultores para os alunos como, por exemplo, quando ela afirma que: “ele estava ali contando que as gerações conheceram esse rio, ele estava ali preservado”<sup>357</sup>, ou quando ela lembra em outro momento: “que passava rio, que tinha um nome, tudo certinho e eles explicando sobre esses lugares assim e que está ali preservado mesmo, é um patrimônio cultural”<sup>358</sup>. A professora Edna considera que o PVC, a partir das vivências, colabora para as crianças irem “montando o quebra-cabeça deles”<sup>359</sup>, ou seja, para que as crianças construam o seu conhecimento associando a sociedade com a natureza, assim o patrimônio dos agricultores contribui neste processo.

A outra professora entrevistada foi a senhora Vânia Roecker Hoinaski, que leciona para crianças do primeiro ano do ensino fundamental (seis anos) na Escola Municipal Professora Maria Regina Leal, no bairro Espinheiros, zona leste de Joinville. A professora Vânia é natural do município de Santa Helena, no interior do estado do Paraná, reside desde 1993 em Joinville. Cresceu em uma área rural, estudou em escola rural e iniciou seu trabalho

---

<sup>352</sup> KOBEN SANTANA, Edna Cascoski. **Edna Cascoski Koben Santana**. Entrevista [19 set. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

<sup>353</sup> *Id. Ibid.*

<sup>354</sup> *Id. Ibid.*

<sup>355</sup> *Id. Ibid.*

<sup>356</sup> *Id. Ibid.*

<sup>357</sup> *Id. Ibid.*

<sup>358</sup> *Id. Ibid.*

<sup>359</sup> *Id. Ibid.*

como professora também em uma escola rural em 1995 na região do Quiriri, localizado no distrito de Pirabeiraba em Joinville. Está na atual escola desde 1996. Conheceu o PVC através da divulgação que houve nas escolas no período inicial do Projeto. A escolha das propriedades para levar os alunos, como contou a professora, está relacionada aos temas que estão sendo trabalhados em sala de aula. Antes das visitas ela costuma preparar os alunos da seguinte forma: “[eu] trabalho em sala de aula com as crianças, na horta da escola, através de vídeos, em sala de aula mesmo, buscando vídeos, mostrando para eles, passando conteúdo para eles”<sup>360</sup>. As visitas às propriedades rurais fazem parte do seu plano de ensino e são efetuadas no mínimo uma por ano. De acordo com a professora isso possibilita que as crianças possam experimentar na prática o que aprendem em sala: “a gente visita a propriedade para mostrar também a questão da experiência das crianças, [para] usar todos os sentidos, experimentar, seria o ensino da prática mesmo, através da experiência, experiência concreta”<sup>361</sup>.

Para a professora Vânia os patrimônios culturais dos agricultores estão vinculados ao modo vida dos agricultores: “A cultura da plantação, da horta, de trazer, a criança pode ir lá, de chegar em casa e falar sobre a horta também”<sup>362</sup>. Afirmou que considera importante que as crianças percebam que esses patrimônios estão relacionados com a vida delas: “acho muito importante essa transmissão. Até dos alimentos [...], para eles terem o conhecimento, as frutas que vem aqui na escola, muitas vêm de lá, daquela propriedade. Então, ter esse conhecimento da interação da zona rural com a zona urbana”<sup>363</sup>.

A senhora Anelise Falk, que no momento da entrevista (2018) ocupava a coordenação do PVC, é natural de Sertão, interior do Rio Grande Sul e é moradora de Joinville desde 1974. Lembra que na infância seu pai costumava levá-la para momentos de lazer na zona rural do município: “meu pai costumava ir para essas regiões como Piraí, Quiriri para pescar nos rios. Ele sempre me levava junto e a gente acabava trazendo tangerina, banana, frutas que tinham nessas propriedades”<sup>364</sup>. Depois de adulta, continuou frequentando estas áreas “em busca de lugares em contato com a natureza”<sup>365</sup> para levar os filhos. Formou-se em Letras e Pedagogia e, em 2008, entrou para a Prefeitura como servidora concursada para trabalhar na Escola Municipal Professora Maria Regina Leal, no bairro Espinheiros. Nesta escola, desenvolveu

---

<sup>360</sup> HOINASKI, Vânia Roecker. **Vânia Roecker Hoinaski**. Entrevista [13 nov. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

<sup>361</sup> *Id. Ibid.*

<sup>362</sup> *Id. Ibid.*

<sup>363</sup> *Id. Ibid.*

<sup>364</sup> FALK, Anelise. **Anelise Falk**. Entrevista [08 jun. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

<sup>365</sup> *Id. Ibid.*

um projeto de educação ambiental voltado para a preservação dos manguezais, o que fez com que os envolvidos com o desenvolvimento do PVC na Promotur a convidassem “para trabalhar com o PVC como pedagoga do programa, para criar roteiros pedagógicos dentro das propriedades”<sup>366</sup>. Com o passar do tempo assumiu a coordenação do Projeto e hoje, segundo o que relataram muitos agricultores por ocasião das entrevistas e das observações de campo, desempenha um papel fundamental para seu funcionamento.

A Sra. Anelise, além de considerar “que o turismo rural vem ao encontro a valorizar e a dar ênfase para as pessoas cuidarem e zelarem disso, manter, não ser perdido”<sup>367</sup>, quando perguntada sobre o que ela entendia por patrimônios culturais dos agricultores, demarcou uma linha entre patrimônio cultural material e imaterial em sua resposta: “isso aí seria o patrimônio cultural material, os equipamentos que eles usam, a parte da arquitetura, essa parte ligada à história. O patrimônio imaterial é a parte do saber e fazer”<sup>368</sup>. Para a Sra. Anelise, as visitas pedagógicas do PVC propiciam vivências em que os alunos interagem e aprendem com o patrimônio: “o que é concreto é visível, o que não é visível vai ser compartilhado através das vivências, eles vão ver como é que se faz o plantio da cana, a colheita da cana, a moagem da cana, ferver o caldo para virar melado, é dessa maneira que é feita a vivência”<sup>369</sup>.

Com o auxílio das entrevistas, portanto, pode-se perceber que, embora exista uma distinção considerável de perfil entre as pessoas que foram entrevistadas, ao responderem sobre o que compreendiam como patrimônio cultural dos agricultores, alguns elementos repetiam, como a história, os costumes, o saber fazer, as construções etc. Contudo, colocando algumas entrevistas lado a lado, como, por exemplo, a do Sr. Henrique e da Sra. Anelise, ou do Sr. Ango e do Sr. Edmilson, pode-se perceber a multiplicidade de significados atribuídos à noção de patrimônio, não só entre pessoas de grupos diferentes, mas também dentro do mesmo grupo. Este fato remete à afirmação de Bourdieu: “há uma forma de luta que implica no consenso sobre os objetos de luta e que pode ser observada de modo particularmente claro no terreno da cultura”<sup>370</sup>.

Na primeira parte deste capítulo, a partir de Peixoto e Prats, se adotou como pressuposto que o patrimônio é uma construção social e que, na historicidade dessa ideia, vinculou-se a vetores identitários e, mais contemporaneamente, foi objeto de ativação para o turismo. Em grande parte de sua trajetória, o patrimônio também foi acionado

---

<sup>366</sup> FALK, 2018.

<sup>367</sup> *Id. Ibid.*

<sup>368</sup> *Id. Ibid.*

<sup>369</sup> *Id. Ibid.*

<sup>370</sup> BOURDIEU, 1983, p. 158.

pedagogicamente: ora como recurso para assimilação de conteúdos que supostamente eram importantes para serem aprendidos, ora como instrumento de empoderamento de grupos sociais. Percebi que a construção (ou invenção) do patrimônio cultural e sua consequente apropriação pelo turismo é algo latente no PVC. Esta afirmação decorre dos referidos elementos colocados nas propriedades, como animais ou objetos, para compor o roteiro de visitação, que promove uma espetacularização do rural. Apesar da educação patrimonial não ser um dos objetivos enunciados do Projeto, foi percebido que na prática ela acaba acontecendo. Contudo, a necessidade de atrair as visitas pedagógicas, pode ter estimulado alguns proprietários a adicionarem “atrativos”, o que faz com que a educação patrimonial seja feita, em alguns casos, em realidades rurais “encenadas”.

### 3 O CAMPO E A COLHEITA

Para o agricultor a colheita é o ápice de seu trabalho. É o momento em que, finalmente, irá colher os frutos de um longo período de dedicação. Se o clima ajudou, o sustento de sua família será garantido. Este terceiro capítulo, intitulado “O Campo e a Colheita”, metaforicamente quer se referir ao momento da “colheita” após o processo de pesquisa, ou seja, a partir do que foi discutido nos dois capítulos anteriores e dos dados coletados em campo, retornarei aos objetivos traçados para esta dissertação. Para auxiliar a compreender a relação entre os diversos grupos envolvidos com o PVC, recorrerei às contribuições do filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu no que diz respeito à “teoria dos campos”. Será também destinado para se abordar a relação dos agricultores com o Projeto, onde a seguinte pergunta orientará a discussão: Qual o protagonismo do agricultor no PVC?

Assim, este capítulo está organizado em três partes: primeiro irei discutir, a partir de Bourdieu, as dinâmicas das relações entre os grupos que compõem o PVC; em seguida, retomarei a discussão acerca das modalidades turísticas, buscando compreender o Viva Ciranda no campo conceitual do turismo; por fim, abordarei o papel dos agricultores no PVC.

#### 3.1 “Campos” em jogo: os grupos envolvidos com o Projeto Viva Ciranda

O Projeto Viva Ciranda é uma iniciativa complexa. Complexa, pois dinamiza dentro de si diferentes grupos e campos sociais com diferentes propósitos. Têm-se os agricultores que também não formam um grupo homogêneo. Alguns continuam tendo a agricultura como principal atividade e o turismo é uma alternativa para complementar a renda. Outros possuem propriedades cuja estrutura foi construída para a recepção de visitantes e turistas, assim são mais empreendedores do que propriamente agricultores. Da mesma forma, já que o PVC promove visitas de alunos que estão cursando da educação infantil ao sexto ano do ensino fundamental, os professores também constituem um grupo diverso. Conforme constatei nas entrevistas com as professoras, dependendo da idade dos alunos, são traçados objetivos específicos para as visitas. Como foi lembrado nas entrevistas de alguns agricultores, também existem professores que encaram a visita pedagógica como um momento desvinculado do processo ensino e aprendizagem. Por fim, ainda há o poder público municipal. Executa a

função de articular o grupo de agricultores, fornecer assistência pedagógica, gerir a agenda dos ônibus, divulgar o Projeto, enfim, administrar o seu funcionamento. O governo municipal cumpre sua função auxiliando agricultores e professores com o PVC, em troca recebe prêmios e reconhecimento, conforme foi apresentado no primeiro capítulo. Assim, agricultores, professores e poder público exploram elementos diferentes que o Projeto pode oferecer: renda, recurso pedagógico e promoção política, respectivamente.

Com o objetivo de compreender e discutir a relação entre estes grupos se recorrerá às considerações de Pierre Bourdieu<sup>371</sup> sobre a “teoria dos campos”. Para Bourdieu, um campo é “um espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos ou instituições que competem por um mesmo objeto”<sup>372</sup>. Um campo também pode ser entendido como “um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social”<sup>373</sup>. Autônomo quer dizer que um campo possui suas próprias regras de funcionamento, ou seja, princípios que orientam como o jogo deve ser jogado. Outra característica de um campo citada por Bourdieu é o reconhecimento dos limites do jogo por seus participantes, “sob pena de exclusão do jogo”<sup>374</sup> daquele que não reconhece esses limites. Num campo, o domínio é exercido por aqueles que possuem maior capital específico. Estes, por sua vez, “se opõem por uma série de meios aos entrantes [...], recém-chegados, chegados-tarde, arrivistas que chegaram sem possuir muito capital específico”<sup>375</sup>. Para Bourdieu, cada “espécie particular de capital está ligada a um campo [...]”<sup>376</sup>. Assim, o capital específico varia de acordo com cada campo. Para dar um exemplo recorrerei a uma das entrevistas realizadas para esta pesquisa. Recordo-me que a Sra. Ilse Pabst<sup>377</sup> narrou um caso que aconteceu com ela num evento para apicultores em Joaçaba, no oeste catarinense, quando o presidente da associação de apicultores pediu para a Sra. Ilse fazer uma palestra para mulheres apicultoras. Diante do convite, a Sra. Ilse argumentou que ela não seria a pessoa mais adequada para a função, pois “isso era cargo para uma pessoa que tenha doutorado ou alguma coisa assim”<sup>378</sup>. Então o presidente respondeu: “mas você é a doutora em apicultura, a vivência daquilo que você faz lhe dá a credibilidade”<sup>379</sup>. Tratando-se

---

<sup>371</sup> BOURDIEU, Pierre. Alta costura e alta cultura. In. BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. pp. 154-161. BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. Traduzido por: VILLALOBOS, André. Grandes Conferências de Lyon, Universidade Lumière-Lyon 2, fev. 1999.

<sup>372</sup> BOURDIEU, 1983, p. 155.

<sup>373</sup> *Id.*, 1999, p. 2.

<sup>374</sup> *Id.*, 1983, p. 158.

<sup>375</sup> *Id. Ibid.*, p. 155.

<sup>376</sup> *Id.*, 1999, p. 7.

<sup>377</sup> PABST, 2018.

<sup>378</sup> *Id. Ibid.*

<sup>379</sup> *Id. Ibid.*



da apicultura, a experiência da Sra. Ilse com este trabalho lhe fornece maior capital específico, o que lhe coloca em uma posição de destaque.

Tomarei os apicultores do norte catarinense para exemplificar as ideias de Bourdieu sobre a teoria dos campos. A Sra. Ilse preferiu fazer parte da Associação dos Apicultores de Campo Alegre (Apicampo), a qual na época da entrevista (2018) ocupava o cargo de presidente, ao invés de se associar à Associação dos Apicultores de Joinville (Apiville). O motivo está ligado ao fato da associação joinvilense possuir registro somente no Serviço de Inspeção Municipal, o que restringe a venda do mel somente ao território do município. Por sua vez, a associação campoalegrense possui registro no Serviço de Inspeção Federal, o que permite “vender o mel no Brasil inteiro”<sup>380</sup>. Os apicultores da região, para poder vender sua produção, necessitam fazer parte de uma associação e se submeterem a suas regras: “você entrega o teu mel centrifugado, se o PH tiver problema, se tiver algum outro problema de contaminante, o entreposto é que tem que barrar o produto, ele não pode envasar”<sup>381</sup>. Os apicultores que não se associam, não possuem o rótulo de uma associação e, assim, não podem vender o seu mel nos estabelecimentos comerciais. Porém, podem fazer parte do jogo. Contudo, estariam trabalhando na “ilegalidade”. Caso houvesse alguma denúncia, seriam multados, podendo este débito ser responsável pela inviabilidade da produção e, em decorrência disso, exclusão do jogo. Pode-se, assim, compreender os apicultores do norte catarinense como um campo específico. As associações, a partir da legislação vigente, fornecem as regras para o jogo. O direito de vender o mel, e não propriamente o mel, é o objeto de disputa. Os dirigentes destas associações são os que dominam o campo, pois possuem maior capital específico, que inclusive vai além do saber/fazer, possuem certo poder ao incluírem ou excluírem com seus rótulos. O campo também é formado pelos demais apicultores, associados ou não.

E o PVC? O PVC, em sua dinâmica de funcionamento, é um espaço de intersecção e de lutas entre grupos vinculados a campos diferentes: político, educacional e de produtores rurais. Existem exemplos que sinalizam estas lutas. Um deles são as orientações elaboradas pelo poder público para os professores e os agricultores seguirem. Sob o título de “Dicas”, orientam os alunos sobre a roupa adequada, comportamento e o que levar nas visitas. Também orientam os professores sobre o procedimento de agendamento e conduta nas visitas. Por fim, orientam os agricultores sobre a maneira de receber os visitantes em suas propriedades etc. Outro exemplo disso foi uma situação em que o secretário, o Sr. Raulino

---

<sup>380</sup> PABST, 2018.

<sup>381</sup> *Id. Ibid.*

Esbiteskoski, tomou determinada decisão que prejudicou as visitas a uma das propriedades. Após reivindicações, tanto dos agricultores quanto da coordenadora do PVC, houve uma solução para o caso<sup>382</sup>. Situação que indica domínio do poder público municipal nas relações entre os grupos do PVC.

Mas de onde provém este domínio da Prefeitura nas relações do PVC? Pode-se recorrer às entrevistas com os agricultores para tentar responder a esta questão. O Sr. José Henrique Menestrina reconheceu em sua fala a importância do poder público para o Projeto: “para a gente esse certo apoio deles [da Prefeitura] é importantíssimo”<sup>383</sup>, pois ele entende que graças a esse apoio o PVC tem sido levado adiante. Porém, não deixa de mencionar em sua entrevista que “o poder público precisa estar junto ali porque são eles que na verdade dão o pontapé, se eles disserem ‘sim’, o negócio vai, mas também quando eles dizem ‘não’, o negócio também não vai”<sup>384</sup>. Para o Sr. Henrique a presença da Prefeitura no Projeto é fundamental, pois só com o apoio dela é que o “negócio vai”. De forma similar, o Sr. Edmilson Santana afirma que o poder público amplia a “credibilidade” para as propriedades que decidem receber visitantes: “quando você fala que vai abrir para visitação, mas voc e fala: ‘Eu faço parte de um projeto da prefeitura’, já dá uma credibilidade maior”<sup>385</sup>. A mesma avaliação faz o Sr. Anjo Kersten ao afirmar que o poder público municipal garante “o reconhecimento de que a gente está fazendo a coisa certa”<sup>386</sup>. Para os entrevistados, a presença, ou a chancela, da Prefeitura faz o Projeto acontecer, dá às propriedades participantes credibilidade, o que pode ser um diferencial no mercado turístico. Também pode ser compreendido, a partir da fala dos entrevistados, que sozinhos os agricultores não poderiam levar o Projeto adiante, embora o Sr. Henrique também mencione em sua entrevista que se o poder público abandonasse o PVC ele “iria correr atrás de fazer acontecer igual”<sup>387</sup>.

Para outros entrevistados, a Prefeitura estabelece uma relação assistencialista no PVC. Para o Sr. Dario Bergemann o fato de o PVC estar ligado ao poder público garante um canal de acesso às personalidades políticas da cidade, pois o Projeto é capaz de “criar uma ligação entre as propriedades e o poder público, o prefeito, o secretário de turismo”<sup>388</sup>. Comenta que isso é fundamental, pois como secretário e prefeito não têm ligação com a área rural, facilita para os agricultores apresentarem suas reivindicações. A fala do Sr. Dario também sinaliza

---

<sup>382</sup> À pedido dos agricultores envolvidos, omiti o ocorrido, pois temem que sejam prejudicados de alguma forma.

<sup>383</sup> MENESTRINA, 2017.

<sup>384</sup> *Id. Ibid.*

<sup>385</sup> SANTANA, 2018.

<sup>386</sup> KERSTEN, 2018.

<sup>387</sup> MENESTRINA, *op. cit.*

<sup>388</sup> BERGEMANN, 2018.

uma luta entre estes grupos para acumular capitais específicos em seus próprios campos. Para a Sra. Ilse Pabst “o que eles [a Prefeitura] estão fazendo de bom”<sup>389</sup> é a cessão dos ônibus gratuitos. Embora ela julgue que o procedimento de distribuição dos agendamentos entre as propriedades poderia ser melhorado, para ela os ônibus cedidos ao Projeto têm sido importantes “porque o poder aquisitivo dos pais está baixo, está defasado, eles acham muito caro pagar para o proprietário e ainda pagar o ônibus”<sup>390</sup>. Para o Sr. Samir Migdady o poder público tem “crucial” importância, pois deveria fornecer aos agricultores mais cursos e orientações direcionados à recepção dos visitantes<sup>391</sup>. Considera que “apesar de todas as falhas”, o Viva Ciranda “é um programa bom”, que deveria ser “modificado”, “ampliado” e recolocado “dentro da secretaria adequada”, que para ele seria a Secretaria de Educação. Esta última questão aparece nas falas do Sr. Dario, da Sra. Ilse e do Sr. Henrique que também consideram que a Secretaria de Educação deveria se envolver mais com o PVC.

Cabe confrontar as falas dos agricultores com a da coordenadora do PVC. Para a Sra. Anelise Falk o poder público exerce uma função de liderança no Projeto. Graças ao auxílio do secretário, o Sr. Raulino Esbiteskoski, que, de acordo com a entrevistada, “se interessou, deu respaldo, abraçou a causa”<sup>392</sup>, negociou as doações dos ônibus que servem ao Projeto. Algo mencionado pelo Sr. Edmilson que também aparece na fala da Sra. Anelise diz respeito à credibilidade conferida pela Prefeitura às propriedades integrantes do Projeto, pois “fazer parte do Viva Ciranda significa como se você tivesse um selo de qualidade”<sup>393</sup>. Para a entrevistada, isso quer dizer que nas propriedades do Projeto existe uma “infraestrutura mínima adequada para receber os grupos, existe um roteiro pedagógico previsto em cima do potencial daquela propriedade, existem pessoas ali capacitadas para lidar com o público, existe uma preocupação com a segurança”<sup>394</sup>. A entrevistada também afirma que os agricultores acabam “tendo alguns benefícios por fazer parte do programa”<sup>395</sup>, como, por exemplo, em localidades que existem propriedades do PVC a patrôla<sup>396</sup> “vai ser passada com mais agilidade do que uma propriedade que não recebe escola, que não recebe visitaçã”<sup>397</sup>.

Por um lado, pode-se destacar que o domínio da Prefeitura em relação ao PVC parece estar ligado àquilo que Bourdieu define como característica do capital político: “trata-se de

---

<sup>389</sup> PABST, 2018.

<sup>390</sup> *Id. Ibid.*

<sup>391</sup> MIGDADY, 2017.

<sup>392</sup> FALK, 2018.

<sup>393</sup> *Id. Ibid.*

<sup>394</sup> *Id. Ibid.*

<sup>395</sup> *Id. Ibid.*

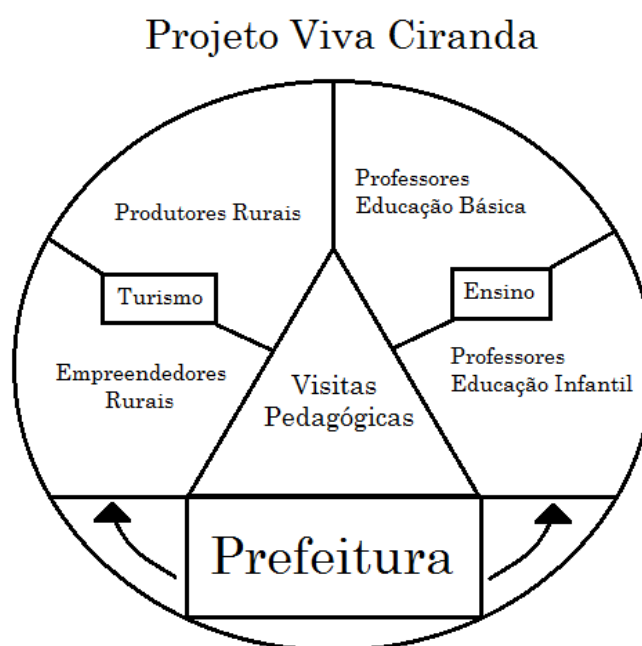
<sup>396</sup> Veículo utilizado pela Prefeitura para limpar ou nivelar estradas não pavimentadas.

<sup>397</sup> FALK, *op. cit.*

um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável”. O poder público municipal, representado pela Secretaria de Cultura e Turismo, pode ser compreendido dentro daquilo que Bourdieu chama de Campo Político, o qual é dotado de certo reconhecimento e notoriedade pela população. Fazer parte de um projeto de turismo pedagógico no espaço rural seria uma forma de emprestar para si esse reconhecimento e notoriedade? Mensagem que ecoa na fala de algumas pessoas ligadas ao Projeto. Por outro lado, parece haver em alguns agricultores a “estratégia de jogo” de se valer do poder público para suprir algumas necessidades. Assim, fazer parte do PVC, se sujeitando ao poder público, pode trazer vantagens, aspecto reforçado pela coordenadora e proprietários entrevistados.

Cabe também analisar como os diferentes grupos se articulam e se organizam dentro do PVC. Para auxiliar a reflexão, apresenta-se a Figura 3.

Figura 3: Organograma com os grupos que compõem o PVC.



Fonte: Autor.

A Figura mostra os grupos, as relações e interações operadas para a dinâmica do Projeto, especialmente para concretizar as visitas. No centro está a visita pedagógica, aquilo o qual todo o Projeto gira em torno, que acaba congregando os diferentes grupos, o que é o “objeto de disputa” comum entre os campos. Em torno das visitas estão os professores, os proprietários rurais e o poder público. A Prefeitura está na base desse ciclo, considerando que é incumbência dela administrar o Projeto. De um lado há os professores, que por sua vez estão

organizados em dois grupos: professores de educação infantil e de educação básica, articulados, direta ou indiretamente, pelas diretrizes da educação básica e pelos projetos pedagógicos das escolas. De outro, estão os proprietários rurais, também divididos em dois grupos: produtores rurais e empreendedores rurais, os quais buscam aumentar suas rendas com o “Turismo”.

A Prefeitura é a que tem o menor número de pessoas envolvidas: há a coordenadora do PVC, a senhora Anelise Falk, que além das funções administrativas, como organização da agenda dos ônibus, por exemplo, é responsável pela assessoria pedagógica do Projeto. Os dirigentes da Secretaria de Cultura e Turismo, como o secretário, o supervisor e a coordenadora do Turismo Rural, acabam envolvidos em tomadas de decisões que refletem no Projeto. Porém, o fato de ocupar o menor espaço na Figura 3 não significa que tenha menor importância, haja vista o grau de dependência dos demais grupos em relação a ela.

Os professores estão separados em dois grupos, pois nas entrevistas com as professoras foi possível perceber que a aprendizagem das crianças tem objetivos específicos para cada idade, o que pode de alguma forma condicionar o planejamento da visita. Como exemplo pode-se comparar as diferenças entre a maneira de ensinar empregada pela professora Edna Cascoski Koben Santana, da educação infantil, e a professora Vânia Roecker Hoinaski do ensino fundamental. No Centro de Educação Infantil em que a professora Edna trabalha, há uma proposta de promover para as crianças “vivências com a natureza”<sup>398</sup>, as atividades externas geram “descobertas”<sup>399</sup>. A própria professora Edna explica, a proposta pedagógica “prioriza, que eles sejam protagonistas destas descobertas, não que a gente traga tudo pronto, mas que tenha essa provocação e eles mesmos vão atrás e procurem descobrir mesmo o mundo a volta deles”<sup>400</sup>. Já a professora Vânia como docente do primeiro ano do ensino fundamental, tem “conteúdos de alfabetização para trabalhar na sala de aula”<sup>401</sup>, o que não a impede de desenvolver outras atividades: “a horta na escola trabalhamos todos os anos também, as crianças vão para horta [...], plantam a sementinha, aí eles acompanham, ajudam a molhar a plantinha regularmente, acompanham o crescimento das plantas, depois a colheita”<sup>402</sup>. No caso da professora Edna, a visita às propriedades do PVC faz parte da dinâmica pedagógica do Centro de Educação Infantil em que trabalha, representa uma continuidade do cotidiano escolar, já no caso da professora Vânia, as crianças estão em idade

---

<sup>398</sup> KOBEN SANTANA, 2018.

<sup>399</sup> *Id. Ibid.*

<sup>400</sup> *Id. Ibid.*

<sup>401</sup> HOINASKI, 2018.

<sup>402</sup> *Id. Ibid.*

de alfabetização, sendo que as visitas fazem parte de projetos desenvolvidos a partir de temas específicos, como animais, plantas, horta etc. Neste caso, a visita a uma propriedade é realizada “para mostrar também a questão da experiência das crianças”<sup>403</sup>. Portanto, crianças em etapas escolares diferentes podem fazer com que os roteiros de visita sejam modificados para se adequarem às necessidades de cada grupo. Esta divisão diz respeito somente aos objetivos de aprendizagem associados à idade dos alunos com os quais os professores trabalham. Assim, não há uma diferenciação entre os professores tão significativa quanto às percebidas nos proprietários rurais.

Analisando o PVC a partir da concepção de “campo” proposta por Bourdieu, pude perceber que é mais adequado utilizar o termo “proprietários rurais” ao invés de “agricultores”, pois nem todos os que fazem parte do PVC são de fato produtores rurais. Das nove propriedades visitadas<sup>404</sup>, três não são produtivas: Vale das Nascentes, Vale do Ouro e Sítio da Vó Bia. Outras duas têm produção incipiente ou em fase inicial: Família Wiezbicki<sup>405</sup> e Apiário Pfau<sup>406</sup>. As propriedades Família Kersten, Agrícola da Ilha, Sítio Canto dos Pássaros e Família Schroeder têm na “terra” sua principal fonte de renda. Neste contexto é significativa a afirmação do senhor Samir Migdady, proprietário do Vale do Ouro: “nós não somos produtores rurais, nós somos empreendedores na área rural”<sup>407</sup>. No caso do Sr. Samir, empreender na área rural era um projeto dele e da esposa. No Vale das Nascentes a compra da propriedade tem a ver com uma mudança nos hábitos alimentares da família. Já no Sítio da Vó Bia, o processo para se tornar turística foi ao acaso, de acordo com o que os proprietários relataram<sup>408</sup>. O elo entre empreendedores e produtores rurais se dá no PVC pelo interesse no turismo.

O negócio turístico é capaz de articular agentes com perfis diversos: pessoas que viveram a vida inteira no meio rural e outros que se mudaram recentemente (2018), pessoas com níveis de formação variados, que percebem a sua propriedade de forma diferente das

---

<sup>403</sup> HOINASKI, 2018.

<sup>404</sup> Restringirei a análise às propriedades onde acompanhei visitas pedagógicas. Fica de fora, assim, o Recanto das Arrozeiras, que tem a maior parte da porção de terra arrendada para uma grande produtora de arroz da região, e o Centro de Tradições Gaúchas Chaparral, propriedade voltada para a doma de cavalos. Também não tratarei das duas propriedades que passaram a integrar o PVC no ano de 2018, as propriedades Canela Preta, localizada na Serra Dona Francisca, e o Rancho dos Animais, localizada na Estrada Quiriri.

<sup>405</sup> Na propriedade Família Wiezbicki o foco das visitas pedagógicas está na panificação, apesar disso há na propriedade algumas aves e uma horta.

<sup>406</sup> No Apiário Pfau há apenas duas caixas de abelhas sem ferrão voltadas para as visitas pedagógicas, uma das filhas da Sra. Ilse Pabst está iniciando a produção de plantas ornamentais na propriedade.

<sup>407</sup> MIGDADY, 2017.

<sup>408</sup> O local foi adquirido no final da década de 1990 para ser um espaço de lazer para a família, com o tempo os amigos assaram a aconselhá-los à locar o espaço para grupos. Com o êxito, investimentos passaram a ser feitos na estrutura da propriedade, passando a fazer parte do PVC no segundo ano do projeto.

outras. Contudo, com as entrevistas foi possível perceber que a noção de turismo possui algumas semelhanças dentro do grupo. Para o senhor Ango Kersten o turismo é o “ponto chave hoje no Brasil”<sup>409</sup>, a atividade mais importante de sua propriedade “é o turismo porque as pessoas vêm buscar o produto aqui”<sup>410</sup>. Para ele, é graças ao turismo que a sua produção é comercializada. Para senhora Ilse Pabst o turismo não tem a mesma importância que tem para o Sr. Ango, pois este “é apenas uma pequeníssima fatia”<sup>411</sup> na renda de sua propriedade. Mesmo assim ela percebe o turismo como algo positivo, pois ele “enriquece não financeiramente, ele enriquece muito as pessoas pelo conhecimento, pela vivência”<sup>412</sup>. O Sr. José Henrique Menestrina, turismólogo de formação, afirma que o turismo “é uma fonte viável, não é inviável, mas como todo negócio pode dar certo e pode dar errado”<sup>413</sup>. Apesar de afirmar que o turismo “não é para todo mundo”<sup>414</sup>, considera que “uma das saídas para permanecer no meio rural é trabalhar com turismo rural”<sup>415</sup>. Já o Sr. Samir Migdady percebe o turismo tanto como uma forma de “manter, por exemplo, uma propriedade dessa, conservar, principalmente na área rural”<sup>416</sup>, pois representa a sua fonte de renda, como uma forma de “adquirir conhecimento”<sup>417</sup>. A coordenadora do PVC tem uma visão ampla sobre o turismo, pois o considera “fator de aproximação entre culturas diferentes; ele é objeto de valorização da história do local, do povo, da família”<sup>418</sup>. Como o Sr. Henrique e o Sr. Samir, também o consideram como “uma das áreas mais abrangentes e mais diversificadas em termos de geração de renda”<sup>419</sup>. Percebe o turismo como uma forma de “adquirir aprendizagem, conhecimento”<sup>420</sup>, pois “quando você está provocando o turismo ou está vivenciando o turismo”<sup>421</sup>, está educando.

Estas semelhanças entre as respostas dos entrevistados acerca do turismo, remete àquilo que Bourdieu afirma que é característica de um campo, especialmente do campo político, a luta em prol de ideias, “mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização”<sup>422</sup>. De acordo com

---

<sup>409</sup> KERSTEN, 2018.

<sup>410</sup> *Id. Ibid.*

<sup>411</sup> PABST, 2018.

<sup>412</sup> *Id. Ibid.*

<sup>413</sup> MENESTRINA, 2017.

<sup>414</sup> *Id. Ibid.*

<sup>415</sup> *Id. Ibid.*

<sup>416</sup> MIGDADY, 2017.

<sup>417</sup> *Id. Ibid.*

<sup>418</sup> FALK, 2018.

<sup>419</sup> *Id. Ibid.*

<sup>420</sup> *Id. Ibid.*

<sup>421</sup> *Id. Ibid.*

<sup>422</sup> BOURDIEU, 1999, p. 6.

Bourdieu, quando uma determinada visão de mundo é compartilhada e se torna “o *nomos* universal”<sup>423</sup>, esta visão se torna uma ideia-força. Assim, ideias como “turismo traz renda” ou “turismo é uma forma de compartilhar conhecimento”, se tornaram ideias-força. Além de aparecerem nas entrevistas, são recorrentes na imprensa e em textos sobre turismo rural, conforme visto no primeiro capítulo. Contudo, a pesquisa de campo indicou que nem sempre o turismo trouxe renda para as propriedades, ou até mesmo, nem sempre as visitas pedagógicas foram momentos de aprendizagem, conforme os entrevistados afirmaram.

Por fim, cabe reforçar que esta dissertação não é uma crítica ao PVC, o que se está discutindo neste estudo é o modo como o patrimônio cultural é acionado nas visitas pedagógicas e como os grupos envolvidos se articulam em torno do Projeto. Assim, é fundamental entender o “papel” de cada grupo para conhecer a sua dinâmica. Com a pesquisa foi possível perceber que a adoção do conceito “turismo pedagógico de base comunitária” foi uma escolha unilateral do poder público para adequar-se a uma tendência nacional de apoio do Governo Federal a iniciativas de turismo comunitário. Mas, em que medida o PVC em sua dinâmica e na perspectiva dos grupos envolvidos se efetiva como um projeto de turismo pedagógico de base comunitária? Esta questão será abordada na próxima seção.

### 3.2 O Projeto Viva Ciranda: Turismo Pedagógico de Base Comunitária?

Anteriormente foi discutida a relação entre os grupos que compõem o PVC. Tratando-se da caracterização do Projeto, cabe entender como estes grupos percebem o Projeto a partir do conceito de “turismo pedagógico de base comunitária”. Nas entrevistas com os proprietários rurais e com a coordenadora do PVC foi perguntado se eles concordavam com esta conceituação. As perguntas foram direcionadas a estes dois grupos, pois eles são os responsáveis diretos pela gestão do PVC. Primeiro, poder-se-ia qualificar o Projeto como uma iniciativa de turismo rural pedagógico?

De acordo com Klein e Souza<sup>424</sup> o turismo pedagógico se caracteriza pela viagem de estudos “a diferentes lugares e cenários e com diferentes fins”<sup>425</sup>. Estas viagens podem ser para visitar centros históricos, museus, zoológicos, regiões litorâneas em processo de

---

<sup>423</sup> BOURDIEU, 1999, p. 6.

<sup>424</sup> KLEIN; SOUZA, 2014, p. 583.

<sup>425</sup> *Id. Ibid.*



restauração etc. Estes autores preferem adotar o conceito de Turismo Rural Pedagógico para designar o PVC. Contudo, outros pesquisadores, como Graziano da Silva *et al.*<sup>426</sup> e Tulik<sup>427</sup>, apontam que a expressão “Turismo Rural” deve ser reservada para aquelas atividades que se identificam com a vida rural. Ora, conforme apresentamos, nem todas as propriedades que compõem o PVC têm alguma atividade produtiva rural, algumas nem mesmo são habitadas por seus proprietários, destinando-se eminentemente ao lazer, como é o caso do Sítio da Vó Bia. Por isso, a partir de Tulik, o PVC pode ser identificado como uma atividade turística em espaço rural e, por extensão, como uma modalidade de “turismo pedagógico no espaço rural”. Conceito que corrobora com a ideia dos círculos concêntricos de Graziano da Silva, Vilarinho e Dale, apresentada no primeiro capítulo, já que no PVC são desenvolvidas atividades turísticas, que simultaneamente se propõem pedagógicas e ocorrem no espaço rural. A adoção do termo “turismo pedagógico no espaço rural” tem a ver com o perfil das propriedades integrantes do Projeto, pois permite reunir sob seu entendimento as propriedades rurais de qualquer perfil que praticam o turismo pedagógico.

Ainda falta abordar a parte do conceito que diz respeito ao termo “de base comunitária”. Para o Sr. Dário Bergemann o PVC “é comunitário mais no sentido de estar melhorando a condição de vida das pessoas da cidade”<sup>428</sup>, pois estimula uma mudança de atitude nas pessoas com relação ao respeito ao meio ambiente, além de levá-las a conhecer a origem dos alimentos e o reconhecimento da interdependência entre o rural e o urbano.

O Sr. José Henrique Menestrina, apesar de também considerar que o termo pode ter a ver com a aprendizagem que o Projeto pretende promover, revelou que não sabia ao certo “qual é o intuito deles, de dizer com ‘base comunitária’, mas talvez é com a intenção de trazer um pouco de renda para a comunidade rural”<sup>429</sup>. Afirmou que concorda com o termo se este estiver se referindo ao atributo de o turismo proporcionar condições de o agricultor manter-se em sua propriedade.

Para o Senhor Samir Migdady a adoção do termo “é mais chavão, é mais um marketing”<sup>430</sup>, pois considera que o conceito de “turismo pedagógico de base comunitária” não é aplicado. Acredita que a SECULT deveria destinar mais recursos para a promoção de projetos que “agregassem benefícios”<sup>431</sup> para o turismo no espaço rural. Como exemplo cita a

---

<sup>426</sup> GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 1998.

<sup>427</sup> TULIK, 2010.

<sup>428</sup> BERGEMANN, 2018.

<sup>429</sup> MENESTRINA, 2017.

<sup>430</sup> MIGDADY, 2017.

<sup>431</sup> *Id. Ibid.*

precariedade da sinalização turística na área rural no município, algo que foi lembrado em outras entrevistas.

A coordenadora do PVC, a Sra. Anelise Falk, afirma que a adoção do conceito “turismo pedagógico de base comunitária” tem a ver com a origem do PVC, pois o Projeto foi criado sob inspiração do projeto Acolhida na Colônia, que iniciou na cidade de Santa Rosa de Lima, no sul do Estado de Santa Catarina e que é, reconhecidamente, uma iniciativa de turismo comunitário<sup>432</sup>. Para a coordenadora “a ideia inicial era trabalhar o turismo nessas comunidades das cinco regiões rurais de Joinville”<sup>433</sup>. Havia a expectativa que com a consolidação do projeto de turismo “haveria uma mudança significativa nas melhorias implementadas nestas comunidades”<sup>434</sup>. Ela afirma que também havia a ideia de que as comunidades rurais se tornassem “mais atuantes”<sup>435</sup>, que não ficassem “só na dependência do poder público”<sup>436</sup> e que se organizassem para reivindicar as melhorias que desejassem. A Sra. Anelise afirma que, atualmente, “não é um foco que a gente tem de trabalhar o turismo comunitário”<sup>437</sup>, já que as comunidades rurais devem se organizar por si só e se perceberem como atores principais.

Considerando os conceitos de turismo, o termo “turismo pedagógico de base comunitária” não se encaixa ao PVC, principalmente por ser uma iniciativa que não partiu ou é gerida pela comunidade, características imprescindíveis em iniciativas de turismo comunitário, como exposto no primeiro capítulo. Estas questões conceituais, apesar de emergir da prática e da caracterização do Projeto, são mais formais. Mas na prática, qual é o papel do proprietário rural no PVC? Seria este protagonista ou mero coadjuvante? Seria ele um agente da autopromoção da Prefeitura? A próxima seção destina-se a responder a estas questões.

---

<sup>432</sup> Inclusive uma das pesquisadoras que constitui importante referência desta pesquisa, a Dra. Thaise Costa Guzzatti, envolvida com a Acolhida na Colônia, foi contratada para dar assessoria técnica no início do PVC. A esse respeito ver: GUZZATTI *et al.*, 2014.

<sup>433</sup> FALK, 2018.

<sup>434</sup> *Id. Ibid.*

<sup>435</sup> *Id. Ibid.*

<sup>436</sup> *Id. Ibid.*

<sup>437</sup> *Id. Ibid.*

### 3.3 Projeto Viva Ciranda: Protagonistas e coadjuvantes

Qual seria o papel dos agricultores neste espaço de jogo entre campos? Cabe trazer uma afirmação da coordenadora do PVC que se enquadra nesta discussão. Ela menciona em sua entrevista que nas reuniões do Projeto, sobretudo “na reunião do final do ano”<sup>438</sup>, ela costuma falar para os agricultores que “o Viva Ciranda já se tornou uma coisa maior do que as pessoas”<sup>439</sup>, que mesmo se alguns deles ou mesmo ela saísse, a continuidade do Projeto não seria abalada, independentemente inclusive de qual governo esteja na direção do município. Pode-se entender que com essa afirmação a Sra. Anelise não pretendia menosprezar os proprietários rurais e sim afirmar o PVC como uma iniciativa turística que obteve êxito, principalmente se levar em conta a trajetória do TER em Joinville apresentada no primeiro capítulo. De fato, alguns proprietários rurais já deixaram o Projeto, sobretudo por motivos de doença ou falecimento na família. Há ainda o caso de uma propriedade, cujos proprietários alegaram ao deixar o PVC que não necessitariam mais do apoio da Prefeitura, pois já eram autossuficientes.

Apesar de a Sra. Anelise afirmar que a intenção do poder público é dar assistência para que as propriedades que fazem parte do PVC possam chegar a dizer “tchau, agora não preciso mais de vocês”<sup>440</sup>, pode-se supor o que aconteceria se todos os proprietários rurais deixassem o Projeto ao mesmo tempo? Apesar de na seção anterior ter constado que o poder público “domina a dinâmica do PVC”, nas entrevistas também se pode perceber que os proprietários rurais encontraram uma maneira de lutar pelo protagonismo desta dinâmica através da Associação de Turismo Eco-Rural de Joinville (Aterj). De acordo com seu *site*, ela foi fundada com o objetivo de “contribuir com o desenvolvimento e melhor qualidade de vida dos agricultores familiares, empreendedores na atividade turística e ela associados, bem como moradores da área rural”<sup>441</sup>. Além disso, visa auxiliar os produtores rurais a se manterem em suas propriedades como “homens do campo”<sup>442</sup>. Para o atual presidente da Aterj, Sr. Samir Migdady, essa associação também tem como objetivo “aumentar o número de propriedades, que trabalhem, incentivar o turismo da área rural”<sup>443</sup>, já que o município conta com diversas “propriedades lindas e maravilhosas que não abrem a porta para atender turista como mais

---

<sup>438</sup> FALK, 2018.

<sup>439</sup> *Id. Ibid.*

<sup>440</sup> *Id. Ibid.*

<sup>441</sup> Disponível em: <[http://www.aterj.com.br/associação\\_a\\_associacao.php](http://www.aterj.com.br/associação_a_associacao.php)>. Acesso em: 8 dez. 2018.

<sup>442</sup> *Id. Ibid.*

<sup>443</sup> MIGDADY, 2017.

uma fonte de renda”<sup>444</sup>. Assim, para o Sr. Samir, além de lutar pelas necessidades dos agricultores, a Associação visa fomentar o TER através do aumento de propriedades inscritas no seu quadro associativo.

Sobre a Aterj, o Sr. Ango Kersten afirma que ela já existe “há muitos anos, só que ela, entre aspas, acabou parando um pouquinho”<sup>445</sup>. De acordo com o Sr. José Henrique Menestrina, que ocupou o cargo de presidente da Aterj antes do Sr. Samir, a associação existe desde 2005, ficando alguns anos sem atividade, pois “vai morrendo, as coisas vão desanimando, as pessoas cansam de insistir, insistir, insistir e acabam fazendo as coisas sozinhas”<sup>446</sup>. O Sr. Ango afirma que a associação acabou ficando inativa porque não receberam o necessário apoio do poder público, quando havia mudança de governo no município “muitas vezes aqueles projetos que nós fizemos aqui pararam aqui, é um problema muito sério que nós temos no município de Joinville”<sup>447</sup>. Além destes entraves com o Governo Municipal citados pelo Sr. Ango, o Sr. Henrique afirma que não houve uma união do antigo grupo de proprietários rurais que faziam parte da associação: “as pessoas pensam diferente, então acabam desanimando”<sup>448</sup>. Completa afirmando que acredita que o principal motivo para a desarticulação da associação teria sido a “desmotivação”<sup>449</sup>, o que faria com que “cada um vai seguindo seu rumo sozinho e vai levando”<sup>450</sup>.

O Sr. Ango afirma que a Aterj foi reativada para lutar por algumas reivindicações dos proprietários rurais de Joinville, como a solicitação de Código de Endereçamento Postal, já que algumas regiões do município, como o bairro Vila Nova, por exemplo, ainda possuem “um problema muito sério com isso”<sup>451</sup>. Já para o Sr. Henrique sua reativação surgiu da necessidade de manter o grupo de proprietários do PVC unidos, mesmo quando houver alguma eventual troca de governo, pois, assim, seria possível “manter esse pessoal unido e registrado na Associação”<sup>452</sup>. Tanto o Sr. Ango quanto o Sr. Henrique concordam que a iniciativa de reativar a Aterj partiu não somente do grupo de proprietários rurais, mas, sobretudo, da coordenação do PVC. A coordenadora do PVC, a Sra. Anelise Falk, afirma que a reativação da Aterj era para “que cada comunidade rural se organizasse de uma maneira que tivesse uma representatividade e pudesse lutar também pelos seus direitos, pelas melhorias

---

<sup>444</sup> MIGDADY, 2017.

<sup>445</sup> KERSTEN, 2018.

<sup>446</sup> MENESTRINA, 2017.

<sup>447</sup> KERSTEN, *op. cit.*

<sup>448</sup> MENESTRINA, *op. cit.*

<sup>449</sup> *Id. Ibid.*

<sup>450</sup> *Id. Ibid.*

<sup>451</sup> KERSTEN, *op. cit.*

<sup>452</sup> MENESTRINA, *op. cit.*

que eles buscam”<sup>453</sup>. Ela pede “encarecidamente”<sup>454</sup> para os proprietários que passam a integrar o PVC que se associem à Aterj, pois julga que é “importante que você tenha um vínculo com uma associação, com uma cooperativa privada, que seja independente da Prefeitura, que não seja vinculada à órgão público”<sup>455</sup>.

Segundo o Sr. Henrique no início, havia a ideia de “segmentar” a Associação, já que ela deveria englobar todo o TER no município. O “Viva Ciranda iria ser só um segmento”<sup>456</sup> dentro da Aterj. O entrevistado entende que o PVC “é um programa que está dentro do turismo rural, o Viva Ciranda não é o Turismo Rural de Joinville”<sup>457</sup>. Por consequência, não gosta “muito em falar em Viva Ciranda porque hoje a palavra Viva Ciranda aos olhos do poder público resume o turismo na área rural e isso não é uma verdade”<sup>458</sup>. A afirmação dos dois presidentes da Aterj (anterior e atual) pode demonstrar uma tomada de posição em relação ao Projeto. Ao considerarem que o TER em Joinville vai além do PVC, de certa forma relativizam a importância deste Projeto, mesmo que os dois tenham ponderado em suas entrevistas o valor da iniciativa.

Diversos proprietários discorreram sobre a importância do cooperativismo em suas entrevistas. O Sr. Anjo Kersten afirmou que, no momento da entrevista, havia reuniões para se criar uma associação de produtores rurais em Joinville, pois, de acordo com o entrevistado, “no momento estamos vivendo uma situação bem complicada”<sup>459</sup>. Esta “situação bem complicada” que o Sr. Anjo menciona se refere às mudanças que ocorriam na antiga Fundação 25 de Julho. Na reforma administrativa de 2017 a Fundação 25 de Julho passou a denominar-se “Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDRURAL”. A lei 495 de 2018<sup>460</sup> o artigo 1º extinguiu a SDRURAL e o artigo 2º mudou o nome da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA para “Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente” que assumiu as prerrogativas da antiga SDRURAL também. De acordo com notícias veiculadas na imprensa local, a proposta desta reforma partiu do Executivo municipal contando com amplo apoio na Câmara de Vereadores, que tinha como objetivo ampliar a eficiência dos trabalhos das duas (agora uma) secretarias. Apesar de já existirem no passado e no presente diversas associações de

---

<sup>453</sup> FALK, 2018.

<sup>454</sup> *Id. Ibid.*

<sup>455</sup> *Id. Ibid.*

<sup>456</sup> MENESTRINA, 2017.

<sup>457</sup> *Id. Ibid.*

<sup>458</sup> MIGDADY, 2017.

<sup>459</sup> KERSTEN, 2018.

<sup>460</sup> Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/Joinville/lei-complementar/2018/49/495/lei-complementar-n-495-2018-modifica-se-estruturas-administrativas-e-competencias-dos-orgaos-da-administracao-direta-e-indireta-do-municipio-de-joinville-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

produtores rurais no município, o Sr. Ango afirmou que era necessário fazer uma associação que se caracterizasse como uma frente, isto é, que englobasse e contasse com todas elas e que fosse, politicamente, “um pouquinho mais reforçada”<sup>461</sup>. Para o Sr. Ango, somente através da união dos produtores a luta por suas reivindicações ganharia força.

Para o Sr. Edmilson Santana, considerando que no momento da entrevista havia iniciado as atividades de TER há menos de um ano, fazer parte da Aterj seria importante “pela experiência”<sup>462</sup>. Afirma que quando está reunido com o grupo do PVC “acaba conversando com pessoas que estão aqui no campo muito tempo, aí é diferente ouvir uma pessoa dessa com a experiência que ela tem e nós que chegamos agora”<sup>463</sup>. No papel de advogado, salienta que “uma associação é diferente, até juridicamente, qualquer coisa que você for a força de uma associação é diferente de você sozinho tentar alguma coisa”<sup>464</sup>.

Para o Sr. Samir Migdady, atual presidente da Aterj (2018), participar desta associação é importante, pois “quando você tem o espírito de cooperativismo você cresce mais rápido”<sup>465</sup> e os associados podem se ajudar para a solução de problemas comuns. Esta união pode garantir, de acordo com o Sr. Samir, maior representatividade política, pois quando houver a necessidade de reivindicar ao poder público alguma coisa, a Associação terá mais força: “se eu for lá reivindicar alguma coisa eles vão me olhar de um jeito, se eu for lá como associação vão me olhar de outro”<sup>466</sup>. O Sr. Samir afirma que decidiu se tornar presidente da associação por querer dar a sua “contribuição”<sup>467</sup> como intermediário entre os associados e o poder público, já que muitos “são agricultores, são pessoas trabalhadoras, honestíssimas, pessoas que querem crescer, que querem mudar de vida, que querem ter uma condição financeira melhor no futuro, dar esse melhor para os filhos”<sup>468</sup>.

O Sr. Henrique, de modo semelhante ao entrevistado anterior, afirmou que escolheu fazer parte da associação, pois “a gente consegue se unir para reivindicar alguns problemas que a gente tem. Então através disso a gente consegue um pouco, levar esses problemas que a gente tem para o poder público assim”<sup>469</sup>. Inclusive durante seu mandato foi elaborado um dossiê com várias reivindicações dos proprietários rurais entregue “nas mãos”<sup>470</sup> do atual

---

<sup>461</sup> KERSTEN, 2018.

<sup>462</sup> SANTANA, 2018.

<sup>463</sup> *Id. Ibid.*

<sup>464</sup> *Id. Ibid.*

<sup>465</sup> MIGDADY, 2017.

<sup>466</sup> *Id. Ibid.*

<sup>467</sup> *Id. Ibid.*

<sup>468</sup> *Id. Ibid.*

<sup>469</sup> MENESTRINA, 2017.

<sup>470</sup> *Id. Ibid.*

prefeito de Joinville (Sr. Udo Dohler) que não lhes deu nenhum retorno. O entrevistado lamenta isso ao afirmar que se não houver “vontade política deles não adianta, não adianta, a gente pode fazer o que quiser”<sup>471</sup>.

Para o Sr. Dario Bergemann, “o associativismo é uma fonte de crescimento para os associados”<sup>472</sup>. Afirma que já presidiu diversas associações e “de longa data” vem sendo presidente de comunidades luteranas. Lamenta o fato de muitas pessoas irem para reuniões de associações com a expectativa de “sair de lá ou com um conhecimento novo ou com dinheiro no bolso”<sup>473</sup>, inclusive atribui o sucesso de sua propriedade ao fato de ter participado de diversas associações: “a agrícola só é o que é, que nossa propriedade só é o que é, por a gente ter participado de associações ou da associação Mercaflor, que existiu durante alguns anos”<sup>474</sup>. Afirma que graças ao associativismo teve oportunidade de viajar para diversos lugares e conhecer a realidade de outros produtores e aprender com eles.

Pode-se perceber como elemento comum na fala destes entrevistados o entendimento de que uma associação pode dar força ao grupo. A Sra. Ilse Pabst, ao ser perguntada se participa de alguma associação respondeu: “Infelizmente sim”<sup>475</sup>. Isso porque atualmente está “desacreditada das coisas”<sup>476</sup>. Afirma que muitas vezes sai das reuniões das associações que faz parte com sensação de ter jogado fora o seu tempo, pois “cada vez que você se desloca para ir em algum lugar, para participar de alguma coisa, você está gastando a coisa mais preciosa da tua vida, o tempo”<sup>477</sup>. A frustração da Sra. Ilse provém do fato de se sentir apenas como “um elemento coordenador, condutor, transmissor, você não pode resolver nada”<sup>478</sup>. Outro fator que desanima a entrevistada é que em Joinville, referindo-se à Apiville, diferentemente de Campo Alegre, “cada um faz o que quer e do jeito que quer”, assim deixou de se envolver com a associação dos apicultores do município “porque isso na verdade não representa uma associação se cada um faz o que quer e cada um trabalha para o seu próprio umbigo, porque a associação deveria ser uma coisa coletiva”<sup>479</sup>. Sobre a Aterj a Sra. Ilse afirma que o PVC “é o filho da associação do turismo Eco-Rural”<sup>480</sup>.

---

<sup>471</sup> MENESTRINA, 2017.

<sup>472</sup> BERGEMANN, 2018.

<sup>473</sup> *Id. Ibid.*

<sup>474</sup> *Id. Ibid.*

<sup>475</sup> PABST, 2018.

<sup>476</sup> *Id. Ibid.*

<sup>477</sup> *Id. Ibid.*

<sup>478</sup> *Id. Ibid.*

<sup>479</sup> *Id. Ibid.*

<sup>480</sup> *Id. Ibid.*

O Sr. Henrique afirma que quando presidiu a Associação a primeira ação “foi se desvincular da Prefeitura”<sup>481</sup>. A “Fundação Turística”<sup>482</sup> tinha assumido para si a pauta das reuniões, o que fazia com que as pessoas acabassem se “intimidando”<sup>483</sup> com a presença de alguém do poder público naquelas ocasiões. Assim, tomaram o seguinte posicionamento diante da Prefeitura: “quando vocês quiserem uma reunião, a gente marca, se não a gente vai se reunir sozinho, sem a participação da Prefeitura, nós vamos nos reunir, **nós vamos ter as nossas vontades** [grifo meu], nós vamos ter as nossas pautas”<sup>484</sup>. Esta fala do Sr. Henrique é muito significativa, pois, se por um lado, como a coordenadora menciona em sua entrevista, o poder público incentivou a criação (ou a reativação) de uma Associação para que os proprietários rurais do PVC pudessem se organizar para lutar por suas reivindicações (embora se possa ainda especular se a Associação foi reativada para dar um “ar de comunitário” ao PVC), por outro lado, os próprios proprietários rurais trataram de se desvincular da Prefeitura para que possam “ter suas vontades”.

Algo que também foi mencionado pelo Sr. Samir é que em Joinville, diferentemente de outras cidades que contam com turismo pedagógico, as Prefeituras são administradoras desses projetos, há maior controle por parte do poder público. As entrevistas podem levar a compreender que, se a Prefeitura exerce determinado controle sobre o PVC, os proprietários rurais se manifestam pela Aterj, onde eles têm “suas vontades”, pois percebem que o TER no município vai além do PVC, que, aliás, só existe porque eles decidiram fazer parte do Projeto. Em decorrência, se o poder público controla administrativamente as visitas dos alunos, os proprietários rurais são os protagonistas no cotidiano de suas propriedades, não há qualquer sentido na existência do Projeto Viva Círculo sem os saberes e fazeres, sem sua dedicação cotidiana, mesmo diante de adversidades de toda ordem.

Para encerrar, cabe destacar importância que Prats atribui para o quesito “participação” por parte daqueles que praticam e põem em funcionamento um Projeto turístico-patrimonial, pois quando a população não está envolvida, pode assumir posicionamentos dos mais variados, desde entusiastas a até mesmo opositores<sup>485</sup>. No PVC, a partir da análise das entrevistas, tanto a Prefeitura quanto os proprietários acreditam e colaboram para o êxito do Projeto. Além disso, os docentes entrevistados pontuaram diversos

---

<sup>481</sup> MENESTRINA, 2017.

<sup>482</sup> *Id. Ibid.*

<sup>483</sup> *Id. Ibid.*

<sup>484</sup> *Id. Ibid.*

<sup>485</sup> PRATS, 2003.



pontos positivos do PVC, sobretudo no que diz respeito à experiência que o Projeto pode proporcionar para os alunos, ampliando olhares sobre o mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo central investigar a história das iniciativas de turismo no espaço rural em Joinville buscando compreender o PVC nesse processo, bem como se configuram as ativações do patrimônio rural. Na medida em que fui desenvolvendo a investigação e conhecendo melhor o Projeto, através do contato com os seus documentos e durante a inserção em campo, acompanhando as visitas de grupos de alunos, pude perceber algumas incongruências entre as práticas cotidianas do PVC e os conceitos assumidos pelo poder público para designar e caracterizar o Projeto. A pesquisa sobre a história do turismo no espaço rural de Joinville, gerou questionamentos sobre o enquadramento do PVC no contexto descrito pelos seus gestores, nos documentos e demais fontes. Nesse sentido, outro ponto primordial para esta pesquisa foi compreender o patrimônio cultural rural e a prática da educação patrimonial no Projeto.

Embora a pesquisa no AHJ em jornais tenha demonstrado que havia interesse pelo lazer nas áreas rurais de Joinville desde a década de 1980, apenas 10 anos depois, na década de 1990, a Prefeitura passa a desenvolver e fomentar uma proposta de TER no município, iniciativa esta que se destaca e ganha êxito durante o período. O PVC, assim, não representa propriamente um ponto de ruptura, mas sim de continuidade deste percurso. Isso se pode perceber pela escolha das seis propriedades que iniciaram o Projeto, já que, além de ter havido uma preocupação em garantir certa diversidade de perfil produtivo entre elas, se optou por quatro propriedades que já tinham alguma experiência com a recepção de visitantes ou turistas.

Em um projeto encaminhado ao Ministério do Turismo em 2010, buscando implementar recursos para o PVC, o poder público municipal o caracterizou como uma modalidade de “turismo pedagógico de base comunitária”. Contudo, de acordo com a leitura e sistematização da bibliografia acionada, o PVC não deve ser entendido como um modelo de turismo comunitário, pois a iniciativa para se criar o Projeto não partiu da comunidade, mas sim da Prefeitura que também o administra, até o momento da entrega desse texto, comprometendo uma das características primordiais do turismo comunitário, ser uma ação planejada e controlada pela comunidade, ou seja, uma gestão participativa e integrada a arranjos produtivos locais.

A pesquisa permitiu perceber que algumas das propriedades que compõem o PVC não são produtivas, tendo o turismo como principal atividade, já outras são produtivas e tem o

turismo como atividade complementar. Assim, conforme Tulik<sup>486</sup>, o mais adequado seria considerá-lo uma modalidade de turismo pedagógico no espaço rural ao invés de “Turismo Rural Pedagógico”.

Apesar do poder público ter afirmado que o Projeto iria valorizar a agricultura familiar, algumas propriedades não cumprem todos os critérios do Pronaf para se enquadrarem dentro do modelo agrícola familiar. E em decorrência, o termo mais adequado para designar aqueles que participam do PVC seria “proprietários rurais” ao invés de “agricultores”, justamente pela ausência de atividades agrícolas em algumas propriedades.

Com relação à educação patrimonial, o patrimônio cultural rural é acionado de diversas formas nas visitas pedagógicas. Algo que se notou a esse respeito foi certa idealização do rural, já que em algumas propriedades foram adicionados elementos, como animais ou objetos, que não tinham qualquer relação com sua dinâmica produtiva ou com sua história. Isso pode estar relacionado com a ideia de “procura de espírito de lugar” de Paulo Peixoto<sup>487</sup>, já que estes elementos foram adicionados por corresponder à expectativa de quem visita as propriedades.

Esta pesquisa também procurou demonstrar que o PVC, em sua dinâmica, a partir das considerações de Pierre Bourdieu<sup>488</sup>, é um espaço de intersecção entre diferentes campos: poder público, proprietários rurais e professores. Estes grupos têm como elo que os une as visitas pedagógicas. Há disputas sendo travadas entre esses grupos, principalmente entre Prefeitura e proprietários rurais. Apesar de o poder público ter o controle administrativo do Projeto, os proprietários lutam pelo protagonismo organizados na Aterj, conforme discutido com as entrevistas no terceiro capítulo. Também, a partir das contribuições de Bourdieu, podem-se perceber mais dois elementos presentes nos discursos que cercam o PVC: primeiro, embora nem todas as propriedades recebam número satisfatório de visitas pedagógicas, o que resulta numa distribuição de renda desigual, o discurso de que turismo traz renda para as propriedades rurais é repetido pelo poder público e pela imprensa local como uma “ideia-força” para justificar o Projeto; segundo, considerando que o poder político é caracterizado por um capital de reputação, de notoriedade, como afirma Bourdieu, alguns proprietários rurais afirmaram em suas entrevistas que estarem ligados a um projeto turístico da Prefeitura, de certa forma, garanti que eles “estão fazendo a coisa certa”, ou seja, emprestam para si este prestígio do poder público.

---

<sup>486</sup> TULIK, 2010.

<sup>487</sup> PEIXOTO, 2006.

<sup>488</sup> BOURDIEU, 1983; BOURDIEU, 1999.

Desenvolver esta pesquisa foi uma das experiências mais agradáveis e satisfatórias que já pude experimentar academicamente. As tardes que passei no AHJ pesquisando nos jornais da década de 1980 foram especiais por dois motivos: primeiro, depois de passar por inúmeras edições de jornais, cada descoberta de algo novo que iria auxiliar na pesquisa consistia em uma emoção singular; segundo, os momentos em que me deparei com notícias de acontecimentos os quais havia escutado desde minha infância. Mas os momentos mais satisfatórios foram as pesquisas de campo. Além de poder passar muito tempo na área rural de Joinville, as pessoas que pude conhecer em cada propriedade que visitei, fizeram com que a pesquisa se tornasse prazerosa de ser feita.

Dos desafios enfrentados um dos maiores foi a utilização da metodologia da História Oral. Fazer uma entrevista requer estar preparada para as mais diversas situações. Estabelecer uma relação com o entrevistado, exercitar a escuta, manter a calma diante de momentos de tensão foram alguns desafios que tive que enfrentar. Sem falar das horas de trabalho para transcrever as entrevistas. Contudo, o resultado foi compensador e permitiu “aprender um pouquinho” a mais, para usar a expressão de Alessandro Portelli, sobre o PVC e sobre os seus envolvidos. Arrisco afirmar que esta dissertação não teria nenhum sentido sem a contribuição daqueles que entrevistei.

Enquanto a pesquisa estava sendo desenvolvida, soube através de alguns proprietários e da coordenadora do Projeto, que o PVC tem servido de modelo para outras iniciativas de turismo pedagógico da região. Cidades como Campo Alegre, Massaranduba e Presidente Getúlio buscaram auxílio da coordenação do Projeto para desenvolverem suas próprias iniciativas de turismo pedagógico. Isso leva a perceber que o PVC tem diversos pontos positivos. O Projeto é um meio de compartilhar com as crianças a importância da educação ambiental, também pode possibilitar que elas conheçam um pouco da dinâmica de uma propriedade rural e de como os alimentos chegam até ela. Pode contribuir para a valorização do seu saber-fazer dos agricultores. Pode trazer renda para os proprietários rurais. De maneira geral, o PVC pode trazer benefícios para todos os envolvidos: os agricultores têm mais um meio para obter renda, os professores têm mais um recurso para auxiliá-los em seus projetos de ensino e o poder público tem a promoção.

Durante este percurso outras questões foram surgindo, questões que necessitaria de mais tempo para respondê-las, mas que podem fazer parte de futuras pesquisas. Poderia se perguntar em que medida e de que maneira as experiências das visitas pedagógicas são acionadas em sala de aula pelos professores. Com relação ao patrimônio cultural rural, ficaram dúvidas referentes à maneira que ele é percebido e/ou apreendido pelos alunos.

Durante o período da pesquisa duas novas propriedades entraram para o PVC. Assim, caberia compreender o que levam novas propriedades a se interessarem por fazer parte do Projeto e, ainda, qual é o procedimento para a elaboração do roteiro pedagógica em propriedades ingressantes no PVC. Além dos professores que pude conhecer nas vistas, seria oportuno saber em que medida o Projeto é conhecido pelos professores da rede pública municipal. Por fim, a partir da tomada de conhecimento de outras iniciativas de turismo pedagógico inspirados no PVC, poderia se indagar qual é a relação do Viva Ciranda com esses outros projetos.

## REFERÊNCIAS

### ENTREVISTAS ORAIS

BERGEMANN, Dario. **Dario Bergemann**. Entrevista [11 jan. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

FALK, Anelise. **Anelise Falk**. Entrevista [08 jun. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

HOINASKI, Vânia Roecker. **Vânia Roecker Hoinaski**. Entrevista [13 nov. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

KERSTEN, Ango. **Ango Kersten**. Entrevista [28 jan. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

KOBEN SANTANA, Edna Cascoski. **Edna Cascoski Koben Santana**. Entrevista [19 set. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

MENESTRINA, José Henrique. **José Henrique Menestrina**. Entrevista [9 nov. 2017]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

MIGDADY, Samir. **Samir Migdady**. Entrevista [6 dez. 2017]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

PABST, Ilse. **Ilse Pabst**. Entrevista [10 jun. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

SANTANA, Edmilson. **Edmilson Santana**. Entrevista [17 jan. 2018]. Entrevistador: Gilmar Nilsen. Joinville.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BOING, Eliziane Meurer. **Uma discussão sobre a paisagem cultural em Joinville/SC**. Dissertação (Mestrado). 133f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2013.

BORGES, Elaine Cristina. **Novas territorialidades no espaço rural: estudo do turismo rural nos municípios de Lages e Joinville – SC**. Dissertação (Mestrado). 103f. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2009.

BOURDIEU, Pierre *et al.* **A miséria do mundo**. 4. ed. Tradução: AZEVEDO, Mateus S. Soares *et al.* Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Alta costura e alta cultura. In. BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. pp. 154-161.

\_\_\_\_\_. **O campo político**. Traduzido por: VILLALOBOS, André. Grandes Conferências de Lyon, Universidade Lumière-Lyon 2, fev. 1999.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. Joinville: Editora UNIVILLE, 2011.

CORIOLOANO, Luzia Neide; BARBOSA, Luciana Maciel. Rede de territórios solidários e turismo de base local no Ceará – Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, número especial EGAL, 2011. P. 1-26.

CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.). **História dos bairros de Joinville**. São Paulo: Círculo, 1992.

DUARTE, Alanna Fernandes. **Entre os roçados da colônia e os arrozais da cidade: o cultivo do arroz e as transformações na paisagem de Joinville, SC**. Dissertação (Mestrado). 197f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2017.

ELESBÃO, Ivo. O turismo no contexto das transformações no espaço rural brasileiro. In. CRISTÓVÃO, Artur *et. al.* **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Cap. 10, p. 239-266.

ESTEVES, Valéria König. **No caminho do sabor e da cultura: Uma abordagem sobre a cozinha e o cotidiano da Estrada Bonita (Pirabeiraba - Joinville/ SC)**. Dissertação (Mestrado). 123f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2010.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Ipiranga, 1965.

FILHO, Ademar Tavares Vieira. **Fundação municipal de desenvolvimento rural 25 de julho e patrimônio cultural rural: a agricultura familiar e as políticas públicas na comunidade do Piraí, Joinville (SC)**. Dissertação (Mestrado). 274f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2016.

GAZZÓLA, Lucivani. **Educação Patrimonial: teoria e prática**. IX Congresso Nacional de Educação – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba, 2009.

GONÇALVES, Janice. Da educação patrimonial à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. **MOUSEION**, Canoas, n. 19, dez. 2014, p. 83-97.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p. 113-155, jan./jun. 1998.

GUZZATTI, Thaise Costa. **O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC)**. Tese (doutorado). 281f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

\_\_\_\_\_. *et al.* O desenvolvimento do turismo pedagógico em áreas rurais: o caso do Projeto Viva Ciranda, Joinville (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 10-26, fev/abr. 2014.

HALL, Stuart. Quem Precisa de Identidade? In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAUBENHOFER, Dorit *et al.* **Farm education in Netherlands**. [2011] Disponível em: <[http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2010/2010\\_WS4.5\\_Haubenhofer.pdf](http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2010/2010_WS4.5_Haubenhofer.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2017.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

JOLLY, L. *et al.* **The Farm as a Pedagogical Resource: Background for and evaluation of the co-operation between agriculture and primary school in the county of Nord-Trondelag, Norway**. [2004] <[http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2004/2004\\_WS4\\_22\\_Jolly.pdf](http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2004/2004_WS4_22_Jolly.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2018

KLEIN, Angela Luciane; SOUZA, Marcelino de. Turismo rural pedagógico sob a perspectiva da multifuncionalidade da agricultura: experiências no sul do Brasil. **Pasos**, v. 12, n. 3, p. 581-595, 2014.

\_\_\_\_\_. Turismo rural pedagógico como prática educativa que favorece a aprendizagem: a impressão de um grupo de professoras. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 467-488, setembro-dezembro de 2015.

LANE, Bernard. Turismo rural de segunda geração: prioridades e questões de pesquisa. In. CRISTÓVÃO, Artur *et al.* **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 1059-1075, out.- dez. 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. I Fórum do Patrimônio Cultural, v. 1, Conferência Magna. Ouro Preto, 2009.



MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo: Contexto, 1994.

NAPOLI, Lucio. **A new reality for italian rural areas: educational farms**. University of Salerno, Italy. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=05B13DB6BF0CE628955A3712411F6EF?doi=10.1.1.556.8182&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

NASCIMENTO, Milton; HOLANDA, Chico Buarque de. **O Cio da Terra**. 1977. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mAS9a7H2T78>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

OHE, Yasuo. Multifunctionality and rural tourism: a perspective on farm diversification. **Journal of International Farm Management**, v. 4. n. 1, jun. 2007.

PEIXOTO, Paulo. **O passado ainda não começou: Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português**. Tese (doutorado). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2006.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução: RIBEIRO, Maria Therezinha Janine. **Proj. História**, São Paulo, (14), fev. 1997, pp. 25-39.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Proj. História**, (15), abr. 1997. pp. 13-49.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo e Desenvolvimento Socioespacial: Reflexões Sobre a Experiência do Agroturismo no Estado do Espírito Santo. In. LIMA, Luiz Cruz. **Da Cidade ao Campo: A Diversidade do Saber-Fazer Turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.

PRATES, Gláucia Aparecida; PAULA, Hugo Cortês. Turismo rural, uma abordagem conceptual. In. OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza *et al.* **Turismo no espaço rural brasileiro**. Piracicaba: FEAL, 1999.

PRATS, Llorençs. **Antropologia y Patrimonio**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1997.

\_\_\_\_\_. Patrimonio+turismo=desarrollo? **Pasos**, v. 1, n. 2, 2003. P. 127-136.

SILVA, Gustavo Grein da. **Patrimônio e roteiros turísticos: um estudo sobre as contemporâneas estratégias de patrimonialização do meio rural de Joinville/SC (1990-2012)**. Dissertação (Mestrado). 174f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2015.

SILVA, Gustavo Grein da COELHO, Ilanil. **A patrimonialização do meio rural de Joinville/SC**. I Simpósio de Patrimônio cultural de Santa Catarina, Florianópolis, nov. 2013.

SILVA, Maria Ivonete Peixer da *et al.* Viva Ciranda: Turismo pedagógico no cotidiano rural. In. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Boas práticas em educação ambiental na agricultura familiar**. Brasília, DF, 2012. P. 230-237.

SILVA, Edson Vicente da. Ecoturismo, turismo rural e patrimônio cultural. In. SEABRA, Giovanni. **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

\_\_\_\_\_. **Joinville: a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. *In*. SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (org) **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole. 2010. p. 2-22.

VICENZI, Tales. **Festas rurais do bairro Vila Nova e seus processos de identificações**. Dissertação (Mestrado). 99f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2012.

ZECHNER, Talita Cristina; HENRÍQUEZ, Christian; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha. **Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**. Fortaleza, CE, mai. 2008.

#### DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Brasília, DF, 2003. 43p.

\_\_\_\_\_. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lei n. 11.326. de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 22 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: Desafio para a formulação de política pública**. Brasília, DF, 2010.

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE. **Relatório anual 1992**. Joinville, SC, 1992. Fundo do Poder Executivo, AHJ.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural: história, conceitos e processos**. Brasília: Ministério de Estado da Cultura, 2014. 65 p.

IPPUJ - Fundação Instituição de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. (Org.). **Joinville Cidade em Dados**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2009 164p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, Secretaria de Turismo. **Planejamento Estratégico do Turismo em Joinville (1995/1996)**. Joinville, SC, 1995.

PROMOTUR – Companhia Municipal de Promoção Turística. **Plano de ação PROMOTUR 1999**. Joinville: Prefeitura de Joinville, 1999.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis, SC, 2014.

SEPUD – Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável. **Joinville Cidade Em Dados**, Joinville: Prefeitura Municipal, 2018.

## REPORTAGENS

A Notícia, Joinville, 14 dez. 1982. Reportagem de Capa; AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 27 dez. 1983. Polícia, p. 8. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 8 jan. 1984. AN Local, p. 5. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 10 jan. 1984. Polícia, p. 8. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 19 jan. 1984. AN Local, p. 5. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 11 jan. 1985. AN Local, p. 5. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 21 dez. 1985. AN Local, p. 5. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 5 jan. 1986. AN Local, p. 5. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 15 jan. 1986. AN Local, p. 5. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 18 jan. 1986; Polícia, p. 6. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 21 jan. 1986. Polícia, p. 6. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 30 dez. 1986. AN Local, p. 5. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 20 jan. 1987. Polícia, p. 6. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 25 jan. 1987. Polícia, p. 6. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 27 dez. 1987. Polícia, p. 6. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 15 jan. 1988. Polícia, p. 6. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 13 dez. 1988. Polícia, p. 6. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 24 jan. 1989. Polícia, p. 6. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 18 dez. 1989. Polícia, p. 10. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 27 dez. 1989. Polícia, p. 6. AHJ.

\_\_\_\_\_, Joinville, 25 dez. 1990. *Polícia*, p. 12. AHJ.

Agricultores debatem seus problemas. **A Notícia**, Joinville, 14 dez. 1984. AN Local, p. 5. AHJ.

Agricultores encaminham as reivindicações. **A Notícia**, Joinville, 3 dez. 1991. AN Local, p. 5. AHJ.

Alunos vão conhecer o mundo das abelhas. **Jornal Absoluto**, Jaraguá do Sul, 19 out. 2010.

ARNHOLD, Nelci. Potencial turístico escondido em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 14 jun. 1985. AN Turismo. AHJ.

Aumenta o fluxo de turistas em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 16 dez. 1984. AN Local, p. 5. AHJ.

Aumentam os protestos contra a falta de água em Joinville. **A Notícia**, 24 jan. 1990. AN Local, p. 5. AHJ.

Bruske quer diálogo com produtores joinvilenses. **A Notícia**, Joinville, 19 dez. 1986. AN Local, p. 5. AHJ.

De mãos dadas com a natureza. **Notícias do Dia**, Joinville, 24 mar. 2011. AHJ.

De mãos dadas pela natureza. **Informatur**, Joinville, 01 out. 2010.

Denúncia da Aprema vai ter inquérito. **A Notícia**, Joinville, 16 jan. 1987. AN Local, p. 5. AHJ.

Descobrimo as delícias da região rural. **Notícias do Dia**, Joinville, 9 ago. 2014. P. 3. AHJ.

Dez anos de turismo rural. **A Notícia**, Joinville, 4 dez. 2002. AHJ.

Ecologia: Iniciativa faz parte do Projeto Viva Ciranda. **Notícias do Dia**, Joinville, 16 out. 2010.

Famílias investem no turismo rural. **A Notícia**, Joinville, 24 out. 1998.

Hortênsias, atração na serra. **A Notícia**, Joinville, 11 dez. 1983. AN Local, p. 5. AHJ.

Joinville cria a trilha do imigrante. **A Notícia**, Joinville, 14 fev. 1990. AN Turismo. AHJ.

Joinville inaugura roteiro rural na Estrada do Piraí. **Diário Catarinense**, Joinville, 18 jan. 2000. AHJ.

Joinville vai debater o turismo rural. **A Notícia**, Joinville, 4 mai. 2004. AHJ.

Ministério do Turismo valoriza o Projeto Viva Ciranda. **Jornal Absoluto**, Jaraguá do Sul, 13 jul. 2011.

Movimento turístico estabeleceu recorde. **A Notícia**, Joinville, 5 fev. 1987. AN Local, p. 5. AHJ.

Norte receberá patrulha mecanizada. **A Notícia**, Joinville, 15 dez. 1984. AN Local, p. 5. AHJ.

Novidades no turismo ecológico. **A Notícia**, Joinville, 3 ago. 1994. Turismo, p. 28. AHJ.

Papai Noel dá boas vindas aos turistas. **A Notícia**, Joinville, 13 dez. 1984. AN Local, p. 5. AHJ.

Passeio Ecológico. **A Notícia**, Joinville, 4 dez. 1987. AN Local, p. 5. AHJ.

Pesquisa da Fatma acusa poluição. **A Notícia**, Joinville, 21 jan. 1987. AN Local, p. 5. AHJ.

Pesquisa para avaliar serviços. **Diário Catarinense**, Joinville, 16 jul. 1999. AHJ.

Pirai ganha projeto para estimular o turismo em espaço rural. **A Notícia**, Joinville, 2 jan. 2000.

Plano diretor visando turismo rural/ecológico. **A Notícia**, Joinville, 25 mar. 1994. AHJ.

Prefeito vai ao meio rural ouvir queixas. **A Notícia**, Joinville, 8 jan. 1989. AN Local, p. 5. AHJ.

Ramiro Gregório quer incrementar o turismo. **A Notícia**, Joinville, 30 dez. 1988. AN Local, p. 5. AHJ.

RODRIGUES, Taísa. Turismo pedagógico: aulas bem perto da natureza. **A Notícia**, Joinville, 24 mar. 2011. AHJ

Roteiro de beleza no interior de Joinville. **A Notícia**, Joinville, 24 set. 1993. AN Regional, p. 4. AHJ.

SILVA, Eron. A natureza substitui roteiros convencionais. **A Notícia**, Joinville, 24 jan. 1988. Caderno ANEXO, p. 5. AHJ.

Sustentabilidade também é tema do Viva Ciranda. **A Notícia**, Joinville, 01 mai. 2012.

Turismo obtém boa evolução no fim de ano. **A Notícia**, Joinville, 4 jan. 1985. AN Local. P. 5. AHJ.

Turismo rural tem incremento em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 7 jul. 1991. Economia, p. 10. AHJ.

Turismo vira fonte de renda para ex-produtores. **A Notícia**, Joinville, 4 jun. 2000. AHJ.

Uma oportunidade de conhecer a rotina rural. **Notícias do Dia**, Joinville, 25 mai. 2011. AHJ.

Universidade reformula projeto de turismo rural. **A Notícia**, Joinville, 15 ago. 1998. AN Cidade. AHJ.

Vereadores pleiteiam terminal turístico no interior de Joinville. **A Notícia**, Joinville, 11 jun. 1985. AN Local, p. 5. AHJ.

VICENZI, Herculano. Vereador quer preservar manancial do Rio Cubatão. **A Notícia**, Joinville, 30 jan. 1986. AHJ.

\_\_\_\_\_. Preservar a Serra do Mar garante vida futura. **A Notícia**, Joinville, 24 jan. 1987. Reportagem de Contracapa. AHJ.

\_\_\_\_\_. Turismo rural já é uma realidade em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 11 nov. 1992. AHJ.

\_\_\_\_\_. Joinville pretende investir no turismo rural. **A Notícia**, Joinville, 6 mai. 1999. Contracapa. AHJ.

\_\_\_\_\_. Turismo rural de Joinville vira modelo. **A Notícia**, Joinville, 13 jan. 2001. Geral, p. 4. AHJ.

\_\_\_\_\_. Dez anos de turismo rural. **A Notícia**, 4 dez. 2002. AN Turismo, p. E4. AHJ.

\_\_\_\_\_. Projetos incrementam renda. **A Notícia**, Joinville, 28 dez. 2002. Geral, p. 12. AHJ.

\_\_\_\_\_. Empresário vence desafio em turismo. **A Notícia**, Joinville, 27 jul. 2003. AHJ.

Vigorelli pode ser interditada. **A Notícia**, Joinville, 13 jan. 1987. AN Local, p. 5. AHJ.

Viva Ciranda: crianças aprendem na prática. **Jornal Barriga Verde**, Taió, 26 set. 2011.

Viva Ciranda, marcha por um mundo mais verde e mais humano. **A Notícia**, Joinville, 01 nov. 2011. AN Escola. AHJ.

Viva Ciranda no Apiário Pfau e propriedade da Família Schroeder. **Informatur**, Joinville, 22 out. 2010.

Viva Ciranda no CTG Chaparral. **Informatur**, n. 29, Joinville, 20 out. 2010.

Zona Rural é incluída no turismo. **Diário Catarinense**, Joinville, 4 set. 1989. AHJ.

#### SITES CONSULTADOS

<<http://www.festadasflores.com.br>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

<<http://www.mt.gov.br/-/patrulhas-mecanizadas-fortalecem-agricultura-familiar>>. Acesso em: 25/02/2018.

< [http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp)> Acesso em: 5 abr. 2018.

< <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em 4 abr. 2018.

<<https://wwwold.joinville.sc.gov.br/noticia/5700Viva+Ciranda+%C3%A9+premiado+com+o+Top+Turismo+ADVB-SC.html>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

<<https://www.mpsc.mp.br/noticias/decom-transformou-a-historia-do-ministerio-publico-brasileiro>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

< <http://festivaldedancadejoinville.com.br/historico/>>. Acesso: 22 jul. 2018

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao\\_Federal\\_art\\_216.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

<[http://www.aterj.com.br/associação\\_a\\_associacao.php](http://www.aterj.com.br/associação_a_associacao.php)>. Acesso em: 8 dez. 2018.

<<https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/programa-viva-ciranda-recebe-doacao-de-onibus/>> Acesso em: 17 jan. 2019.

<<http://www.ub.edu/anterrit/Lloren%C3%A7-PRATS-CANALS-131.html>>. Acesso: 08 jan. 2019.

< <https://jardim.info/impatiens>> Acesso em: 13 mar. 2018.

<<https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/Joinville/lei-complementar/2018/49/495/lei-complementar-n-495-2018-modifica-se-estruturas-administrativas-e-competencias-dos-orgaos-da-administracao-direta-e-indireta-do-municipio-de-joinville-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 28 jan. 2018.



## APÊNDICE A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO VISTAS PVC

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
 MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADES  
 MESTRANDO: GILMAR NILSEN  
 ORIENTADORA: PROF. DRA. ILANIL COELHO

### ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO VISTAS PVC

**Objetivo do Projeto de Pesquisa:** Investigar a história das iniciativas de turismo no espaço rural em Joinville buscando compreender o PVC nesse processo, bem como se configuram as ativações do patrimônio rural.

Propriedade: \_\_\_\_\_

Data da observação: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Idade dos alunos: \_\_\_\_\_

#### 1. QUESTÃO PEDAGÓGICA

- a) As visitas têm uma preocupação pedagógica por parte da escola (ensinar e aprender um determinado assunto que está sendo trabalhado em sala)?

Sim ( ) Não ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- b) Os agricultores aparentam ter uma orientação pedagógica sobre a condução das atividades durante as visitas?

Sim ( ) Não ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- c) As atividades pedagógicas propostas pela propriedade tem uma finalidade pedagógica definida? Ela se articula com a necessidade da escola?

Sim ( ) Não ( )

Por quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## 2. O PATRIMÔNIO CULTURAL

a) De que maneira o Patrimônio Cultural do meio Rural se apresentou nas visitas?

( ) Ferramentas e Utensílios da Família;

( ) Construções (Casas, Paióis etc.);

( ) Saberes tradicionais;

( ) Histórias da família;

( ) Outro. Especificar: \_\_\_\_\_

Comentários: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

b) De que forma as crianças e professores interagiram com esses patrimônios?

---

---

---

---

c) Qual destaque é dado a esses patrimônios nas visitas? Por quê?

---

---

---

---

d) Ainda há relação entre os agricultores e esses patrimônios no que diz respeito à rotina da propriedade ou são apresentados como objetos ou costumes museais? Por quê?

---

---

---

---

---

3. INTERAÇÃO ENTRE OS AGENTES (AGRICULTORES, PROFESSORES E ALUNOS)

a) Qual é a interação entre os professores e os agricultores? Por quê?

---

---

---

b) Qual a relação entre os agricultores e os alunos durante as visitas? Por quê?

---

---

---

c) Qual o nível de interação entre os alunos as atividades propostas pela visita? Por quê?

---

---

---

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA– AGRICULTORES

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADES  
MESTRANDO: GILMAR NILSEN  
ORIENTADORA: PROF. DRA. ILANIL COELHO

### ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTA PARA USO DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL

Projeto: O Projeto Viva Ciranda em Joinville/SC: Um Estudo Sobre o Patrimônio e o Turismo No Espaço Rural.

Objetivo: Realizar entrevistas que abordem a vida e as memórias dos moradores do meio rural de Joinville, bem como sobre os problemas que enfrentam, as atividades que desenvolvem, as razões e os propósitos de participarem do Projeto Viva Ciranda, as relações comunitárias que estabelecem e suas percepções sobre as diferenças entre cultura rural e urbana.

<b>Data e local de realização da entrevista:</b>	
<b>Entrevistador:</b>	
<b>Entrevistado:</b>	
<i>Dados Pessoais</i>	
Nome:	
Data de Nascimento:	Estado Civil:
Nome do Cônjuge:	
Filhos:	Profissão:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

1. Eixo Temático “1”: História de Vida.
  - a) Desde quando a Sra. é moradora de Joinville?
  - b) A Sra. vive ou já viveu na zona rural do município?
  - c) A Sra. adquiriu a propriedade ou a recebeu de herança?
  - d) O que a Sra. produz em sua propriedade?
  - e) A Sra. comercializa algum gênero que cultiva ou produz? Para onde? Para quem?
  - f) O que lhe motiva a permanecer morando na zona rural?
  - g) Qual sua formação educacional?
  - h) O que mudou e tem mudado no modo de vida dos agricultores de sua região?
  - i) A Sra. conhece pessoas da cidade que recentemente adquiriram propriedades aqui? O que produzem?
  - j) Em sua opinião, quais os principais problemas enfrentados pelos agricultores em Joinville?
  - k) Qual a sua opinião sobre o modo de vida urbano?

1) Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens de viver na cidade? E no meio rural?

2. Eixo Temático “2”: O Turismo no Espaço Rural em Joinville.

- a) Antes do Projeto Viva Ciranda (PVC), a Sra. já havia trabalhado com turismo no espaço rural?
- b) A Sra. conhece outras iniciativas de Turismo no Espaço Rural (TER) anteriores ao PVC? Quais?
- c) Em caso afirmativo. Sabe como elas funcionavam? (Se eram administradas pela prefeitura, se havia uma cooperação entre os agricultores, que problemas elas enfrentavam).
- d) O que a Sra. pensa sobre o turismo?
- e) A Sra. acha que o turismo é importante para os agricultores? Por que?
- f) Além do turismo, o poder público desenvolve outros projetos (formação, tecnologia, subsídios para comercialização, etc)?
- g) Em sua opinião, quais os principais problemas enfrentados pelos agricultores que decidem abrir sua propriedade para turistas?

3. Eixo Temático “3”: O Projeto Viva Ciranda.

- a) Por que o PVC foi criado? De quem partiu a iniciativa para criar o projeto?
- b) Desde quando a Sra. faz parte do PVC?
- c) Como a Sra. virou coordenadora do projeto?
- d) O PVC traz benefícios para os agricultores? Quais?
- e) No projeto de 2010 o poder público apresenta o PVC como “Turismo rural de base comunitária”? A Sra. concorda? Por quê?
- f) A seu ver, qual a importância da prefeitura no projeto?
- g) O poder público definiu que o PVC seria uma modalidade de turismo pedagógico. Os proprietários participaram dessa definição?
- h) A Sra. concorda com a ideia de que o PVC é turismo pedagógico? Por quê?
- i) Como as atividades oferecidas pelo PVC são planejadas? Existe algum tipo de acompanhamento de professores ou mesmo da Secretaria de Educação? Quais orientações pedagógicas os agricultores recebem?

j) Na Cartilha do PVC há uma roteirização, ela é somente uma organização geográfica ou há propriedades similares em cada roteiro?

4. Eixo Temático “4”: Patrimônio Cultural do meio rural.

- a) Quais seriam os patrimônios culturais dos agricultores?
- b) De que maneira este patrimônio está presente nas visitas de grupos de alunos?
- c) Qual a importância, em sua opinião, na transmissão deste patrimônio para as crianças?
- d) Como a educação ambiental está presente nas visitas?
- e) O que é mais importante a seu ver: os conhecimentos tradicionais do campo, como o plantio, a produção de alimento etc. ou a educação ambiental? Por quê?
- f) Em sua opinião, o que você sente que é mais forte no PVC, a atividade turística ou a valorização do modo de vida no campo?
- g) O PVC poderia ser melhorado? Como?

Gostaria de falar sobre mais algum assunto ou fazer outros comentários?  
Agradecimentos.

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSORES

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
 MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADES  
 MESTRANDO: GILMAR NILSEN  
 ORIENTADORA: PROF. DRA. ILANIL COELHO

### ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTA PARA USO DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL

Projeto: O Projeto Viva Ciranda em Joinville/SC: Um Estudo Sobre o Patrimônio e o Turismo No Espaço Rural.

Objetivo: Realizar entrevistas que abordem a vida e as memórias dos moradores do meio rural de Joinville, bem como sobre os problemas que enfrentam, as atividades que desenvolvem, as razões e os propósitos de participarem do Projeto Viva Ciranda, as relações comunitárias que estabelecem e suas percepções sobre as diferenças entre cultura rural e urbana.

<b>Data e local de realização da entrevista:</b>	
<b>Entrevistador:</b>	
<b>Entrevistado:</b>	
<i>Dados Pessoais</i>	
Nome:	
Data de Nascimento:	Estado Civil:
Nome do Cônjuge:	
Filhos:	Profissão:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

1. Eixo Temático “1”: História de Vida.

- a) De onde a senhora é natural?
- b) Desde quando é professora?
- c) Desde quando trabalha nesta escola?

2. O Projeto Viva Ciranda.

- a) Como conheceu o Projeto Viva Ciranda?
- b) Quantas vezes já visitou uma propriedade rural do PVC?
- c) Como são agendadas as visitas?
- d) A escolha da propriedade é feita de acordo com os conteúdos da sala de aula?
- e) De que maneira as visitas estão articulados com o plano de ensino?
- f) A Sra. considera o PVC importante para a aprendizagem? Por quê?

- g) Qual sua avaliação do PVC em relação ao funcionamento do projeto?
- h) A Sra. levaria os alunos novamente para uma propriedade rural do PVC?

### 3. O Patrimônio Cultural Rural

- a) Em sua opinião, qual é o patrimônio cultural dos agricultores?
- b) De que maneira a Sra. percebeu esse patrimônio presente nas visitas pedagógicas?
- c) O que a Sra. considera mais importante para os alunos aprenderem: o patrimônio natural ou o cultural?
- d) O que a Sra. considera mais marcante no PVC: a educação ou a atividade turística?

Gostaria de falar sobre mais algum assunto ou fazer outros comentários?  
Agradecimentos.



## APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENADORA PVC

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
 MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADES  
 MESTRANDO: GILMAR NILSEN  
 ORIENTADORA: PROF. DRA. ILANIL COELHO

### ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTA PARA USO DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL

Projeto: O Projeto Viva Ciranda em Joinville/SC: Um Estudo Sobre o Patrimônio e o Turismo No Espaço Rural.

Objetivo: Realizar entrevistas que abordem a vida e as memórias dos moradores do meio rural de Joinville, bem como sobre os problemas que enfrentam, as atividades que desenvolvem, as razões e os propósitos de participarem do Projeto Viva Ciranda, as relações comunitárias que estabelecem e suas percepções sobre as diferenças entre cultura rural e urbana.

<b>Data e local de realização da entrevista:</b>	
<b>Entrevistador:</b>	
<b>Entrevistado:</b>	
<i>Dados Pessoais</i>	
Nome:	
Data de Nascimento:	Estado Civil:
Nome do Cônjuge:	
Filhos:	Profissão:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

1. Eixo Temático “1”: História de Vida.
  - a) Desde quando a Sra. é moradora de Joinville?
  - b) A Sra. vive ou já viveu na zona rural do município?
  - c) A Sra. adquiriu a propriedade ou a recebeu de herança?
  - d) O que a Sra. produz em sua propriedade?
  - e) A Sra. comercializa algum gênero que cultivava ou produz? Para onde? Para quem?
  - f) O que lhe motiva a permanecer morando na zona rural?
  - g) Qual sua formação educacional?
  - h) O que mudou e tem mudado no modo de vida dos agricultores de sua região?
  - i) A Sra. conhece pessoas da cidade que recentemente adquiriram propriedades aqui? O que produzem?
  - j) Em sua opinião, quais os principais problemas enfrentados pelos agricultores em Joinville?

- k) Qual a sua opinião sobre o modo de vida urbano?
- l) Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens de viver na cidade? E no meio rural?

## 2. Eixo Temático “2”: O Turismo no Espaço Rural em Joinville.

- a) Antes do Projeto Viva Ciranda (PVC), a Sra. já havia trabalhado com turismo no espaço rural?
- b) A Sra. conhece outras iniciativas de Turismo no Espaço Rural (TER) anteriores ao PVC? Quais?
- c) Em caso afirmativo. Sabe como elas funcionavam? (Se eram administradas pela prefeitura, se havia uma cooperação entre os agricultores, que problemas elas enfrentavam).
- d) O que a Sra. pensa sobre o turismo?
- e) A Sra. acha que o turismo é importante para os agricultores? Por que?
- f) Além do turismo, o poder público desenvolve outros projetos (formação, tecnologia, subsídios para comercialização, etc)?
- g) Em sua opinião, quais os principais problemas enfrentados pelos agricultores que decidem abrir sua propriedade para turistas?

## 3. Eixo Temático “3”: O Projeto Viva Ciranda.

- a) Por que o PVC foi criado? De quem partiu a iniciativa para criar o projeto?
- b) Desde quando a Sra. faz parte do PVC?
- c) Como a Sra. virou coordenadora do projeto?
- d) O PVC traz benefícios para os agricultores? Quais?
- e) No projeto de 2010 o poder público apresenta o PVC como “Turismo rural de base comunitária”? A Sra. concorda? Por quê?
- f) A seu ver, qual a importância da prefeitura no projeto?
- g) O poder público definiu que o PVC seria uma modalidade de turismo pedagógico. Os proprietários participaram dessa definição?
- h) A Sra. concorda com a ideia de que o PVC é turismo pedagógico? Por quê?

- i) Como as atividades oferecidas pelo PVC são planejadas? Existe algum tipo de acompanhamento de professores ou mesmo da Secretaria de Educação? Quais orientações pedagógicas os agricultores recebem?
- j) Na Cartilha do PVC há uma roteirização, ela é somente uma organização geográfica ou há propriedades similares em cada roteiro?

#### 4. Eixo Temático “4”: Patrimônio Cultural do meio rural.

- a) Quais seriam os patrimônios culturais dos agricultores?
- b) De que maneira este patrimônio está presente nas visitas de grupos de alunos?
- c) Qual a importância, em sua opinião, na transmissão deste patrimônio para as crianças?
- d) Como a educação ambiental está presente nas visitas?
- e) O que é mais importante a seu ver: os conhecimentos tradicionais do campo, como o plantio, a produção de alimento etc. ou a educação ambiental? Por quê?
- f) Em sua opinião, o que você sente que é mais forte no PVC, a atividade turística ou a valorização do modo de vida no campo?
- g) O PVC poderia ser melhorado? Como?

Gostaria de falar sobre mais algum assunto ou fazer outros comentários?

Agradecimentos.

## APÊNDICE E – FOTOGRAFIAS DE VISITAS ACOMPANHADAS NA PESQUISA DE CAMPO

Fotografia 1 – Ônibus do Projeto Viva Ciranda.



Fonte: Acervo pessoal (2017).

Fotografia 2 – Alunos ouvindo informações relativas ao cultivo de flores na Propriedade Agrícola da Ilha.



Fonte: Acervo pessoal (2017).

Fotografia 3 – Alunos plantando hortaliças no Sítio Canto dos Pássaros.



Fonte: Acervo pessoal (2017).

Fotografia 4 – Senhor Ango Kersten explicando para um grupo de alunos a importância da preservação ambiental.



Fonte: Acervo pessoal (2017).



Fotografia 5 – Grupo de alunos em visita à propriedade Vale das Nascentes.



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Fotografia 6 – Grupo de alunos confeccionando biscoitos na propriedade Família Wiezbicki.



Fonte: Acervo pessoal (2017).

Fotografia 7 – Alunos conhecendo alguns animais na propriedade Vale do Ouro.



Fonte: Acervo pessoal (2017).

## ANEXO A – CARTILHA VIVA CIRANDA (2011)

PROJETO DE TURISMO PEDAGÓGICO



Viva Ciranda  
De mãos dadas pela natureza

 OLÁ!

O projeto Viva Ciranda é uma iniciativa da Fundação Turística de Joinville que tem como objetivo mostrar, a crianças e adolescentes, o modo de vida no campo, além de proporcionar a vivência do cotidiano rural. As atividades pedagógicas são feitas in loco, com visitas a propriedades localizadas nas regiões do Piraí, Dona Francisca, Quiriri, Estrada da Ilha e Estrada Bonita.

Divididas em temas-chave – água e meio ambiente, flores, pequenos animais, cavalos, produção de mel e melado – as propriedades rurais também propõem atividades educativas e recreativas referentes ao meio ambiente e à agricultura.

O estudante, ao aliar a prática à teoria da sala de aula, tem chance de aprimorar seu conhecimento e agregar novos saberes relacionados à realidade rural. O projeto, ao mesmo tempo, estimula o desenvolvimento local e favorece a sustentabilidade das áreas rurais.

As propriedades estão abertas a todos. Inicialmente o projeto contempla crianças; no entanto, as práticas de vivência também poderão ser aplicadas a adultos e idosos.

 EXPLORE



<b>1</b> AGRÍCOLA DA ILHA flores aroma labirinto musical jardim dos sentidos	<b>4</b> CTG CHAPARRAL cavalos passoio de charreto dama lago
<b>2</b> APIÁRIO PERAL casa do mel doçura saúde favo	<b>5</b> ANGO KERSTEN melado mús coma-de-açúcar passoio de tractor
<b>3</b> SÍTIO VALE DAS NASCENTES nascentes casa de pedra aventura pomar	<b>6</b> FAMÍLIA SCHROEDER pequenos animais verduras fresquinhas títilha ecológica horta orgânica

 **AGRÍCOLA DA ILHA**  
Empresa Familiar

Tenente Antônio João, 4257 | Bom Retiro  
(47)3473-0628 | Altitude 14m

**A AGRÍCOLA**

Somos uma empresa familiar que atua, desde 1987, na produção e no comércio de flores, sobretudo a *Hemerocallis*, e também na implantação de jardins. Estamos instalados em uma área de 22 hectares, sendo 10 deles dedicados ao cultivo de plantas ornamentais. Além disso, trabalhamos com o desenvolvimento de lagos artificiais de peixes ornamentais. A Agrícola da Ilha, além da área de cultivo, possui um jardim temático aberto à visitação e um parque lúdico para atividades com crianças.



**PERCURSO DIDÁTICO**

Estamos preparados para receber crianças a partir dos 5 anos de idade. A visita começa no **jardim temático**, onde são apresentadas as diferentes variedades de flores produzidas na propriedade. As crianças também podem visitar os **cultivos**, e conhecer um pouco mais sobre o plantio e a formação de novas variedades. Após a visita, os alunos passam a desenvolver atividades lúdicas no parque: labirinto musical, som das pedras e o gramado dos sentidos, onde podem inclusive fazer um delicioso piquenique. Outro atrativo é a visita aos **lagos artificiais**, que conta com grande variedade de peixes ornamentais.

**ESPAÇO**

A propriedade possui jardim temático e parque lúdico.

**PARA LEVAR PARA CASA**

É possível adquirir lindas e variadas mudas de **hemerocallis**.

**ATENDIMENTO**

A propriedade está preparada para receber crianças a partir dos 5 anos em grupos de, no máximo, 40 pessoas. Deverá ser realizado agendamento por telefone. A propriedade oferece a possibilidade de atividades de meio período, com 3 horas de duração.

PROJETO VIVA CIRANDA



Das charminhas de flores...



## 2 APIÁRIO PFAU

Propriedade de Agroturismo

Estrada do Rio da Prata | (47)3428-0136 / 88839545  
Altitude 75m

### O APIÁRIO

Nossa propriedade é dedicada à **apicultura**. Trabalhamos com abelhas africanizadas e nativas (sem ferrão) produzindo mel, própolis e pólen.

Temos grande domínio sobre a atividade e, nas visitas educativas, enfatizamos a importância da abelha para o equilíbrio da natureza.



### PERCURSO DIDÁTICO

Acolhemos em nossa propriedade crianças a partir de 7 anos. Elas poderão conhecer, por meio de atividades lúdicas, o mundo das abelhas, seus produtos, sua importância para a natureza, além de saber mais sobre as ferramentas utilizadas e a vida do apicultor. Nossas atividades durante as visitas são feitas com as abelhas nativas ou sem ferrão. Ao final do percurso as crianças poderão fazer uma **degustação de mel em favo**

e, ao mesmo tempo, aprender suas propriedades benéficas à saúde.

### ATENDIMENTO

A propriedade está preparada para receber crianças a partir dos 7 anos em grupos de, máximo, 30 pessoas. Deverá ser realizado agendamento por telefone. A propriedade oferece a possibilidade de atividades de meio período, com 3 horas de duração.

### ESPAÇO

O Apiário Pfaú possui a "Casa do Mel", onde é feito o processamento do mel, extraindo-o dos favos, e colocando-o nos vidros e embalagens.

### PRA LEVAR PRA CASA

A propriedade vende **potes de mel**, em tamanhos grandes e pequenos; **mel em sachê**, e extrato de própolis.



PROJETO VIVA CRIANÇA

## 3 VALE DAS NASCENTES

Sítio Familiar

Estrada Quiriri de Cima | (47) 4101-1313/9972-0519  
Altitude 194m

### O VALE DAS NASCENTES

Estamos em uma propriedade localizada na comunidade do Quiriri, com 12 hectares. O destaque da propriedade é a grande quantidade de nascentes que brotam da terra e fluem para o Rio Quiriri. Uma trilha feita com seixos possibilita um passeio sobre as nascentes. A propriedade conta ainda com uma pequena casa feita com pedras, um pomar de frutas variadas (mais de 800 pés) e pequenos animais, como aves e coelhos.



### PERCURSO DIDÁTICO

O objetivo da vivência em nossa propriedade é a **educação ambiental**, sobretudo com relação à utilização racional da **água**. Assim, através de atividades lúdicas, os alunos são convidados a conhecer as nascentes do rio, e a refletir sobre a preservação deste recurso essencial para a vida na terra. Os alunos têm a oportunidade de desenvolver atividades de alimentação e trato dos animais; brincadeiras com os aptos de pássaros ou ainda um encontro com a "bruxa" que mora na **Casa de pedra**.

### ESPAÇO

A propriedade tem uma ampla cozinha, sala de refeições e eventos, com diversos banheiros.

### LEVE PRA CASA!

É possível adquirir na propriedade **frutas** da época e deliciosos **muss** feitos na propriedade.

### ATENDIMENTO

A propriedade está preparada para receber crianças a partir dos 4 anos, em grupos (máximo 40 pessoas). Deverá ser realizado agendamento por telefone. A propriedade oferece a possibilidade de atividades de meio período, com 3 horas de duração ou dia inteiro, com 6 horas de duração. Também pode oferecer café e/ou almoço.



PROJETO VIVA CRIANÇA

## 4 CTG CHAPARRAL

Propriedade Rural

Estrada Almino Souza do Nascimento | Pirabeiraba  
(47) 3424-6196 / 99490941 | Altitude 12m

### O CTG

Estamos instalados em uma grande propriedade, com mais de 500 hectares, destinada à criação e doma do **cavalinho crioulo**. Dispõe de toda a estrutura – estábulo para os cavalos, canchas para laço, charretes e outros equipamentos utilizados na lida com os animais. O amor pelos cavalos vem passando de geração a geração e hoje são os jovens que se dedicam à criação e doma.



### PERCURSO DIDÁTICO

A propriedade está preparada para receber crianças a partir de 6 anos de idade. Quando chegam à fazenda, há uma apresentação sobre o **cavalinho crioulo**, para que conheçam um pouco sobre a raça. Depois, na arquibancada da **cancha de laço**, podem assistir a uma apresentação das atividades desenvolvidas com os cavalos. Em seguida, são convidados para um **passeio de charrete** pela propriedade até o campo, para ver as éguas com potros.

E ainda tem passeio de charrete!

### ATENDIMENTO

A propriedade está preparada para receber crianças a partir dos 6 anos, em grupos (máximo 30 pessoas). Deverá ser realizado agendamento por telefone. A propriedade oferece a possibilidade de atividades de meio período, com 3 horas de duração.

### ESPAÇO

A propriedade tem uma ampla área coberta, com diversos banheiros, parque lúdico.



PROJETO VIVA CRIANÇA

## 5 ANGO KERSTEN

Propriedade de Agroturismo | Anjo e Ivanir Kersten

Estrada Bonita | (47)3464-1432  
Altitude 33m

### OS KERSTEN

Nossa propriedade é bastante diversificada e nosso produto principal é o **melado**, feito de forma artesanal, a partir da nossa **cana-de-açúcar**. Além disso, temos vacas, galinhas e coelhos e uma exposição de implementos e outros acessórios utilizados na agricultura. Dispomos ainda de um **trator** com reboque para passeio pela área rural.



### PERCURSO DIDÁTICO

Recebemos crianças a partir de 4 anos. A visita começa com um passeio de **trator** até o fim da propriedade. No percurso, as crianças conhecem o cultivo da **cana-de-açúcar**, atravessam o rio para chegar numa área de mata preservada. Lá podem observar a mata e escutar o barulho do rio e dos pássaros, e podem ainda brincar no **balanço** da árvore. Os visitantes conhecem o processo de fabricação do **melado** a partir da **cana-de-açúcar**, e, ao final, podem usufruir de uma deliciosa degustação. De forma lúdica, são apresentados os benefícios do melado para a saúde. Os visitantes podem ainda visitar o **curral**, conhecer as vacas e os outros animais da propriedade.

### ESPAÇO

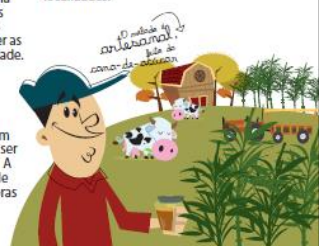
A propriedade oferece uma sala com banheiros, mesas e bancos para as crianças fazerem seu lanche.

### LEVE PRA CASA!

A propriedade vende seus deliciosos **melados** e **muss**, e ainda produtos de agricultores vizinhos, como mel e geleias. Também há uma lojinha de artesanato, com produtos da comunidade e de outras localidades.

### ATENDIMENTO

A propriedade está preparada para receber crianças a partir dos 4 anos, em grupos (máximo 40 pessoas). Deverá ser realizado agendamento por telefone. A propriedade oferece a possibilidade de atividades de meio período, com 3 horas de duração.



PROJETO VIVA CRIANÇA

## 6 FAMÍLIA SCHROEDER

Propriedade de Agroturismo

Estrada dos Morros, 1600 | Piral  
(47)3439-5234 | 8447-6918 | Altitude 48m

### OS SCHROEDER

Somos agricultores familiares típicos, de origem alemã. Moramos em uma pequena propriedade de 11 hectares, por onde passa o Rio Piral. Aqui as crianças podem conhecer a horta orgânica, a criação de pequenos animais (pato, galinha, peru, cabra, coelho) e criação de porcos e vacas. Nossa grande preocupação é com o meio ambiente! Assim, possuímos áreas de mata preservada, onde é possível realizar uma trilha leve.



### PERCURSO DIDÁTICO

Para crianças a partir de 4 anos. Em nossa propriedade, os visitantes podem conhecer a agricultura orgânica praticada aqui, que contribui para o meio ambiente, e também para a saúde das pessoas. Os visitantes podem ajudar a alimentar os animais, tirar leite de vaca e cabra e conhecer mais sobre os hábitos de cada animal. Na horta, podem ajudar a colher legumes que serão os ingredientes das refeições. Os visitantes podem ainda fazer uma trilha leve de 30 minutos na mata em recomposição, passando pelo rio Piral.

### ATENDIMENTO

A propriedade está preparada para receber crianças a partir dos 4 anos, em grupos (máximo 30 pessoas). Deverá ser realizado agendamento por telefone. A propriedade oferece a possibilidade de atividades de meio período, com 3 horas de duração ou atividades para período integral, com 6 horas de duração. A família pode se servir de um delicioso café e/ou almoço - cerca de 70% do que é utilizado nas refeições vem da própria propriedade.

PROJETO VIVA CRIANÇA

### ESPAÇO

A propriedade oferece um galpão coberto para refeições, com cozinha e dois banheiros à disposição.

### LEVE PRA CASA!

Em nossa propriedade, os visitantes podem comprar verduras fresquinhas e orgânicas para levar para casa.

*Dá vontade de levar pra casa!*



## DICAS ÚTEIS

- Agende sua visita com antecedência;

- Oriente os alunos quanto ao uso de bonês ou chapéu, protetor solar, repelente, máquina fotográfica e binóculo;

- É recomendado o uso de roupas confortáveis;

- Em caso de previsão de chuva\*, orientar também para o uso de capas de chuva ou guarda-chuvas e calçados apropriados;

- Comunique os proprietários sobre a existência de crianças alérgicas antes das atividades e das refeições;

- Antes de ir a campo é importante que o(a) professor(a) trabalhe em sala de aula os temas que serão abordados nas propriedades, para um melhor aproveitamento no aprendizado prático;

- Estimule os alunos propondo atividades em sala de aula como produção textual, desenhos, teatro, música, poesias, etc;

- É importante que os alunos saibam

que estão indo para a área rural e qual tema será abordado. Como sugestão, o(a) professor(a) poderá aplicar uma metodologia de campo, dividindo os alunos em pequenos grupos em que cada grupo tenha tarefas a cumprir;

- Explore a percepção dos alunos. Faça com que prestem atenção no trajeto, desde a área urbana até a área rural;

- Avalie a atividade e envie para a Fundação Turística e ao proprietário;

- Respeite o horário das visitas para que as atividades sejam feitas por completo;

- Comunique os alunos que haverá horário específico para o lanche;

- Algumas propriedades oferecem serviço de alimentação - planeje a visita e comunique o proprietário para que ele possa organizar os lanches;

- Respeite a capacidade máxima de visitantes de cada propriedade.

\* Em dias de chuva, faça contato com o proprietário antes de sair da escola.



Sensacional!

**joinville**  
é tudo isso e muito mais

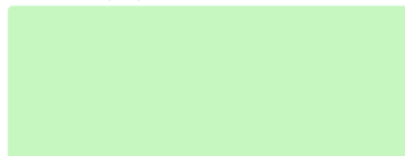
Realização



Apoio



AGÊNCIA PARCEIRA



Fundação Turística de Joinville  
turjoinville.com.br | (47) 3453-2663

### EQUIPE TÉCNICA

VANESSA VENZKE FALK  
Coordenação Geral

VINICIUS BONELI VIEIRA  
Coordenação Técnica

THAISE COSTA GUZZATTI  
Assessoria técnica

LUIZ CASAS  
Monitoria ambiental

CLAUDIA MARTINS DE SOUZA  
Projeto gráfico





## ANEXO B – CARTILHA VIVA CIRANDA (2014)



**Viva Ciranda** DE MÃOS DADAS PELO  
TURISMO COMUNITÁRIO







### Conheça o projeto

Com o projeto de turismo pedagógico Viva Ciranda, a área rural de Joinville se transformou em uma grande sala de aula ao ar livre, onde crianças e adolescentes têm a oportunidade de aprender e ter contato com a natureza.

Cada propriedade oferece diferentes especialidades – fauna e flora, pequenos animais, aves exóticas, cavalo crioulo, abelhas e mel, cultivo de flores, horta orgânica, ervas medicinais, arrozeiras, água e nascentes, melado, panificação, trilhas e tratamento ecológico de esgoto –, onde o estudante aprimora o conteúdo apresentado em sala de aula, adquire novos conhecimentos sobre a vida rural e, ainda, aprende a cuidar melhor do meio ambiente.

Além disso, o projeto estimula o desenvolvimento local e favorece a sustentabilidade da região, por meio da comercialização de produtos coloniais e do turismo rural.





### Proposta pedagógica

**APRENDENDO EM MEIO À NATUREZA**

Passeios voltados à valorização e preservação do meio ambiente, com foco no relevo, hidrografia, vegetação e clima.

**INTERAGINDO COM ANIMAIS**

As crianças entram em contato com pequenos animais, conhecem seus hábitos e descobrem as diferenças e curiosidades de cada um.

**BRINCANDO**

Com o resgate de brincadeiras tradicionais, as crianças têm experiências diferentes das urbanas e aproveitam a liberdade de brincar ao ar livre, com dinâmicas lúdicas e jogos cooperativos.



## Agrícola da Ilha

As crianças percorrem um jardim repleto de flores, aprendendo sobre o plantio e a formação de novas variedades. Visitam o lago com peixes ornamentais, o labirinto musical e o gramado dos sentidos, onde podem fazer um delicioso piquenique.

**ATIVIDADES:**

- Jardim Temático • Cultivo • Processos de produção
- Eco-oficina • Ecossistema • Atividades lúdicas
- Gramado dos Sentidos • Venda de flores e plantas ornamentais
- Lago com carpas • Trilha na mata

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Rua Tenente Antonio João, 4257 – Bom Retiro.  
(47) 3473 0628 – 7812 0303 – Dário ou Tiago

Lago com peixes ornamentais

O incrível mundo das abelhas

## Apiário Pfau

O apiário apresenta às crianças o incrível mundo das abelhas. Os alunos aprendem sobre sua organização, sua importância ao meio ambiente e têm contato direto com as atividades do apicultor. A atividade pedagógica inclui a identificação das espécies de abelhas nativas (sem ferrão) da região.

**ATIVIDADES:**

- O mundo das abelhas • A vida do apicultor • Degustação
- Casa do Mel • Venda de produtos coloniais • Caminhada até o Rio da Prata • Morro do Tromba • Importância da Fauna e Flora

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada do Rio da Prata, poste 25  
(47) 3428 0136 – 8883 9545 – Ilse ou Tais

## Vale das Nascentes

Em meio à Mata Atlântica, com belas paisagens, trilhas, nascentes, pomar de frutas variadas e a presença de pequenos animais, como pássaros e coelhos, as crianças aprendem sobre a importância do uso racional da água e da conservação do meio ambiente.

**ATIVIDADES:**

- Educação ambiental • Uso racional da água
- Preservação dos recursos naturais • Visita às nascentes
- Animais de pequeno porte • Tipos de pássaros da região
- Casa de Pedra • Venda de produtos coloniais

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada Quiliri, 9764  
(47) 4101 6607 – 4101 1313 – 9974 9506 – Sueli ou Marilda

Trilhas com belas paisagens

Apresentação sobre o cavalo crioulo

## CTG Chaparral

O Centro de Tradições Gaúchas (CTG), destinado à criação e doma do cavalo crioulo, conta com estábulo, canchas para laço, charretes e outros equipamentos. Os alunos participam do preparo da bala, alimentam os animais, assistem à prova de laço e passeiam a cavalo.

**ATIVIDADES:**

- Apresentação sobre cavalo crioulo • Cancha de laço
- Passeio de charrete • Visita a éguas e potros
- Bons-tratos aos animais • Trilha ecológica com tractor
- A importância do "Cão Peão"

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada Alvinho Souza do Nascimento, 958 – Pirabeiraba  
(47) 3424 6196 – 9971 3251 – 9927 9411 – Zoca ou Ciro



## Ango Kersten

Os alunos conhecem o cultivo da cana-de-açúcar em um divertido passeio de trator. Aprendem sobre a fabricação artesanal do melado e visitam a área de mata preservada. Também conhecem o curral e o museu de utensílios agrícolas.

**ATIVIDADES:**

- Passeio de trator • Cultivo de cana-de-açúcar • Mata preservada
- Preservação do rio • Balanço na árvore • Fabricação e degustação do melado • Visita ao curral e aos pequenos animais • Reutilização da água • Museu rural • Loja de artesanato • Venda de produtos coloniais

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada Bonita, 555 – Rio Bonito.  
(47) 3464 1432 – 8811 5518 – Ango ou Ivanir



Divertido passeio de trator



Trato com os animais

## Família Schroeder

Divididos em grupos, os alunos se revezam nos cuidados com a horta e no trato dos bichos. Aprendem sobre o cultivo de verduras e legumes orgânicos, tiram leite de cabra e ajudam a alimentar pequenos animais.

**ATIVIDADES:**

- Horta orgânica • Criação de pequenos animais • Criação de porcos e vacas • Utensílios e ferramentas de trabalho • Trilha ecológica até o Rio Pirai • Balanço na árvore • Venda de produtos coloniais e agrícolas • Tratamento de esgoto (zona de raiz)

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada dos Morros, 1600.  
(47) 3439 5234 – 8447 6918 – Acácio ou Salônia

## CONHEÇA AS REGIÕES


O projeto Viva Caramda contempla toda a parte rural de Joinville. Cada região possui belezas especiais. Embarque nessa viagem!

**QUIRIRI**  
Uma estrada em meio à Mata Atlântica leva a lindas quedas d'água, cercadas por orquídeas e pássaros. Venha renovar suas energias nos rios Quiriri e Cubatão. Aproveite a paisagem e também conheça as casas em estilo europeu e os acolhedores chalés para hospedagem.

**ESTRADA BONITA**  
O nome já diz tudo: a Estrada Bonita é uma linda região cercada pela paisagem do campo, com som de riacho ao fundo. As propriedades rurais oferecem produtos caseiros e café colonial, além de restaurantes, onde pode-se saborear a culinária típica de influência germânica.

**DONA FRANCISCA**  
Aqui você pode desfrutar a culinária local, como o famoso marreco recheado e os produtos coloniais. No mirante, à beira da rodovia, você observa o caminho da Estrada Dona Francisca e a beleza da Serra do Mat.

**PIRAÍ**  
Montanhas, cachoeiras, rios e vastos arrozais: um lugar perfeito para relaxar. O cenário se completa com o conforto dos recantos de lazer, parques aquáticos e pesque-pagues. Após um passeio de bicicleta para conhecer as peculiaridades e o cotidiano da comunidade local, pausa para degustar o delicioso café rural.



QUIRIRI

ESTRADA BONITA

DONA FRANCISCA

PIRAÍ

ESTRADA DA ILHA

BR 101

SC 418

SC 108

BR 101

ESTRADA DA ILHA  
Encantada com o aroma e a beleza dos campos de flores, nessa região estão as propriedades que criam cavalos e organizam eventos crioulos. Destaque também para os deliciosos produtos coloniais.

Viva Caramda

↑ N

### Rancho Alegre [www.ranchoalegretur.com.br](http://www.ranchoalegretur.com.br)

Nesta propriedade as crianças conhecem os animais rurais, com destaque para os pôneis e a mini vaca. Também apreciam aves exóticas, como o faisão dourado e o pavão. Ajudam a tirar leite da vaca, alimentam os animais, visitam a horta e o diversificado pomar. O passeio a cavalo e com o pônei são a alegria das crianças.

**ATIVIDADES:**

- Mini animais • Aves exóticas • Horta orgânica • Pomar
- Trilha na mata • Alimentação saudável • Passeio a cavalo e pônei
- Oferece locação de espaço para eventos

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada do Pirai – Vila Nova (ao lado da Polícia Ambiental)  
(47) 3434 3874 – 9974 0747 – Tarciso ou Ana (tarcisojannig@gmail.com)

Crianças conhecem os animais rurais

Equipamento agrícola antigo

### Recanto das Arroeiras

Aqui as crianças conhecem a plantação de arroz e aprendem sobre o processo de preparo dos grãos, desde a colheita até o alimento pronto para consumo. Além disso, conhecem equipamentos agrícolas antigos, percorrem pequena trilha na mata, passeiam de trator e podem aproveitar o espaço ao ar livre para brincar.

**ATIVIDADES:**

- Plantação de arroz • Tipos de arroz • Passeio de Tobata • Tirolesa
- Equipamentos antigos • Trilha na mata • Museu rural • Balanços
- Campo de futebol • Oferece locação de espaço para eventos

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Rodovia SC 413 – Rodovia do Arroz – Vila Nova  
(47) 9126 3552 – 8843 2063 – Henrique ou José

### Família Roos

A propriedade dedica-se à produção de pães, biscoitos e geleias caseiras. As crianças acompanham o processo de panificação: ingredientes, matéria-prima, utensílios, forno industrial e a lenha. Aprendem, ainda, sobre a produção das geleias e podem saboreá-las. A diversão se completa com as belezas naturais e as brincadeiras no quintal.

**ATIVIDADES:**

- Panificação • Biscoitos • Geleias • Forno a lenha e forno industrial
- Venda de produtos coloniais • Café Rural (pães, biscoitos e geleias)

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada Comprida, 1200 – Vila Nova  
(47) 3439 6290 – 9126 8054 – Wilfredo ou Soeli

Crianças aprendem a fazer pão

Casa na Árvore

### Sítio Vó Bia [www.sitiovobia.com.br](http://www.sitiovobia.com.br)

O local é próprio para atividades ao ar livre. Contemplar as belezas da natureza, a enorme diversidade de plantas, apreciar o rio com águas cristalinas e ouvir o som relaxante das águas são algumas atrações da propriedade.

**ATIVIDADES:**

- Campo de futebol • Casa na árvore • Balanços e gangorras
- Trilha na Mata Atlântica • Pomar e rio de águas cristalinas
- Bosque de Meditação • Oferece locação de espaço para eventos

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada Isaac, Km 2 – Pirabeiraba  
(47) 3433 9667 – 9994 6260 – 3025 2162  
Marcelo ou Miriam (miriam.taranto@hotmail.com)



### Anturioville/Holz

Nestas duas propriedades as crianças conhecem estufas de antúrios e o processo de cultivo da flor; sua diversidade de cores e tamanhos. No final da trilha, destaque para a casa de sapê, moradia típica dos colonizadores quando chegavam à região. Os alunos também têm oportunidade de aprender com a mostra de fotos do período da imigração.

**ATIVIDADES:**

- Jardins e estufas de antúrios
- Pequenos animais
- Casa de sapê e utensílios dos colonizadores
- Mostra de fotos antigas
- Venda de flores

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada da Ilha, 1260 – Pirabelraba  
(47) 3473 0008 – Nelson Holz • (47) 3453 1740 – 9978 1647 – Renato



A diversidade de cores e tamanhos dos antúrios



Rio de águas calmas e cristalinas

### Família Jacobi

Nesta propriedade a agricultura familiar envolve toda a família, do avô aos netos. Aqui as crianças acompanham a produção de flores e plantas ornamentais, conhecem a plantação de cana e a produção de melado e muss caseiro. O passeio inclui visita ao estábulo e caminhada até o rio de águas calmas e cristalinas.

**ATIVIDADES:**

- Flores e plantas ornamentais
- Natureza junto ao rio
- Trilha até o rio
- Cana-de-açúcar e produção de melado
- Estábulo e reutilização do bagaço da cana
- Animais rurais
- Venda de produtos coloniais

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada Salto II – poste 64, (47) 3023 8405 – 9905 8405  
Carmem (carmemjacobi@hotmail.com)

### Vale do Ouro

[www.valedoouro.tur.br](http://www.valedoouro.tur.br)

Próxima ao Salto Pirai, Usina Hidrelétrica, esta propriedade permite a interação das crianças com a natureza. Aqui conhecem aves domésticas e também a ema. Uma trilha conduz até as cachoeiras do Rio do Ouro e no alto do morro está disponível uma tirolesa. Passear a cavalo e com o pônei garantem a diversão da criança.

**ATIVIDADES:**

- Aves domésticas
- Emas
- Coelhos
- Passeio a cavalo e pônei
- Tirolesa Trilha até as cachoeiras do Rio do Ouro
- Restaurante (sábados e domingos)
- Café Colonial aos domingos
- Chalés para locação (Quinta à Domingo)

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada Salto I, 5650. (47) 8808 4688 – Simone ou Samir



Passeio a cavalo é diversão garantida



Crianças podem acampar perto dos açudes

### Família Wieszicki

Na Estrada Mildau as crianças conhecem o processo de fabricação dos pães, podem recarregar as energias junto à natureza, alimentar os peixes nos açudes e se divertir no riacho.

**ATIVIDADES:**

- Conhecer o processo de panificação e biscoitos
- Açudes de peixes
- Rancho adequado para lanche e para dinâmicas de grupo
- Animais domésticos
- Riacho de águas cristalinas
- Quiosque com piscina e churrasqueira para locação
- Espaço para acampamentos
- Venda de pães e biscoitos

**VISITE A PROPRIEDADE!**  
Estrada Mildau, 1747 – Pirabelraba.  
(47) 3424 1596 – Eva ou Clair (evaclair@gmail.com)



**Como agendar:**  
Diretamente com o proprietário rural.

**Mais informações:**  
Anelise Rosa (47) 3453 2663 – 8434 7213  
vivaciranda@joinville.sc.gov.br





## AUTORIZAÇÃO

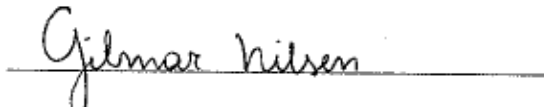
Nome do autor: Gilmar Nilsen

RG: 5 220 223

Título da Dissertação: O PROJETO VIVA CIRANDA: UM ESTUDO SOBRE O PATRIMÔNIO E O TURISMO NO ESPAÇO RURAL EM JOINVILLE/SC

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 17 de abril de 2019.

  
Nome